

Relatório de Gestão Exercício 2021

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento



Relatório de Gestão Exercício 2021

Índice de Figuras

Figura 1. Modelo de negócio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	13
Figura 2 - Identificação detalhada do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	14
Figura 3 - Organograma da Estrutura Organizacional do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, incluindo a estrutura de governança (Comitê de Governança, Riscos e Controle - CGRC/MAPA)	16
Figura 4 - Diagrama da Cadeia de Valor do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.	17
Figura 5 - Programas do Plano Plurianual 2020-2023 com atuação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento em 2021	19
Figura 6 - Planos Setoriais e Políticas Nacionais com atuação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e sua vinculação com o PPA	20
Figura 7 - Frentes de atuação da Gestão de Riscos no Mapa	23
Figura 8 - Guia de Gestão de Riscos do Mapa e Guia do Usuário Ágatha	24
Figura 9 - Realizações das frentes de Capacitação e Comunicação	25
Figura 10 - Componentes da Gestão Estratégica Organizacional	30
Figura 11 - Mapa Estratégico do PE MAPA 2020-2031	31
Figura 12 - Programas do PPA 2020-2023 sob gestão do MAPA	33

Índice de Quadros

Quadro 1 - Identificação detalhada do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	15
Quadro 2 - Missão, Visão de futuro e Valores	15
Quadro 3 - Principais normas regulamentadoras da atuação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e outros documentos relacionados	15
Quadro 4 - Responsáveis contábeis pelas Entidades Subordinadas ao MAPA.	106

Índice de Gráficos

Gráfico 1 - Mapeamentos realizados versus revisados	27
Gráfico 2 - Dotação Orçamentária Atualizada por Grupo de Natureza de Despesa (GND)	102

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Plano Setorial de Gestão de Riscos 2021.	26
Tabela 2 - Execução Orçamentária por GND	103
Tabela 3 - Execução Orçamentária e financeira por função de Governo (em milhões de R\$)	103
Tabela 4 - Grupo de Natureza da Despesa 1 -Pessoal e Encargos Sociais (Em milhões de R\$)	103
Tabela 5 - Grupo de Natureza da Despesa: 3 - Outras Despesas Correntes	103
Tabela 6 - Grupo de Natureza da Despesa: 4 - Investimentos	103
Tabela 7 - Programas de Governo - Atividades Finalísticas (Em milhões de Reais)	104
Tabela 8 - Ações de Governo (em milhões de R\$)	104
Tabela 9 - Receitas e Despesas (Valores em Milhões R\$)	105
Tabela 10 - Principais Grupos de Contas (Valores em Milhões R\$)	105
Tabela 11 - Fundo da Economia Cafeeira apresenta	105
Tabela 12 - Patrimônio FUNCAF	105
Tabela 13 - Grupos de Contas	106

Lista de siglas

ABC – Agricultura de Baixa Emissão de Carbono

ACT - Acordo de Cooperação Técnica

AECS - Assessoria Especial de Comunicação Social

AFFA - Auditores Fiscais Federais Agropecuários

AgroResidência - Programa Residência Profissional Agrícola

ANA - Agência Nacional de Águas

ANATER - Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

APP - Área de Preservação Permanente

Aspar - Assessoria Parlamentar

ATeG - Assistência Técnica e Gerencial

ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural

AUR - Área de Uso Restrito

AVA - Ambiente Virtual de Aprendizagem

BACEN - Banco Central do Brasil

BI - Business Intelligence

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

BSC - Balanced Scorecard

CAR - Cadastro Ambiental Rural

CASEMG - Companhia de Armazéns e Silos de Minas Gerais

CBC - Cadastro Base do Cidadão

CCU - Contrato de Concessão de Uso

CDRU - Concessão de Direito Real de Uso

Ceasaminas – Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S.A

Cepea - Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada

CEPLAC - Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira

CFW - Global Fishing Watch

CGPA - Coordenação-Geral de Produção Animal

CGPR - Coordenação-Geral de Programas Regionais - CGPR

CGRC - Comitê de Governança, Riscos e Controle

CGSIPA - Coordenação-Geral de Sistemas de Integração de Produção Agrícola

CGU - Controladoria Geral da União

CNA - Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil

CNI - Confederação Nacional da Indústria

CNIS - Cadastro Nacional de Informações Sociais

CNPA - Conselho Nacional de Política Agrícola

CNPO - Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos

CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

COATER - Comitê de Monitoramento e Avaliação do Contrato de Gestão da ANATER

Codevasf - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba

COGEP - Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas

CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento

COV - Cultura Organizacional aos Valores do MAPA

COVID-19 - CORONAVÍRUS (SARS-CoV-2)

CRO - Certidão de Reconhecimento de Ocupação

DAA - Dimensão Adequação Ambiental

DATER - Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural

DCP - Dimensão Crescimento de Produtividade

DDA - Divisões de Defesa Agropecuária

DECAP - Departamento de Desenvolvimento das Cadeias Produtivas

DEPROS - Departamento de Produção Sustentável e Irrigação

DSA - Departamento de Saúde Animal

DSM - Dimensão Sistemas de Produção e Acesso a Mercados
DTI - Departamento de Tecnologia da Informação
DTSF - Departamento de Temas Técnicos, Sanitários e Fitossanitários
EaD - Educação à Distância
EFD - Estratégia Federal de Desenvolvimento para o Brasil
Embrapa - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ENAGRO – Escola Nacional de Gestão Agropecuária
Esalq - Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz
FAO - Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
FBN - Fixação Biológica de Nitrogênio
Fiesp - Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
Flona - Floresta Nacional
FORTAF Amazônia Legal – Fortalecimento da Agricultura Familiar na Amazônia Legal
GGE - Grupos Gestores
GM - Gabinete da Ministra
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
iGovPub - Índice de Governança Pública
IICA – Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura
ILPF - Integração Lavoura-Pecuária-Floresta
IN - Instrução Normativa
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INMET - Instituto Nacional de Meteorologia
IQA - Identidade e Qualidade de Alimentos
ISA - Índice de Sustentabilidade da Agropecuária
LCR - Liberação de Cláusulas Resolutivas

LFDA - Laboratório Federal de Defesa Agropecuária
LOA - Lei Orçamentária Anual
MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MBC - Movimento Brasil Competitivo
MCTI - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações
MDM - Master Data Management
MIC - Microbiologia de Alimentos
MPF - Ministério Público Federal
NMRF - Núcleo Municipal de Regularização Fundiária
OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OE - Objetivo Estratégico
OESA - Órgãos Estaduais de Sanidade Agropecuária
OIE – Organização Mundial de Saúde Animal
OKR - Objective Key Results
ONG - Organização Não Governamental
ONU - Organização das Nações Unidas
PA - Projetos de Assentamento
PAA - Programa de Aquisição de Alimentos
PAE - Planos de Ação Estadual
PAOF - Publicações do Plano Anual de Outorga Florestal
PCT - Projeto de Cooperação Técnica
PDP - Plano de Desenvolvimento de Pessoas
PE - Plano Estratégico
PEC - Projeto Estratégico Corporativo
PES - Projetos Estratégicos das Secretarias
PGPM - Política de Garantia de Preço Mínimo

PGPM-Bio - Política de Garantia de Preços Mínimos para Produtos da Sociobiodiversidade
PGT - Plataforma de Governança Territorial
PIB - Produto Interno Bruto
PL - Projeto de Lei
PMLS - Programa Mais Leite Saudável
PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNRA - Programa Nacional de Reforma Agrária
POA - Produto de Origem Animal
POC - Padrões Oficiais de Classificação
PPA - Plano Plurianual
PPI - Programa de Parcerias de Investimentos
PREPS - Programa Nacional de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras
PronaSolos - Programa Nacional de Solos do Brasil
ProVB – Programa de Vendas em Balcão
PSR - Prêmio do Seguro Rural
RAP - Relatório Anual de Produção da Aquicultura em Águas da União
RCA - Resíduos e Contaminantes em Alimentos
RL - Reserva Legal
RP - Resultados Prioritários
SAF - Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo
SAP - Secretaria de Aquicultura e Pesca
SCRI - Secretaria de Comércio e Relações Internacionais
SCRI - Secretaria de Comércio e Relações Internacionais
SDA - Secretaria de Defesa Agropecuária
SDI - Secretaria de Inovação, Desenvolvimento Rural e Irrigação
SE - Secretaria Executiva
SEAF - Secretaria Especial de Assuntos Fundiários

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEI - Sistema Eletrônico de Informação
SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SFA - Superintendência Federal de Agricultura
SFB - Serviço Florestal Brasileiro
SICAR - Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural
Sicor - Sistema de Operações do Crédito Rural e do Proagro
Sipeagro - Sistema Integrado de Produtos e Estabelecimentos Agropecuários
SIPEC - Órgão Central do Sistema de Pessoal Civil
SISBI - Sistema Brasileiro de Inspeção
SisRGP - Sistema Informatizado de Registro da Atividade Pesqueira
SNPC - Serviço Nacional de Proteção de Cultivares
SPA - Secretaria de Política Agrícola
SR - Superintendências Regionais
SUASA - Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária
TCU - Tribunal de Contas da União
TD - Título de Domínio
TIC - Tecnologia da Informação e Comunicações
UFLA - Universidade Federal de Lavras
URT - Unidades de Referência Tecnológica
USP - Universidade de São Paulo
ZARC - Zoneamento Agrícola de Risco Climático

SUMÁRIO

1. MENSAGEM DA DIRIGENTE MÁXIMA DA UNIDADE	10
2. VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO	12
O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	12
Modelo de Negócio	13
Temas do Relatório de Gestão	14
Identificação do MAPA, estrutura organizacional e de governança	14
Organograma da estrutura organizacional	16
Plano Plurianual	19
Planos setoriais, políticas nacionais e sua vinculação com o PPA	20
Contratos de gestão	21
Relação com o ambiente externo	22
3. RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS	23
4. GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO	28
Estratégia de atuação do MAPA	29
Aderência do Plano Estratégico a Outros Planos Governamentais	32
Objetivos estratégicos, indicadores, responsáveis, metas e resultados em 2021	34
Iniciativas Estratégicas, responsáveis, metas e resultados em 2021	61
Demais resultados das principais áreas de atuação do MAPA em 2021	81
Aquicultura e Pesca	81
Assuntos Fundiários	86
Política Agrícola	88
Agricultura Familiar e Cooperativismo	90
Inovação, Desenvolvimento Rural e Irrigação	92
Gestão Florestal	95
Comércio e Relações Internacionais	96
Defesa Agropecuária	97
5. INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS	102

1. MENSAGEM DA DIRIGENTE MÁXIMA DA UNIDADE

A fotografia do ano de 2021 para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) revela alguns sinais que serão encontrados facilmente neste Relatório de Gestão. O Mapa acompanhou o setor não parou durante a pandemia, basicamente para garantir o fornecimento de alimentos para a população e renda e empregos no campo. Mas 2021 indica um pouco mais. Aponta para uma abertura de novos caminhos para os produtores rurais e para a adoção de políticas públicas mais eficazes para a agropecuária brasileira.

Tivemos no ano a entrega de diversos projetos que foram implementados recentemente. A criação de uma política pública, por mais emergencial que seja, exige a avaliação de todos os cenários, o debate sobre necessidades e os resultados esperados, a definição das prioridades possíveis e viáveis. Com estes e outros ingredientes nas mãos, constrói-se uma política a ser executada, projetando seus resultados a curto, médio e longo prazos.

Um dos problemas detectados era a grande quantidade de normas e atos em vigor. Com mais de 160 anos de existência, o Mapa ainda tinha regras vigentes para o agro do século XIX! Com o propósito de garantir maior transparência e facilitar o acesso do cidadão à legislação vigente, foi feita uma revisão de mais de 70 mil atos editados desde sua criação. Sobraram cerca de 5 mil, que ainda estão passando por nova análise.

A burocracia e a dificuldade de acesso a serviços e produtos também atrapalham o produtor. Para isso, foi colocado em prática um plano de Transformação Digital, com a digitalização de 136 serviços. Alguns foram transformados em petições eletrônicas básicas; outros facilitaram bastante a vida dos interessados, como o registro de pescador profissional e o passaporte internacional para viajar com PETs. Além disso, a simplificação nos processos reduziu os prazos. A obtenção do registro automático de Produtos e Origem Animal, por exemplo, levava 51 dias em 2018. Hoje é obtido em dois dias.

As ações desenvolvidas em 2021 trouxeram maior segurança jurídica no campo, abrindo novas possibilidades para os produtores rurais. É o caso da Reforma Agrária desenvolvida pelo Mapa, com a entrega de 140 mil títulos da terra aos assentados. Eles se transformaram em proprietários e passaram a ter acesso a novas políticas públicas, recebendo assistência técnica para produzir com maior eficácia.

Outro grande desafio foi manter o Serviço de Defesa Agropecuária funcionando mesmo durante a pandemia. Mas, foi em 2021 que novos estados foram reconhecidos internacionalmente como livres de aftosa sem vacinação, ganhando novos mercados. Também houve aumento da concessão do Selo Arte (para produtos artesanais) e da adesão ao Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (SISBI-POA).

Ao mesmo tempo, ampliamos o programa Agronordeste, levando assistência técnica e extensão rural para 31 mil propriedades da região. Os produtores beneficiados passaram a ter a oportunidade de crescer, de produzir não apenas para seu sustento, mas também para fornecer alimentos para a população local. Também tiramos do papel o programa de Residência Profissional Agrícola, o Agroresidência, que é uma oportunidade de qualificação para jovens universitários.

O Mapa avançou em suas ações estratégicas e dinamizou a oferta de soluções mais sustentáveis para o nosso agro. Foi o caso da entrega do ABC+ - Plano Setorial para Adaptação à Mudança do Clima e Baixa Emissão de Carbono na Agropecuária 2020-2030. O plano dá continuidade e aperfeiçoa o Plano ABC, criado para o período 2010-2020 e que apresentou excelentes resultados para o agro sustentável. Estamos indo além, modernizando as tecnologias, revendo bases conceituais, alinhados com as principais políticas e entendimentos mundiais de redução das emissões.

Ainda na área de sustentabilidade, o Mapa ampliou a oferta do programa Analisa CAR, que facilita a análise, pelos estados, dos Cadastros Ambientais Rurais apresentados pelos produtores de todo o país. Este programa dá velocidade ao cumprimento do Código Florestal Brasileiro – que completa 10 anos de sua aprovação em maio - o que confirma ainda mais a posição de liderança do agro brasileiro na produção sustentável.

Lançado em 2020, o Programa Bioinsumos teve excelentes resultados em 2021. Hoje, o país cresce no uso de insumos biológicos a uma taxa de 26% ao ano. Isso é resultado dessa política e do aumento de produtos aprovados. Em 2021 foram 92 agrotóxicos biológicos aprovados, sendo 51 deles destinados à agricultura orgânica. É o maior número de defensivos aprovados para orgânicos da história.

Seguindo o modelo definido pelo Tribunal de Contas da União (TCU), este Relatório de Gestão garante acesso aos mais diversos projetos desenvolvidos pelo Mapa, dá transparência para que a sociedade possa acompanhar o trabalho que vem sendo desenvolvido e colabora para novas participações de produtores, consumidores e gestores na construção das políticas públicas necessárias para o desenvolvimento da nossa agropecuária.

2. VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA,
PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

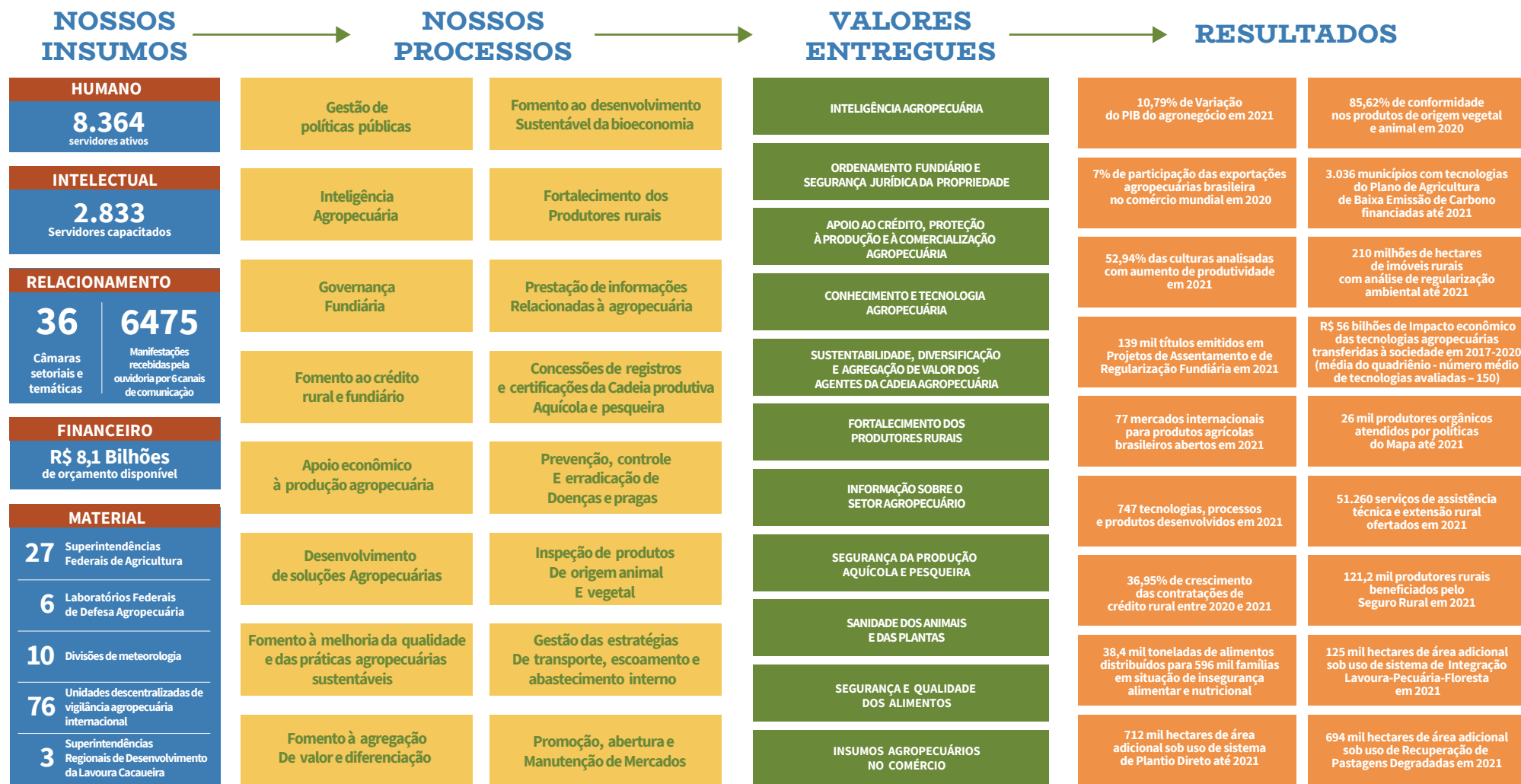
O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) é o órgão da administração pública federal responsável pela gestão das políticas públicas de apoio à agropecuária e às questões fundiárias, pelo desenvolvimento do agronegócio e pela regulação e normatização de serviços vinculados ao setor, assim como sua inspeção e fiscalização. No Brasil, o setor agropecuário contempla pequenos, médios e grandes produtores rurais, abrangendo também a aquicultura, a pesca e a agricultura familiar. Ele reúne atividades de fornecimento de bens e serviços à agricultura, como produção agropecuária, processamento, transformação e a distribuição de produtos de origem agropecuária até o consumidor final.

O MAPA busca integrar sob sua gestão os aspectos mercadológicos, tecnológico, científico, ambiental e organizacional do setor produtivo e dos setores de abastecimento, armazenagem e transporte de safras, além da gestão da política econômica e financeira para o agronegócio. Com a integração do desenvolvimento sustentável e da competitividade, o Ministério visa garantir a segurança alimentar da população brasileira e estimular a produção de excedentes para exportação, fortalecendo o setor produtivo nacional e favorecendo a inserção do Brasil no mercado internacional. O modelo de negócio é o sistema de transformação de insumos (capitais ou recursos) em produtos e impactos por meio das atividades do MAPA, a fim de cumprir seus objetivos estratégicos e gerar valor ao longo do tempo.

Modelo de Negócio

O modelo de negócio é o sistema de transformação de insumos (capitais ou recursos) em produtos e impactos por meio das atividades do MAPA, a fim de cumprir seus objetivos estratégicos e gerar valor ao longo do tempo.

Figura1. Modelo de negócio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento



Temas do Relatório de Gestão

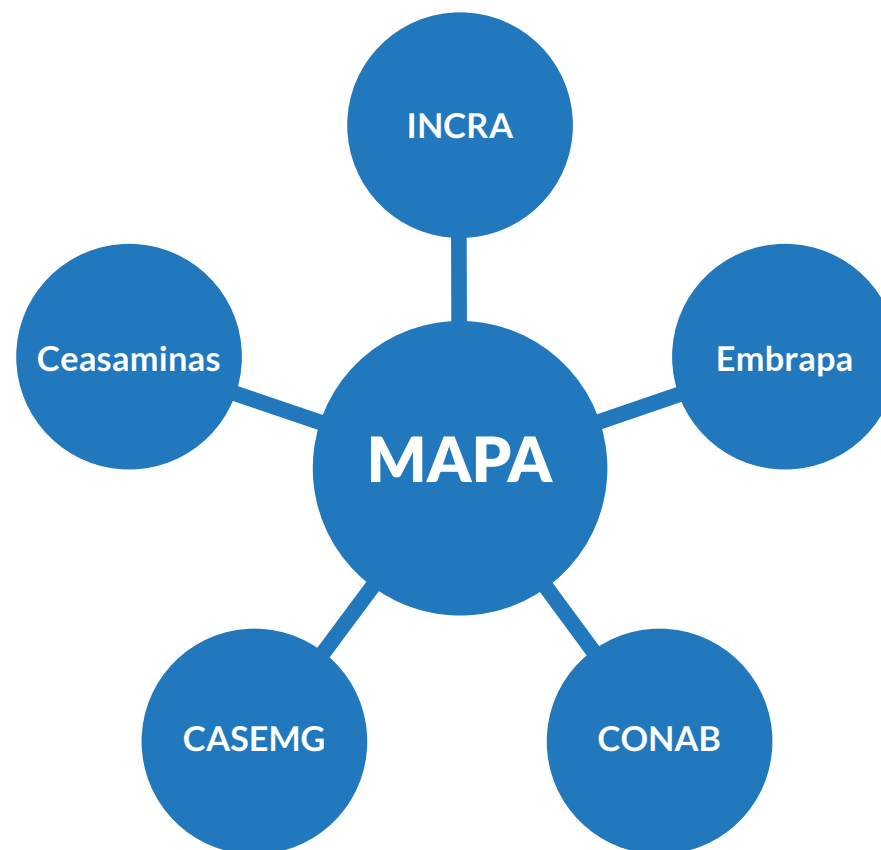
O Relatório de Gestão é a peça central da prestação de contas que os responsáveis pela gestão de recursos públicos devem realizar a cada exercício. Seu objetivo principal é oferecer uma visão clara para a sociedade sobre como a estratégia, a governança, o desempenho e as perspectivas da Unidade Prestadora de Contas - UPC, no contexto de seu ambiente externo, levam à geração de valor público em curto, médio e longo prazo, além de demonstrar e justificar os resultados alcançados em face dos objetivos estabelecidos. Os tópicos que compõem este Relatório estão alinhados com a Decisão Normativa TCU 084/2020, a qual elenca os temas a serem abordados pela organização, essa Decisão Normativa utiliza o modelo da Estrutura Internacional para Relato Integrado (EIRI) desenvolvido pelo Conselho Internacional para Relato Integrado (International Integrated Reporting Council - IIRC), que promove uma abordagem mais clara e eficiente no processo de elaboração do Relatório de Gestão. Assim como, a Decisão Normativa TCU 187/2020, a qual considera que a prestação de contas dos gestores públicos deve conter elementos demonstrativos que evidenciem a boa e regular aplicação dos recursos públicos. Como também a Decisão Normativa TCU 188/2020, a qual instrui ritos complementares acerca da forma, prazos e conteúdos para a elaboração do relatório.

Identificação do MAPA, estrutura organizacional e de governança



A origem do Ministério remonta ao tempo do Império, tendo sido criado pelo Imperador Dom Pedro II, em 28 de julho de 1860, pelo Decreto nº 1.067, ainda como Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Atualmente, o MAPA conta com 7 Secretarias Singulares, o Serviço Florestal Brasileiro (SFB) e 27 Superintendências Federais de Agricultura nos estados, onde o MAPA conta com o apoio total de aproximadamente 8.364 (oito mil e trezentos e sessenta e quatro) servidores espalhados por todo o Brasil. Como entidades vinculadas à sua estrutura, também fazem parte do Ministério as empresas públicas Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) e Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), a autarquia Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e os entes vinculados, organizados sob a forma de sociedade de economia mista, as Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S.A (CEASAMINAS) e a Companhia de Armazéns e Silos de Minas Gerais (CASEMG).

Figura 2 - Identificação detalhada do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento



A seguir, o quadro 1 traz a identificação detalhada da UPC, incluindo ainda, os contatos do Ministério.

Quadro 1 - Identificação detalhada do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Quadro 1. Identificação detalhada do MAPA		
Poder: Executivo	Órgão de Vinculação: Presidência da República	Código SIORG: 00026
Identificação de Unidade Jurisdicionada (UJ)		
Natureza Jurídica: Administração Direta		CNPJ: 00.396.895/0001-25
Principal Atividade: Administração Pública em Geral		Código CNAE: : 8411-6
Código SIORG: 000014	Código LOA: 22000	Código SIAFI: 20000
Contatos		
Telefones/Fax: 61 3218-2828	Endereço eletrônico: https://www.gov.br/agricultura/pt-br/canais_atendimento/ouvidoria	
Endereço postal: Esplanada dos Ministérios - Bloco D - CEP - 70.043.900	https://www.gov.br/agricultura/pt-br	

Com a integração do desenvolvimento sustentável e da competitividade, o Plano Estratégico do MAPA apresenta, de forma sintética, a Missão, a Visão de futuro e os Valores do Ministério, conforme o quadro abaixo:

Quadro 2 - Missão, Visão de futuro e Valores

Missão	Visão de Futuro	Valores
Promover o desenvolvimento sustentável das cadeias produtivas agropecuárias, em benefício da sociedade brasileira.	Ser reconhecido pela inovação, agilidade e qualidade na implementação de políticas públicas e na prestação de serviços para o desenvolvimento sustentável das cadeias produtivas agropecuárias.	Comprometimento Ética Transparência Excelência Responsabilidade Foco no Público-Alvo Proatividade Integração

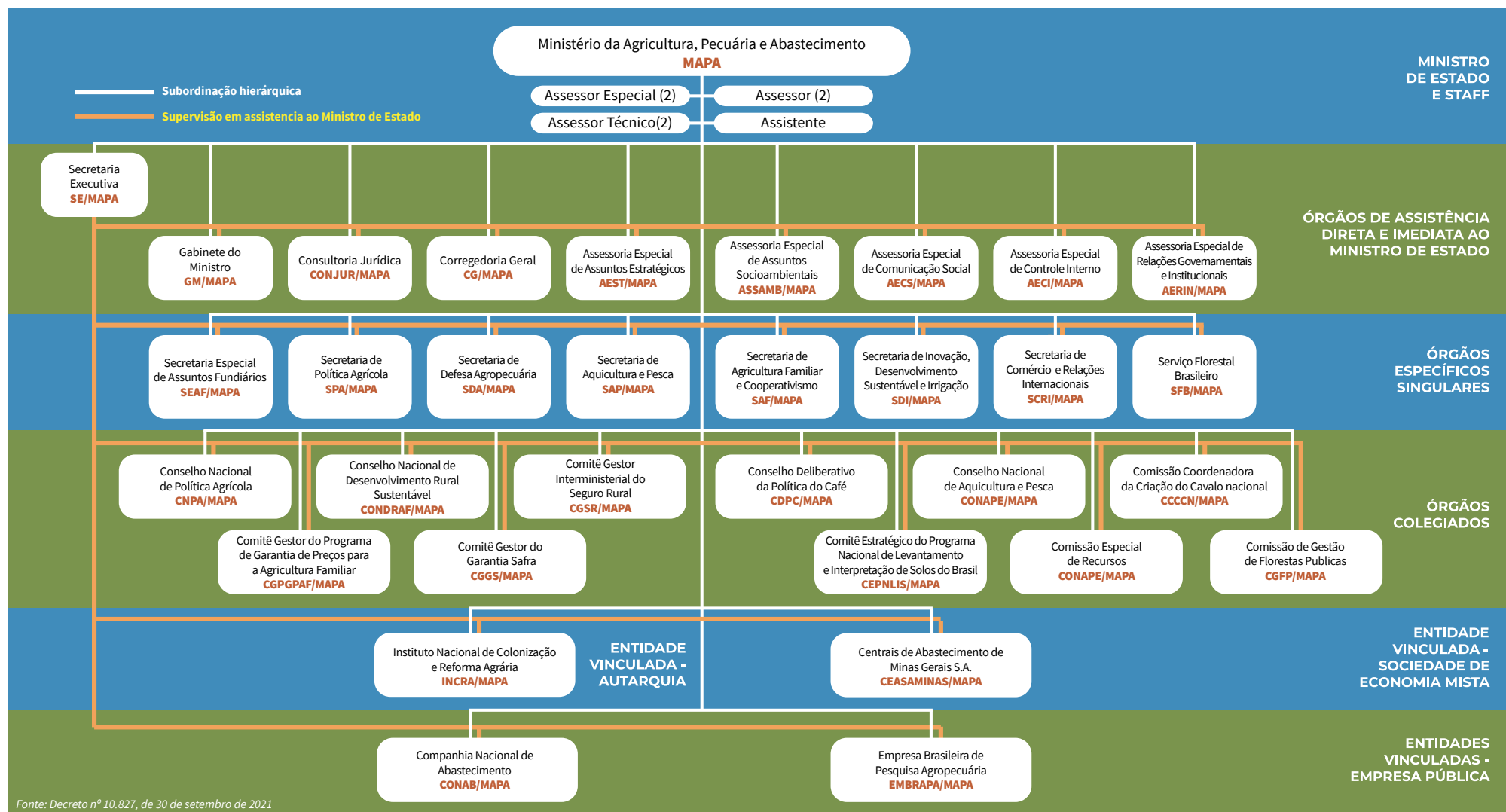
O quadro 3 traz as principais normas direcionadoras da atuação da Unidade, com respectivos links de acesso.

Quadro 3 - Principais normas regulamentadoras da atuação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e outros documentos relacionados

Norma	Assunto	Endereço para Acesso
Constituição Federal, arts. 21, 22, 23, 24 e 87	Competências da União; Escolhas do Ministro de Estado e atribuições	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm#art87
Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019	Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios;	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13844.htm
Decreto Nº 10.827, de 30 de setembro de 2021	Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança e altera o Decreto nº 3.035, de 27 de abril de 1999 e o Decreto nº 6.010, de 3 de janeiro de 2007	https://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2019-2022/2021/Decreto/D10827.htm https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3035.htm http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6010.htm
Decreto-Lei Nº 200, de 25 de fevereiro de 1967	Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências. Texto compilado	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0200.htm

Organograma da estrutura organizacional

Figura 3 - Organograma da Estrutura Organizacional do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, incluindo a estrutura de governança (Comitê de Governança, Riscos e Controle - CGRC/MAPA)



Cadeia de valor

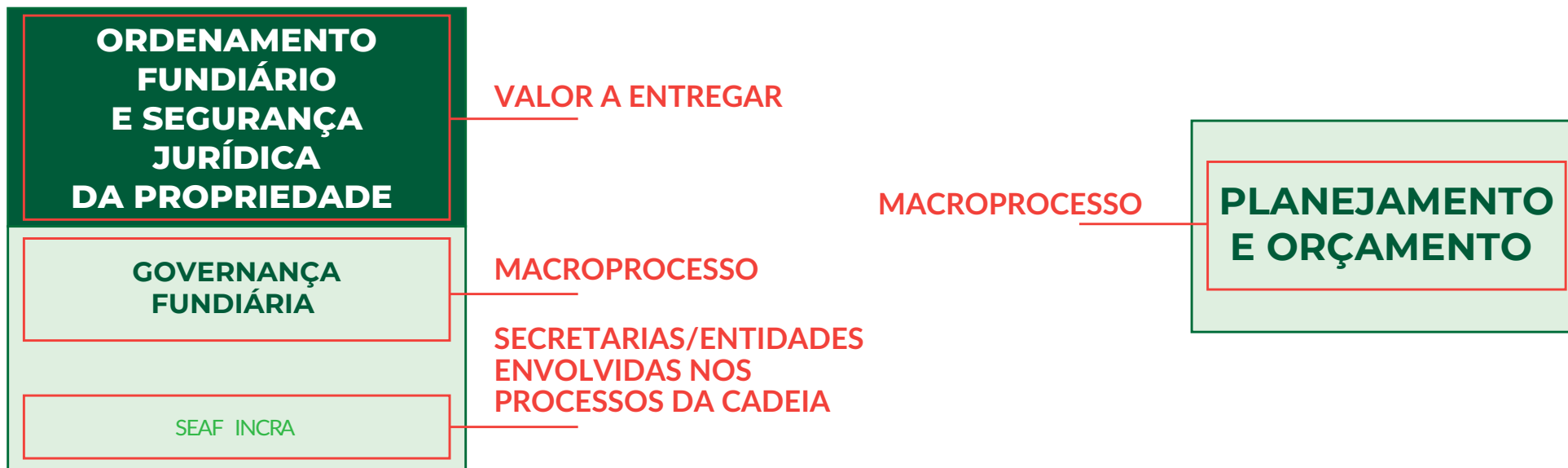
A Cadeia de Valor é uma representação gráfica de como um órgão se organiza, a partir de seu conjunto de processos, para gerar valor. No caso do MAPA, esse valor público está relacionado ao impacto social, econômico e político das ações, serviços e produtos desenvolvidos pelo próprio Ministério.

Figura 4 - Diagrama da Cadeia de Valor do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.



Desenvolvimento das Cadeias Produtivas Agropecuárias

Agropecuária é aqui entendida como abrangendo atividades relacionadas à agricultura e pecuária e atividades florestais, aquícolas, pesqueiras, extrativistas, seus beneficiamentos e assuntos fundiários.



LEGENDA DE SIGLAS APRESENTADAS NA CADEIA DE VALOR

SPA - Secretaria de Política Agrícola

SDA - Secretaria de Defesa Agropecuária

SAP - Secretaria de Aquicultura e Pesca

SAF - Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo

SDI - Secretaria de Inovação, Desenvolvimento Rural e Irrigação

SCRI - Secretaria de Comércio e Relações Internacionais

SEAF - Secretaria Especial de Assuntos Fundiários

SFB - Serviço Florestal Brasileiro

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

SFA - Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento

CEPLAC - Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira

INMET - Instituto Nacional de Meteorologia

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento

GLOSSÁRIO

CADEIA DE VALOR: é a decomposição da organização em conjuntos de atividades de relevância estratégica, representadas por meio de macroprocessos e processos de negócio.

VALOR A ENTREGAR: indica as oportunidades a perseguir e os problemas que a organização visa resolver para seus clientes.

MACROPROCESSO: é o meio pelo qual a organização reúne os grandes conjuntos de processos que geram valor.

PROCESSO: é a representação das atividades sequenciais que agregam valor qualitativo, transformando-as em resultados para os clientes.

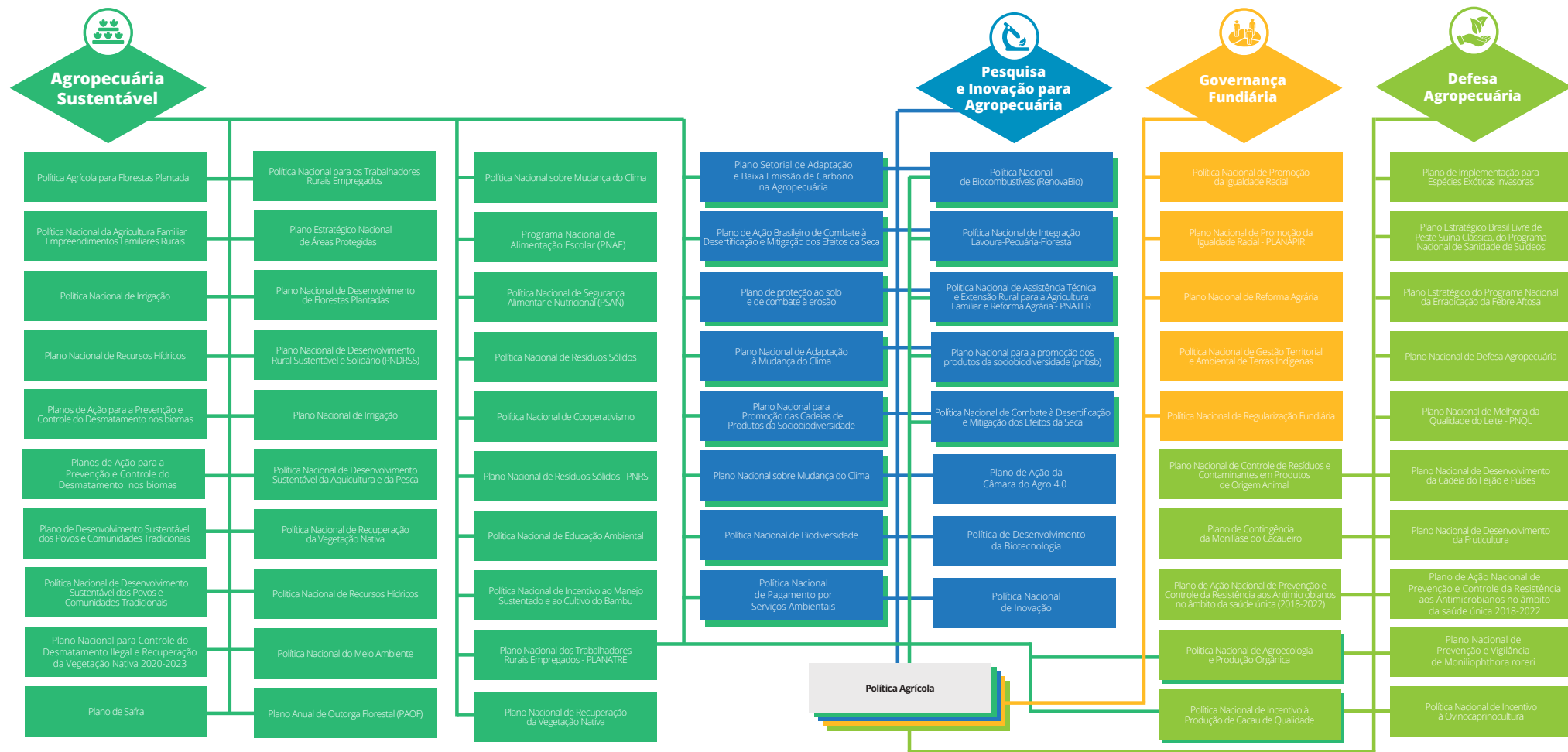
Planos setoriais, políticas nacionais e sua vinculação com o PPA

Além do Plano Plurianual (PPA), a Constituição postulou a importância de outros instrumentos de planejamento governamental observarem alinhamento com o Plano

Plurianual. Assim, o PPA deve estar em sintonia também com os planos e programas nacionais, regionais e setoriais. Esses instrumentos têm como objetivo garantir que as especificidades próprias de cada setor sejam observadas e atendidas pelas políticas públicas, em consonância com o PPA e com as diretrizes das políticas nacionais afins.

A figura a seguir indica os principais planos setoriais e políticas nacionais com atuação do Ministério e sua vinculação temática aos Programas do PPA 2020-2023.

Figura 6 - Planos Setoriais e Políticas Nacionais com atuação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e sua vinculação com o PPA



Contratos de gestão



O Contrato de Gestão celebrado entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e a Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ANATER) com o objetivo de promover, estimular, coordenar e implementar políticas públicas, programas e ação de assistência técnica e extensão rural permitiu, somente no âmbito dos programas do Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural da Secretaria de Agricultura Familiar e Extensão Rural, em 2021, a realização do total de 51.260 atendimentos, beneficiando os pequenos produtores rurais, jovens e mulheres produtoras de todas as regiões do país. Destes atendimentos, 49.612 ocorreram com prestação de serviços de assistência técnica aos pequenos produtores rurais e foram capacitados 1.078 agentes extensionistas.

Sob a coordenação e responsabilidade da Secretaria-Executiva do MAPA, os mecanismos de monitoramento e avaliação da gestão da ANATER foram aprimorados em 2021 para atender às boas práticas de gestão empresarial com a instituição do Comitê de

Monitoramento e Avaliação do Contrato de Gestão da ANATER (COATER), estabelecendo procedimentos e normas e fortalecendo ainda mais a governança, a transparência e a confiança nos serviços prestados.

Por meio dos Programa Nacional de Diversificação de Áreas Cultivadas com Tabaco, Programa AgroNordeste, Programa Produzir Brasil, Programa ATER Orgânicos, Programa Agroresidência, Programa Ater Digital e Programa Pronaf Produtivo Orientado, estas ações proporcionarão impacto no aumento de rendimento, na geração de trabalho rural, na qualidade dos produtos e no aumento da produtividade agropecuária, contribuindo para a prosperidade no campo.

Em 27 de dezembro de 2019, foi celebrado entre MAPA e SFB o Contrato de Gestão e de Desempenho, com vigência de 1º de janeiro de 2020 a 31 de dezembro de 2023, que tem por objeto assegurar ao Serviço Florestal Brasileiro autonomia administrativa e financeira, no grau conveniente ao exercício de suas atribuições, de forma a contribuir para a execução das políticas nacionais de gestão de florestas públicas. Essa autonomia relativa permite que o SFB celebre contratos diretamente, tanto da área administrativa quanto da área finalística, particularmente no que se refere às concessões florestais.

Estas, por sua vez, geram benefícios sociais (como geração de emprego e renda e investimento direto às comunidades locais), ambientais (uso sustentável das florestas e conservação e preservação) e econômicos (geração de recursos públicos e organização da atividade madeireira). Para tanto, o SFB possui uma área administrativa própria, com setores de contratos e licitações, tecnologia da informação, logística, planejamento, orçamento e finanças.

Relação com o ambiente externo



Em 2021, as exportações do agronegócio registraram US\$ 120,59 bilhões (+19,7%), valor recorde no período. O agronegócio representou 43,0% das exportações totais brasileiras, diminuindo sua participação em relação a 2020 onde representou 48,1%. O saldo da balança comercial do agronegócio, foi de US\$ 105,06 bilhões, mais que compensou o déficit de US\$ 43,83 bilhões dos demais produtos, o que resultou em um superávit total de US\$ 61,22 bilhões na balança comercial brasileira (+21,5%). O crescimento das exportações do agronegócio ocorreu em função do aumento do índice de preços dos produtos (+21,2%), enquanto o volume embarcado se reduziu (-1,2%).

Os principais setores exportadores foram: complexo soja (US\$ 48,01 bilhões; +36,3%), carnes (US\$ 19,86 bilhões; +15,7%), produtos florestais (US\$ 13,94 bilhões; +22,1%),

complexo sucroalcooleiro (US\$ 10,26 bilhões; +3,1%), café (US\$ 6,37 bilhões; +15,3%), e cereais, farinhas e preparações (US\$ 5,28 bilhões; -22,6%). Em conjunto, as vendas desses setores somaram US\$ 103,73 bilhões (+20,5%), ou 86,0% das exportações do agronegócio no período. Em 2021, foram conquistadas 77 aberturas de mercado para produtos agropecuários brasileiros.

Além disso, 848 estabelecimentos foram habilitados para exportações no mesmo período. A distribuição das aberturas de mercado por região ocorreu da seguinte forma: África (19), Américas (34) e Ásia (24). No último ano, destacam-se as aberturas do mercado mexicano para os produtos lácteos”, o início das exportações de carne suína para o Camboja, pescados para a Arábia Saudita e México; “Petfood” e farinhas de origem animal para a Argentina e Tailândia, ovos para o e maçãs para a Colômbia. Além das aberturas, continuamos negociando acordos comerciais interessantes para o agronegócio. Foram fechados acordos entre Mercosul e União Europeia e Mercosul e EFTA. Estamos também avançando nas negociações entre Mercosul/Canadá, Mercosul/Singapura, Mercosul/Coreia do Sul, Mercosul/Líbano, países que são grandes importadores agrícolas. Além disso, foram aprovadas pela Camex negociações com a Indonésia, que possui uma população aproximada de 278 milhões de pessoas, e com o Vietnã, mercado importante para nossas exportações. Os diálogos para estabelecimento das linhas de negociação com esses países já foram iniciados.

Quanto à participação do MAPA no capital social de outras sociedades, não se aplica no MAPA como Administração Direta, visto que as participações societárias da administração direta são feitas diretamente pela Secretaria do Tesouro Nacional, Ministério da Economia – ME.

3. RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS

O processo de implementação da gestão de riscos no âmbito do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Mapa está ocorrendo de forma progressiva desde seu início em 2017, e, assim, cada ano representa uma etapa do amadurecimento institucional no tocante à temática. Dessa forma, em 2021 ocorreram alguns avanços importantes com impactos positivos para o desenvolvimento das boas práticas almejadas, bem como para o atingimento dos objetivos estratégicos e dos resultados entregues à sociedade.

Nesse sentido, a Coordenação-Geral de Gestão e Riscos-CGGR, área ligada à Secretaria-Executiva com competência para atuação no que concerne à gestão de riscos, estruturou as “Frentes de Atuação” em Gestão de Riscos”, que representam o conjunto de atividades fundamentais para a efetiva implementação da Política de Gestão de Riscos e Controles Internos – PGRCI, publicada por meio da Portaria MAPA nº 70/2020, bem como das boas práticas que suportam o desenvolvimento e promoção da cultura interna de Gestão de Riscos.

Como demonstrado na figura 1, as Frentes de Atuação são divididas em 5 temas, quais sejam, Capacitação, Comunicação, Ferramentas, Modelos de Aplicação e Apoio Técnico. Os produtos resultantes das cinco (5) Frentes de Atuação proporcionam aos gestores do Mapa as condições necessárias para agirem com autonomia, de forma a assumirem a condução da gestão de riscos de seus processos de trabalho e atividades mais relevantes. Ainda, as Frentes de Atuação facilitam a participação dos representantes das Unidades Gestoras de Riscos e Controles Internos - UGRCI e demais servidores que possam vir a participar do gerenciamento de riscos no âmbito do Mapa.

Figura 7 - Frentes de atuação da Gestão de Riscos no Mapa



A seguir o detalhamento do objetivo de cada Frente de Atuação e os respectivos produtos gerados ou planejados:



Ações de sensibilização e capacitação dos servidores sobre a gestão e monitoramento dos riscos em suas unidades de atuação:

- Encontros da REDE GIRC-Mapa (Rede de Gestão, Integridade, Riscos e Controles Internos);
- Curso EaD “Gestão de Riscos no Mapa”;
- Tutorial do Sistema Ágatha;



Ações que visam a promoção de uma cultura institucional de Gestão de Riscos: • Campanhas de Comunicação, com utilização dos canais corporativos do Mapa.



Ações que visam prestar orientação técnica às Unidades Administrativas no que tange à gestão de riscos:

- Plano Setorial de Gestão de Riscos;
- Portfolio de Riscos da Cadeia de Valor;
- Consultorias às unidades que recebem recomendações da CGU.



Disponibilizar metodologias e instrumentos para a implementação da gestão de riscos:

- Guia de Gestão de Riscos do Mapa;
- Cartilha de Gestão de Riscos.



Disponibilizar instrumentos para a implementação da gestão de riscos:

- Sistema ÁGATHA;
- Planilhas modelos automatizadas para gestão de riscos.

Modelos e Ferramentas

Dentre os avanços alcançados durante o ano de 2021, destaca-se a Frente “Modelo de Aplicação”, em virtude da publicação da primeira versão do Guia de Gestão de Riscos do Mapa, cuja finalidade é servir como material orientativo para que os gestores do Mapa consigam realizar o processo de gestão de riscos de forma orientada, por meio do guia, como ferramenta de apoio técnico que pretende viabilizar que práticas gerenciais concernentes à identificação de riscos sejam incorporadas às ações do dia-a-dia do Ministério.

Figura 8 - Guia de Gestão de Riscos do Mapa e Guia do Usuário Ágatha



O Guia de Gestão de Riscos foi aprovado por meio da Resolução nº 01, de 29 de julho de 2021, pelo Comitê de Governança, Riscos e Controle-CGRC. O documento pode ser acessado pelo seguinte link: <https://url.gratis/mRG3fb>.

Ademais, quanto ao conteúdo, o Guia aborda o gerenciamento de riscos de maneira mais abrangente, sendo desenvolvido não apenas para riscos de processos de trabalho, como inicialmente trabalhado na organização, mas estabelece o enfoque nos Objetos de Riscos, os quais podem ser:

- Estratégia;
- Macroprocessos;
- Processos de trabalho;
- Atividades;
- Produtos;
- Serviços;
- Projetos; e
- Programas.

Deste modo, o guia contempla ainda os critérios a serem utilizados na seleção dos objetos da gestão de riscos, a forma de operacionalização das etapas do processo de gestão de riscos, e ainda os papéis e as responsabilidades aplicáveis para a sua efetiva instrumentalização, alinhados à PGRCI.

Capacitação e Comunicação

Figura 9 - Realizações das frentes de Capacitação e Comunicação



As frentes de Capacitação e Comunicação foram desenvolvidas com o objetivo principal de promover a cultura de gestão de riscos no Mapa e oferecer suporte às demais frentes. Assim, em 2021, as campanhas de comunicação foram um recurso relevante ao longo do ano, sobretudo a utilização dos meios de comunicação digitais, para as campanhas educativas sobre as definições de termos, etapas e estrutura de gestão de riscos, assim como, para a divulgação e atualização sobre as ações e resultados.

Em relação à Capacitação, a entrega mais relevante foi a construção e disponibilização do Curso “Gestão de Riscos no Mapa”, na modalidade de ensino à distância, em formato sem tutoria. O curso, lançado em agosto, ofertou 2 (duas) turmas no segundo semestre do ano e capacitou cerca de 150 (cento e cinquenta) servidores.

Foram ainda realizadas outras duas ações de capacitação: a primeira foi o 5º Encontro da Rede Girc-Mapa, intitulado “Webinar: Apresentação do Guia de Gestão de Riscos”, cujo objetivo foi apresentar aos servidores da pasta a metodologia de gestão de riscos descrita no Guia. Este evento ocorreu em agosto e foi transmitido por meio do canal da ENAGRO no Youtube, obtendo mais de 600 visualizações, entre público interno e externo.

A segunda foi a publicação, nos canais internos de comunicação, de 5 (cinco) vídeos tutoriais sobre o Sistema Ágatha – sistema de gestão de riscos, a fim de auxiliar os servidores e gestores na utilização dessa importante ferramenta para o gerenciamento dos riscos organizacionais.

Apoio Técnico



Inicialmente, cabe informar que o objetivo da Frente de “Apoio Técnico” é desenvolver ações que visam prestar orientação técnica às Unidades Administrativas no que tange à gestão de riscos, uma vez que a PGRCI do Mapa prevê que a responsabilidade direta pela operacionalização da gestão de riscos é dos Gestores de Processos. Assim, a Coordenação Geral de Gestão e Riscos-CGGR deve atuar de forma complementar, para auxiliar no gerenciamento de riscos da organização.

Nesse sentido, o Comitê de Governança, Riscos e Controle-CGRC aprovou a proposta da elaboração e execução do Plano Setorial de Gestão de Riscos, o qual consiste no planejamento das ações de gestão de riscos que devem ser aplicadas anualmente pelas Secretarias Finalísticas do Mapa e pelo Serviço Florestal Brasileiro-SFB.

Consoante tabela abaixo, é possível verificar o quantitativo total de riscos levantados por cada unidade, os objetos de riscos que foram selecionados e trabalhados, além do Objetivo Estratégico relacionado, uma vez que um dos intuitos da Gestão de Riscos é justamente garantir o alcance dos objetivos da organização.

Tabela 1 - Plano Setorial de Gestão de Riscos 2021.

Unidade	Tipo de Objeto	Objeto de Riscos	Objetivo Estratégico Relacionado	Quantidade de Riscos
SDA	Processo de Trabalho	Fiscalização para fins de Registro de estabelecimentos fabricantes de produtos de uso veterinário.	OE 6	57
SEAF	Processo de Trabalho	Deslocamentos dos servidores da SEAF para atuação nos projetos em desenvolvimento desta secretaria.	OE 05	4

Unidade	Tipo de Objeto	Objeto de Riscos	Objetivo Estratégico Relacionado	Quantidade de Riscos
SDI	Programa Estratégico	Implementação do Plano AgroNordeste	OE13, OE16	11
SAF	Programa Estratégico	Residência Profissional Agrícola	OE10, OE13	7
SCRI	Projeto Prioritário	Ampliação e fortalecimento da Rede de Adidos Agrícolas do Mapa nas representações brasileiras no exterior.	OE17, OE 18	3
SPA	Processo de Trabalho	“Sorteio da fiscalização das apólices contratadas no âmbito do PSR”	OE16	5
SFB	Resultado Prioritário	Análise dinamizada do CAR implantada em todas as Unidades da Federação	OE 4.3	7
SAP	Projeto Prioritário	Sigaq (Sistema de Informações Gerenciais da Aquicultura)	OE 9.3	6

Para além do Plano Setorial de Gestão de Riscos, as Unidades Gestoras de Riscos e Controles Internos - UGRICs também realizaram ações em gestão de riscos no ano de 2021, de forma independente.

Destaca-se também a atuação da Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA, com o mapeamento de riscos em 4 (quatro) processos, como os de “Importação de Produtos de Uso Veterinário”, “Reconhecimento de Equivalência para Adesão ao Sisb-Poa”, dentre outros.

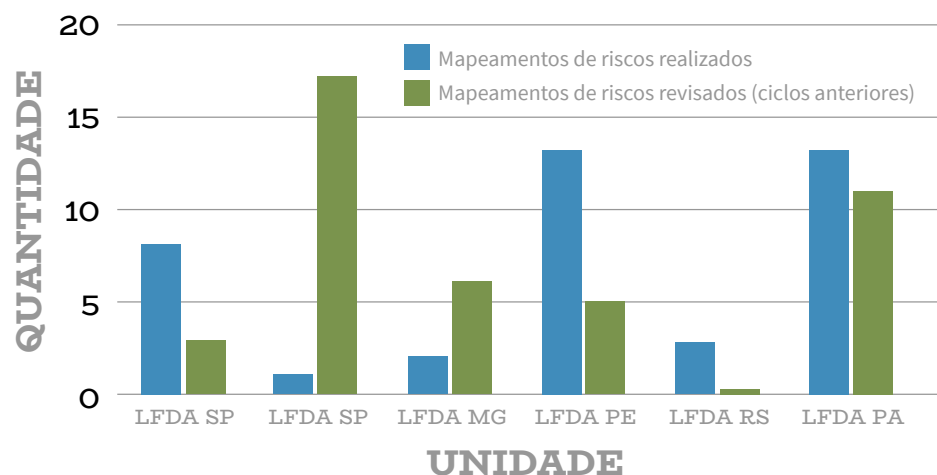


A Rede de Laboratórios Federais de Defesa Agropecuária (Rede LFDA), composta por 6 (seis) laboratórios oficiais e vinculada à Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA, é responsável por fornecer dados técnicos e resultados de análises laboratoriais, que compõe a tomada de decisão no âmbito da defesa agropecuária.

É importante frisar que essas unidades já contam em sua estrutura com setores específicos para o desenvolvimento do Sistema de Gestão da Qualidade, alguns destes certificados por organismos internacionais. Dessa forma, o tema gestão de riscos já vem sendo trabalhado de forma singular nestas unidades em detrimento das demais áreas deste Ministério.

Sendo assim, o processo de gestão de riscos foi executado também no âmbito dos Laboratórios, seja por meio de revisões de mapeamentos de ciclos anteriores (2020), ou por meio de novos mapeamentos de riscos, iniciados em 2021, conforme dispõe o gráfico abaixo:

Gráfico 1 - Mapeamentos realizados versus revisados



Nesse contexto, destaca-se ainda a efetiva atuação do Comitê de Governança, Riscos e Controles – CGRC/Mapa frente ao tema. O CGRC reuniu-se em quatro momentos, com periodicidade trimestral, no ano de 2021, de forma remota, para supervisionar e avaliar os resultados alcançados em gestão de riscos e outros temas relacionados à gestão do órgão.

Desafios e Perspectivas

Não obstante, os avanços ocorridos no ano de 2021, ainda é necessário conquistar próximos estágios de maturidade em gestão de riscos no Mapa. Assim, um dos principais desafios é gerenciar os riscos estratégicos do Ministério, de forma a identificar diretamente os riscos e oportunidades referentes aos objetivos estratégicos da organização, e, além disso, lograr a integração da gestão de riscos à gestão estratégica e as demais atividades do órgão de forma mais abrangente.

A fim de enfrentar os desafios identificados, será necessário dar continuidade e aperfeiçoar as frentes de Gestão de Riscos, principalmente nas ações de capacitação dos servidores e promoção da cultura de riscos. Além disso, é fundamental dar seguimento ao Plano Setorial, ciclo 2022, e iniciar o projeto “Riscos da Cadeia de Valor”, bem como o levantamento piloto dos riscos associados ao Mapa Estratégico do Ministério.

4. GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO

A estrutura de governança do MAPA é um mecanismo de liderança, estratégia e controle, posto em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vista à condução de políticas públicas e a prestação de serviços de interesse da sociedade. A operacionalização que concentra esse conceito estrutura ritos e relações de governança, trabalhando pelo alinhamento de esforços e do processo decisório, pela convergência das estruturas de governança, acompanhamento e comunicação dos resultados institucionais, bem como disseminação de boas práticas.

Nesse sentido a sociedade norteia as relações de governança porque dela emana o poder originário. Por isso, ela se relaciona com o Mapa tanto indiretamente, por meio da Presidência da República e das organizações privadas (de classe, não governamentais etc.), quanto diretamente, junto à alta administração, por meio da ouvidoria e outros canais de participação – dentre os quais se destacam as câmaras setoriais e temáticas.

A alta administração – núcleo estratégico de gestão que se encarrega das decisões diretas sobre programas de governo, políticas públicas e macroprojetos – é constituída pela Ministra de Estado e pelos titulares dos órgãos e das entidades da estrutura básica do MAPA: as secretarias e equivalentes, os colegiados, e as presidências do Incra, da Embrapa, da CONAB, da CASEMG e da CEASAMINAS.



Dada a forma federalista de Estado e da repartição constitucional de competências privativas, concorrentes e comuns, estados e municípios também se caracterizam como instâncias de governança, embora externas. No mesmo plano estão as representações

diplomáticas de outros Estados nacionais e organismos internacionais com os quais o MAPA se relaciona em função de acordos internacionais.

A alta administração, além de estabelecer as diretrizes da instituição, cumpre o papel de monitoramento do alcance dos objetivos estratégicos por meio de reuniões e informação documental. O parlamento, os estados, os municípios e outras instituições dialogam diretamente com o Mapa, havendo um setor específico para esse fim: a Assessoria Especial de Relações Governamentais e Institucionais. Para o relacionamento com outros Estados nacionais, órgãos-pares e organismos internacionais, o Ministério dispõe da Secretaria de Comércio e Relações Internacionais (SCRI), cuja atuação ocorre em cooperação com outros órgãos federais. Fazem parte da estrutura da SCRI os adidos agrícolas, lotados em representações diplomáticas brasileiras no exterior, cujas atribuições incluem a prospecção para produtos do agronegócio brasileiro no exterior.

O Mapa também exerce a supervisão daquelas entidades que têm autonomia administrativa e financeira que se lhes são vinculadas, indicando pessoas de seu quadro para comporem os conselhos de administração e fiscal, e, pela celebração de contratos de gestão baseados em metas e resultados tanto com órgãos e entidades públicos quanto paraestatais. A participação do setor produtivo se dá pelas Câmaras Setoriais e Temáticas. São foros de interlocução criados pelo Mapa para a identificação de oportunidades ao desenvolvimento das cadeias produtivas, definindo ações prioritárias de interesse para o agronegócio brasileiro e seu relacionamento com os mercados interno e externo.



Este elo entre governo e setor privado resulta em um mecanismo democrático e transparente de participação da sociedade na formulação de políticas públicas. As Câmaras Setoriais – relacionadas à ideia de agrupamento de segmentos da cadeia produtiva; e Temáticas – relacionadas com serviços, temas ou áreas de conhecimento e atuação no agronegócio – têm seus princípios fundamentados em seis conceitos básicos: equidade no tratamento – entre os diferentes elos das cadeias produtivas, qualidade nos serviços, garantia da segurança alimentar, competitividade, harmonização entre os setores e paridade público e privado na sua cogestão.

Estratégia de atuação do MAPA

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA é responsável pela gestão das políticas públicas de estímulo à agropecuária, pelo fomento do agronegócio e pela regulação e normatização de serviços vinculados ao setor. Para execução de suas competências institucionais, o Mapa relaciona-se com diferentes públicos de interesse, entendidos como grupos de instituições e setores da sociedade que participam, demandam e se beneficiam das ações executadas pelo Mapa, a saber:

- a)** poderes executivos da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal;
- b)** consumidores, entidades nacionais do setor produtivo (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA, Confederação Nacional da Indústria – CNI, Confederação Nacional do Transporte – CNT, Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – Fiesp etc.), Organizações Não Governamentais - ONGs, mídia, movimentos sociais organizados, entre outros segmentos da sociedade em geral;
- c)** produtores rurais, entidades de classe, cooperativas, federações de agricultura, sindicatos e demais atores das cadeias produtivas agropecuárias;
- d)** organismos internacionais (Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, Organização Mundial de Saúde Animal – OIE, Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura – FAO, Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura – IICA etc.), importadores, exportadores, ministérios da agricultura de outros países (ou congêneres), embaixadas e representações diplomáticas em geral, entre outros;
- e)** Comissões de Agricultura e do Meio Ambiente da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, outras comissões de interesse do Congresso Nacional, Assembleias Legislativas etc.;

f) representantes e instituições que atuam junto ao Poder Judiciário (Ministério Público Federal – MPF etc.) e Órgãos de Controle Federais (Tribunal de Contas da União – TCU e Controladoria Geral da União – CGU).

Essa pluralidade de atores, associada aos desafios globais e regionais que se colocam para o setor agropecuário brasileiro, requer uma atuação cada vez mais planejada, ágil e inovadora por parte daqueles que conduzem as políticas públicas, em especial, do Mapa.

Nesse contexto, para organizar a sua ação, o Ministério elaborou o seu Plano Estratégico - PE para o período 2020-2031. Ele dá continuidade aos planos estratégicos elaborados em 2006 e 2016, que são marcos importantes na gestão estratégica do Ministério. O Plano Estratégico é uma poderosa ferramenta que permite estruturar o caminho de onde a organização está hoje para onde ela pretende chegar no horizonte de planejamento estabelecido.

Em consonância com a Instrução Normativa nº 24, de 18 de março de 2020, da Secretaria de Gestão do Ministério da Economia, o PE MAPA 2020-2031 é aderente ao método Balanced Scorecard – BSC. “Balanceando” o olhar sobre a instituição por diferentes perspectivas, a exemplo da perspectiva dos públicos de interesse, o BSC trabalha com um conjunto de Objetivos Estratégicos, Indicadores de Desempenho, Metas e Iniciativas Estratégicas que concorrem para que a instituição alcance sua Visão de Futuro e cumpra a sua Missão. A Figura abaixo mostra os principais objetos nos quais se apoia a gestão estratégica do MAPA.

Figura 10 - Componentes da Gestão Estratégica Organizacional



O PE MAPA 2020-2031 conta com sólidos referenciais estratégicos. A Missão do MAPA é promover o desenvolvimento sustentável das cadeias produtivas agropecuárias, em benefício da sociedade brasileira. Sua Visão de Futuro é ser reconhecido pela inovação, agilidade e qualidade na implementação de políticas públicas e na prestação de serviços para o desenvolvimento sustentável das cadeias produtivas agropecuárias. Como Valores, têm-se o comprometimento, a ética, a transparência, a excelência, a responsabilidade, o foco dos públicos-alvo, a proatividade e a integração.

A Visão de Futuro do MAPA é decomposta em um conjunto de Objetivos Estratégicos distribuídos em quatro perspectivas de negócio, balanceando a atenção a ser dada a temas diversos:

a) Perspectiva de Resultados para a Sociedade: o alcance dos objetivos desta perspectiva acontece a partir da superação dos desafios traduzidos nas demais perspectivas, portanto são considerados “consequência” ou “efeitos”, atingidos a partir do sucesso das ações e projetos relacionados aos objetivos das demais perspectivas. Representam a contribuição da instituição para a sociedade;

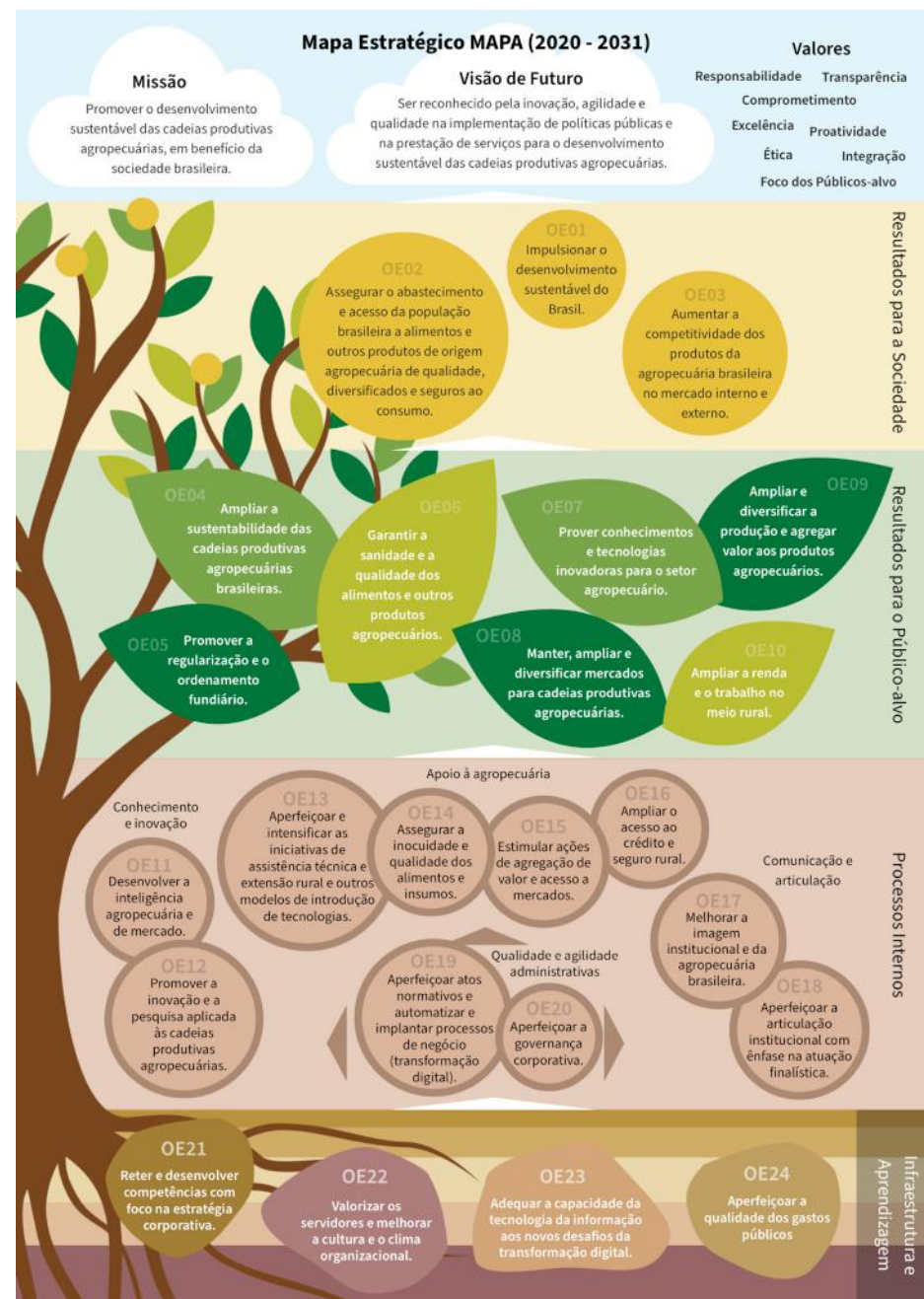
b) Perspectiva de Resultados para o Público-alvo: agrupa as grandes entregas (resultados) da organização para os seus públicos-alvo. Em outras palavras, considerando as necessidades desses públicos, os objetivos estratégicos representam o que é gerado como resultado para os “clientes” diretos do MAPA;

c) Perspectiva de Processos Internos: esta perspectiva aponta para os desafios afetos às atividades institucionais, ou seja, à sua cadeia de valor. São destacados objetivos para as funções em que a organização precisa ter excelência, considerando o cenário externo enfrentado e suas prioridades políticas e técnicas;

d) Perspectiva de Infraestrutura e Aprendizado: reúne os desafios internos da organização relacionados aos recursos humanos, às infraestruturas física e tecnológica e ao orçamento.

O Mapa Estratégico apresenta graficamente o conjunto de Objetivos Estratégicos, relacionados de forma causal, que terão de ser alcançados para a consecução da Visão de Futuro e o cumprimento da Missão do Ministério.

Figura 11 - Mapa Estratégico do PE MAPA 2020-2031



Aderência do Plano Estratégico a Outros Planos Governamentais

Um Plano Estratégico estabelece um conjunto de prioridades e decisões que orientam o desenvolvimento de uma organização em direção a um futuro que se deseja alcançar em um prazo definido.



Alinhado a outros instrumentos de planejamento governamental, como a Estratégia Federal de Desenvolvimento para o Brasil – EFD no período de 2020 a 2031 e o Plano Plurianual da União – PPA para o período de 2020 a 2023, o Plano Estratégico - PE MAPA 2020-2031 estrutura a ação do Ministério em harmonia com as diretrizes do governo federal de médio e longo prazos.

O PE-MAPA 2020-2031 e a EFD 2020-2031 possuem o mesmo horizonte temporal. A EFD 2020-2031 é inspirada no texto-base aprovado pelo Comitê Interministerial de Governança em 16 de janeiro de 2020. O objetivo da EFD 2020-2031 é definir a visão de longo prazo para a atuação estável e coerente dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

A diretriz principal da EFD 2020-2031 é: “elevar a renda e a qualidade de vida da população brasileira com redução das desigualdades sociais e regionais”. A partir dessa diretriz, a EFD 2020-2031 é estruturada em cinco eixos, com as seguintes diretrizes gerais:

a) Eixo Econômico: alcançar o crescimento econômico sustentado e a geração de empregos, com foco no ganho de produtividade, na eficiência alocativa e na recuperação do equilíbrio fiscal;

b) Eixo Institucional: aprimorar a governança pública, com foco na entrega efetiva de serviços ao cidadão e na melhoria do ambiente de negócios, garantindo a soberania e promovendo os interesses nacionais;

c) Eixo Infraestrutura: fomentar o desenvolvimento da infraestrutura, com foco no ganho de competitividade e na melhoria da qualidade de vida, assegurando a sustentabilidade ambiental e propiciando a integração nacional e internacional;

d) Eixo Ambiental: promover a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais, com foco na qualidade ambiental como um dos aspectos fundamentais da qualidade de vida das pessoas, conciliando a preservação do meio ambiente com o desenvolvimento econômico e social;

e) Eixo Social: promover o bem-estar, a família, a cidadania e a inclusão social, com foco na igualdade de oportunidades e no acesso a serviços públicos de qualidade, por meio da geração de renda e da redução das desigualdades sociais e regionais.

O PPA é o instrumento de planejamento governamental de médio prazo, em que o governo eleito expressa os objetivos, as diretrizes e as metas da administração pública federal para os próximos quatro anos. O PPA 2020-2023 apresenta quatro programas sob responsabilidade do MAPA:

- **Programa 1031: Agropecuária Sustentável.** Objetivo: promover o desenvolvimento da agropecuária sustentável, da pesca artesanal e da aquicultura familiar;
- **Programa 1040: Governança Fundiária.** Objetivo: promover a regularização da ocupação e do domínio da terra;
- **Programa 2202: Defesa Agropecuária.** Objetivo: promover a sanidade da produção agropecuária, a idoneidade e inocuidade de seus insumos e produtos;
- **Programa 2203: Pesquisa e Inovação Agropecuária.** Objetivo: prover conhecimentos e tecnologias adequadas para a adoção de soluções para o setor agropecuário, fomentando a competitividade, a rentabilidade da produção, a segurança alimentar e nutricional e o desenvolvimento da agropecuária.



Há, ainda, três programas sob gestão de outros ministérios, mas que contam com a participação do MAPA no desenvolvimento de importantes ações:

- **Programa 1041: Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais.** Objetivo: fortalecer a conservação, o uso sustentável e a repartição de benefícios do uso da Biodiversidade e dos Recursos Naturais, de forma a combater e reverter as suas perdas e a redução dos serviços ecossistêmicos, por meio de políticas públicas integradoras;
- **Programa 2217: Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano.** Objetivo: estimular o desenvolvimento de territórios, cidades e regiões, ampliando a estruturação produtiva e urbana, e a provisão de serviços públicos para a redução das desigualdades socioeconômicas, em múltiplas escalas;
- **Programa 6011: Cooperação com o Desenvolvimento Nacional.** Objetivo: realizar ações de cooperação com o desenvolvimento nacional, a defesa civil e as ações governamentais em benefício da sociedade.

Figura 12 - Programas do PPA 2020-2023 sob gestão do MAPA



Os Objetivos Estratégicos do PE MAPA 2020-2031 e os Programas do PPA 2020-2023 estão coerentemente alinhados, como se observa a seguir. É importante mencionar que este cruzamento associa os Objetivos Estratégicos aos Programas do PPA com os quais têm relação mais direta. No entanto, os Objetivos também têm impacto indireto sobre outros Programas (um mesmo Objetivo pode estar associado a mais de um Programa).

Programa 1031 - Agropecuária Sustentável:



- OE04: ampliar a sustentabilidade das cadeias produtivas agropecuárias brasileiras;
- OE08: manter, ampliar e diversificar mercados para cadeias produtivas agropecuárias;
- OE09: ampliar e diversificar a produção e agregar valor aos produtos agropecuários;
- OE10: ampliar a renda e o trabalho no meio rural;
- OE13: aperfeiçoar e intensificar as iniciativas de assistência técnica e extensão rural e outros modelos de introdução de tecnologias.
- OE15: estimular ações de agregação de valor e acesso a mercados;
- OE16: ampliar o acesso ao crédito e seguro rural;
- OE17: melhorar a imagem institucional da agropecuária brasileira.

Programa 1040 - Governança Fundiária:

- OE05: promover a regularização e ordenamento fundiário.

Programa 2202 - Defesa Agropecuária:

- OE06: garantir a sanidade e a qualidade dos alimentos e outros produtos agropecuários;
- OE14: assegurar a inocuidade e qualidade dos alimentos e insumos.



Programa 2203 - Pesquisa e Inovação Agropecuária:

OE07: prover conhecimentos e tecnologias inovadoras para o setor agropecuário;

OE12: Promover a inovação e a pesquisa aplicada às cadeias produtivas agropecuárias.

Programa 1041 - Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade:

OE04: ampliar a sustentabilidade das cadeias produtivas agropecuárias brasileiras.

Programa 2217 – Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano:

OE04: ampliar a sustentabilidade das cadeias produtivas agropecuárias brasileiras.

Objetivos estratégicos, indicadores, responsáveis, metas e resultados em 2021

No âmbito do PE MAPA 2020-2031, como instrumento para medição da consecução dos Objetivos Estratégicos, são definidos Indicadores de Desempenho com suas respectivas Metas, que fornecem informações ao longo do tempo sobre a evolução do alcance de cada Objetivo. Vários indicadores do PE MAPA 2020-2031 são comuns ao PPA 2020-2023, o que reforça o alinhamento entre esses dois importantes instrumentos.



Os Objetivos Estratégicos, os indicadores de desempenho, as unidades responsáveis, as metas pactuadas e os resultados alcançados no período são apresentados a seguir.

OE01 - Impulsionar o desenvolvimento sustentável do Brasil

Descrição: participar do desenvolvimento sustentável do país ao fomentar a produção agropecuária com respeito ao meio ambiente, gerar emprego e aumentar a renda, trazendo estabilidade no meio rural e aos agentes das cadeias produtivas agropecuárias. Contribuindo para a interiorização do desenvolvimento, o incremento da arrecadação de impostos e a geração de excedentes exportáveis que impactam a balança comercial brasileira.

IND01.1. Variação do PIB do agronegócio.

Finalidade: o desenvolvimento do país é alcançado com o desenvolvimento econômico e a melhoria da renda e da qualidade de vida da população. O PIB do agronegócio, conforme calculado pelo método desenvolvido pelo Cepea/Esalq-USP, é uma medida de crescimento econômico setorial, englobando todos os componentes das cadeias produtivas agropecuárias: insumos, pesquisa, maquinaria, produção, processamento, distribuição e demais serviços até o consumo final ou exportação.

Área Responsável: SPA - Secretaria de Política Agrícola.

Meta para 2021: 3,5%

Resultado apurado: 8,36%



Análise crítica: o PIB do agronegócio brasileiro, calculado pelo Cepea/USP e CNA, cresceu 8,36% em 2021, a despeito dos efeitos adversos do clima sobre as safras agrícolas. Com isso, ele alcançou participação de 27,4% em relação ao PIB da economia brasileira, a maior desde 2004 (27,53%).

O PIB do agronegócio cresceu em todos os seus segmentos, com destaque para o primário e o de insumos, com aumentos de 17,52% e 52,63%, respectivamente. O PIB também cresceu para os outros dois segmentos, embora em níveis bem mais modestos: 1,63% para a agroindústria e 2,56% para os agrosserviços. Dentre os ramos, no entanto, enquanto o PIB da agricultura avançou 15,88%, o pecuário recuou 8,95%.

O forte crescimento do PIB do segmento primário agrícola decorreu principalmente pelo alto patamar dos preços, em vista as expressivas quebras de produção para importantes culturas, causadas pelo clima desfavorável. Ademais, o resultado poderia ter sido ainda melhor se não fosse pelo aumento nos custos de produção.

No ramo pecuário, entretanto, o aumento expressivo dos custos com insumos foi determinante para seu fraco desempenho. Além disso, a menor produção de boi gordo para abate também influenciou muito negativamente o PIB pecuário, que terminou por recuar em 2021, comprometendo parcialmente o resultado final. Esse ramo sofreu ainda com a expressiva redução da demanda doméstica, em vista do forte aumento de preços da carne ao consumidor final.

OEO2 - Assegurar o abastecimento e acesso da população brasileira a alimentos e outros produtos de origem agropecuária de qualidade, diversificados e seguros ao consumo

Descrição: promover o acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em conformidade com as normas sanitárias, sem contaminação química ou biológica, em quantidade suficiente e diversificados, à população brasileira.



IND02.1 - Índice de conformidade de produtos de origem vegetal e animal (indicador comum ao PPA)

Finalidade: averiguar o nível de conformidade dos produtos de origem animal e vegetal fiscalizados em relação aos padrões de segurança estabelecidos.

Área Responsável: SDA - Secretaria de Defesa Agropecuária.

Meta para 2021: 81%

Resultado apurado: dado ainda não disponível.

Análise crítica: o resultado deste indicador não fica disponível a tempo de constar no Relatório de Gestão. Em 2020, a meta era 81% e o resultado foi 85,62%, sobre o qual será feita a análise.

Em 2020, as condições desfavoráveis de deslocamento de servidores em função da pandemia da Covid-19 afetaram significativamente a coleta e transporte de amostras para os laboratórios e a fiscalização dos estabelecimentos (frigoríficos, laticínios etc.).

Na área de Inspeção de Produtos de Origem Animal – POA, somente 51,2% das amostras previstas conseguiram ser coletadas, mesmo assim houve um esforço para que não houvesse um prejuízo maior aos programas oficiais de inspeção sanitária. Assim mesmo, o índice de conformidade foi de 86,24%, o que é ligeiramente melhor que o de 2019 (85,87%), demonstrando que o controle dos produtos de origem animal não foi negligenciado pelas empresas registradas no Serviço de Inspeção Federal.

Na área de bebidas, de um total de 2.213 estabelecimentos a serem fiscalizados em 2020 por critério de risco (rotina, denúncias e vistorias estimadas), foram fiscalizados 1.379 estabelecimentos, o que correspondeu a 62,3% da meta. O índice de conformidade de estabelecimentos ficou em 78,7%, o que demonstra que ações junto ao setor produtivo sobre boas práticas de fabricação e a atualização das normativas foram grandes propulsores da melhoria da qualidade dos estabelecimentos. Esse percentual poderá aumentar com a implementação dos controles internos, estabelecidos por normativa, como ferramenta para o autocontrole. A meta de coleta de bebidas era de 2.365 produtos em 2020. Foram analisados e coletados 1.079 produtos, o que correspondeu a 45,6% da meta. O lockdown imposto em virtude da pandemia foi o fator apontado para a coleta abaixo do esperado. Quanto à conformidade dos produtos, o índice ficou em 90,4%, demonstrando o maior entendimento do setor das normas vigentes.

Os resultados do índice de conformidade de produtos de origem vegetal referentes à área da qualidade vegetal resultaram em um valor de 86% de conformidade. As ações de fiscalização foram focadas em produtos ou grupos de produtos enquadrados como de alto risco e com maior susceptibilidade a fraudes, ou a alterações qualitativas inerentes ao processo de produção, ou suscetíveis à contaminação por resíduos de agrotóxicos e contaminantes. Apesar da meta de conformidade ter sido atingida em 2020, ressalta-se que em números absolutos a meta ficou abaixo do esperado devido ao afastamento dos servidores do regime presencial, em virtude da pandemia de COVID-19 (muitos servidores no grupo de risco). Quando possível, houve coleta de amostras em conjunto com a fiscalização do estabelecimento detentor do produto, com intuito de verificar a conformidade desses produtos aos Padrões Oficiais de Classificação – POC e para realização de análises laboratoriais com fins de detecção de presença de resíduos de agrotóxicos e contaminantes.

Além de dificuldades de ações fiscalizatórias decorrentes da pandemia de Covid-19, destacam-se como restrições: diminuição gradual do quadro de servidores da fiscalização nos estados, sem recomposição de recursos humanos na área vegetal; diminuição da força de trabalho dos laboratórios, reduzindo e impactando no tempo de análise das amostras; limitação de capacidade laboratorial; burocracia na autorização de deslocamento de servidores; veículos precários; dificuldade na logística de envio de amostras para análise.

IND02.2 - Taxa de capacidade de armazenagem da produção

Finalidade: mensurar a capacidade estática de armazenagem em relação ao volume da produção.

Área Responsável: Conab - Companhia Nacional de Abastecimento.

Meta para 2021: 77%

Resultado apurado: 69,79%



Análise crítica: entre a safra passada, 2019/2020, e a atual, 2020/2021, houve uma redução na produção de grãos em cerca de 2%. Essa tendência de redução veio acompanhada de um aumento da capacidade de armazenagem do Brasil em cerca de 2,8%. A redução da safra somada ao aumento da capacidade estática fez com que a disponibilidade de armazenamento de grãos aumentasse no País.



No ano de 2021 os preços da soja e do milho permaneceram elevados, levando à exportação desses grãos. Assim, o escoamento da produção para os portos reduziu a necessidade de armazenamento. A manutenção da alta do dólar elevou o preço dos grãos e também elevou o custo de construção dos armazéns, sendo esses os fatores que desestimularam a construção de novas estruturas. Mesmo no cenário atual, que não incentiva a manutenção de estoques de grãos, é necessário estimular o investimento em estruturas de armazenagem de grãos no País.

IND02.3 - Índice de execução do abastecimento

Finalidade: verificar a regularidade no abastecimento do Programa de Vendas em Balcão - ProVB, identificar pontos críticos e eventuais intercorrências e viabilizar a proposição de melhorias de processos e procedimentos.

Área Responsável: Conab - Companhia Nacional de Abastecimento.

Meta para 2021: 72%

Resultado apurado: 50%

Análise crítica: todas as demandas do ProVB são objeto de Nota Técnica Conjunta anual que é submetida à Diretoria Executiva da Conab - Direx, por meio de Voto da Diretoria de Operações e Abastecimento - Dirab, visando à aprovação e ao subsequente envio ao MAPA, para as providências de autorização para operacionalização do Programa no ano seguinte.

O prazo para a aquiescência do MAPA, por meio de sua Secretaria de Política Agrícola - SPA, independe da atuação da Conab, tendo em vista a imprescindibilidade de

negociações daquele órgão supervisor junto ao Ministério da Economia, responsável pela descentralização dos recursos necessários. Nem sempre a autorização para execução do ProVB, exarada pelo MAPA, ocorre tempestivamente, de modo que as demandas de abastecimento das unidades de venda do ProVB podem ocorrer meses após o previsto inicialmente, deixando de coincidir com o melhor período para a compra do milho ou realização de remoção. Nesse sentido, justifica-se a eventual falta de interesse dos terceiros na participação dos leilões de compra e de remoção de milho.

Entretanto, apesar de a meta não ter sido atingida, as unidades de venda do ProVB, com poucas exceções, ficaram abastecidas durante todo o ano de 2021.

OE03 - Aumentar a competitividade dos produtos da agropecuária brasileira no mercado interno e externo

Descrição: promover o aumento da produtividade da agropecuária brasileira por meio da promoção de inovações e sua incorporação na produção, com vistas a atender às demandas de consumo dos mercados interno e externo.

IND03.1 - Participação anual das exportações agropecuárias brasileiras no comércio mundial de produtos agropecuários



Finalidade: avaliar a representatividade das exportações agropecuárias brasileiras em relação ao comércio agropecuário mundial.

Área Responsável: SCRI - Secretaria de Comércio e Relações Internacionais.

Meta para 2021: 7%

Resultado apurado: dado ainda não disponível.

Análise crítica: o resultado deste indicador não fica disponível a tempo de constar no Relatório de Gestão. Em 2020, a meta era 7% e o resultado foi 7%, sobre o qual será feita a análise.

Em 2020, o market-share brasileiro frente ao comércio agrícola internacional foi de 7%. Resultado de exportações agrícolas brasileiras de US\$ 87,5 bilhões e importações agrícolas mundiais de US\$ 1,24 trilhão. A ampliação do market-share brasileiro em 2020 se deve a dois pontos: 1) crescimento do comércio internacional em somente 0,07%, sobretudo pelos efeitos negativos da pandemia do Covid 19; e 2) ampliação das exportações agrícolas brasileiras em 7,15%. Com isso, o Brasil ocupou uma fatia maior do comércio agrícola mundial. O crescimento das exportações brasileiras ocorreu em função do aumento da quantidade embarcada dos produtos (+9,9%), enquanto o índice de preços caiu 5,3% em 2020.

OEO4 - Ampliar a sustentabilidade das cadeias produtivas agropecuárias brasileiras

Descrição: promover o crescimento da produção de alimentos e de matéria-prima para a geração de bioenergia, alinhada com as demandas da população mundial e comprometida com o uso racional dos recursos naturais e com a inclusão de pequenos e médios produtores.

IND04.1 - Número de municípios com tecnologias do Plano ABC financiadas
(indicador comum ao PPA)



Finalidade: o indicador se baseia na expansão da utilização das tecnologias do Plano ABC (Agricultura de Baixa Emissão de Carbono) nos municípios do Brasil. Os dados utilizados têm como fonte a linha de crédito do Plano ABC, o Programa ABC.

Área Responsável: SDI - Secretaria de Inovação, Desenvolvimento Rural e Irrigação.

Meta para 2021: 3.050 municípios.

Resultado apurado: 3.036 municípios.

Análise crítica: o desempenho foi impactado, principalmente, devido ao aumento de cerca de 20% nas taxas de juros mínima e máxima da linha de crédito Programa ABC, sem mencionar o impacto causado pela existência de outras linhas de crédito do Plano Safra que competem com o Programa ABC, seja na taxa de juros, nos prazos de carência e de pagamento, nos itens financiáveis, na questão documental (desobrigação de projeto) etc. Por sua vez, entende-se que a falta de recursos orçamentários para ações de fomento das tecnologias do Plano ABC dificulta o conhecimento, a compreensão e o benefício da adoção das tecnologias do Programa ABC. Além disso, o estado de Pandemia do Covid-19, que se estendeu em 2021, também compromete a execução dessas ações de transferência de tecnologia e de promoção do Plano ABC, impactando negativamente sua adoção e consequente expansão.

Adicionalmente, cada região tem peculiaridades que podem interferir no alcance da meta estipulada:

- Região Centro-Oeste: dificuldade de obtenção de novos municípios nesta Região, pois cerca de 92% dos municípios já possuem financiamentos via a linha de crédito do Plano ABC;

- Região Nordeste: a seca na Região traz mais complexidade para as atividades agropecuárias. Necessidade de criação/disseminação de tecnologias específicas para esta Região que proporcionem o avanço das tecnologias do Plano ABC na Caatinga. Restrições fundiárias específicas da Região Nordeste também dificultam a adoção das tecnologias do Plano ABC. A oportunidade que se apresenta para a difusão é o status atual de presença das tecnologias do Plano ABC na Região que está em 21% dos seus municípios;
- Região Norte: a falta de recursos orçamentários para ações de fomento das tecnologias do Plano ABC dificulta o conhecimento, a compreensão e o benefício da adoção das tecnologias do Programa ABC. Dificuldade de obtenção de novos municípios nesta Região, pois cerca de 66% dos municípios já possuem financiamentos via a linha de crédito do Plano ABC. Restrições fundiárias também afetam negativamente o avanço do Plano ABC na área;
- Região Sudeste: mesmo com 71% dos municípios desta Região já possuindo financiamentos via linha de crédito do Plano ABC, entende-se que uma maior divulgação do Programa ABC e suas tecnologias e principalmente seus benefícios econômicos para os produtores poderia ampliar o número de municípios na Região. Uma maior capacidade de promoção e fomento do Programa ABC daria um grande retorno na contratação da linha e, conseqüentemente, grande adoção de práticas de Agricultura de Baixo Carbono;
- Região Sul: a falta de recursos orçamentários para ações de fomento das tecnologias do Plano ABC dificulta o conhecimento, a compreensão e o benefício da adoção das tecnologias do Programa ABC. Mesmo com 61% dos municípios desta Região já possuindo financiamentos via linha de crédito do Plano ABC, entende-se que uma maior divulgação do Programa ABC, suas tecnologias e principalmente seus benefícios econômicos para os produtores poderia ampliar o número de municípios na Região.



IND04.2 - Índice de Sustentabilidade da Agropecuária - ISA (indicador comum ao PPA)

Finalidade: mensurar a sustentabilidade ambiental da produção agropecuária brasileira. O índice está ligado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS da Organização das Nações Unidas - ONU.

Área Responsável: SE - Secretaria Executiva.

Meta para 2021: 39%

Resultado apurado: 51,87%

Análise crítica: o Indicador ISA suplantou a meta anual prevista, perfazendo o total de 51,87% em 2021. Todas as Dimensões que compõem o Índice obtiveram rendimento acima das suas metas, que eram de 50%, 19,5% e 48% para DCP, DAA e DSM, respectivamente.

A Dimensão Crescimento da Produtividade - DCP obteve resultado de 52,94%. Os cultivos que tiveram crescimento de produtividade foram amendoim, arroz, aveia, canola, centeio, cevada, soja, trigo e triticale, enquanto os demais produtos tiveram redução na produtividade. No que diz respeito à safra de café, os efeitos fisiológicos da bionalidade negativa, observados em diversas regiões produtoras nesta safra, bem como as condições climáticas adversas de seca em muitas localidades, influenciaram diretamente as lavouras, tanto para a redução do rendimento médio como para a diminuição da área em produção. Além disso, houve a ocorrência de geadas em junho e julho, embora com pouca interferência nesta safra, impactando as lavouras de café em produção e em formação. Já a produção de cana-de-açúcar considera os efeitos climáticos adversos da estiagem durante o ciclo produtivo das lavouras e as baixas temperaturas registradas em junho e julho deste ano, inclusive com episódios de geadas em algumas áreas de produção. Em decorrência desses problemas, este levantamento aponta para uma redução na produção de cana-de-açúcar em comparação à temporada passada.



A Dimensão Adequação Ambiental - DAA excedeu a meta prevista, obtendo resultado de 24,32%, quase um quarto acima da meta em 2021. Apesar do bom resultado do indicador, ainda há desafios a serem superados, tais como: particularidades regionais do País; particularidades das inscrições dos Povos e Comunidades Tradicionais e dos Assentamentos no Cadastro Ambiental Rural - CAR; falta de conhecimento dos proprietários e possuidores acerca da política de regularização ambiental e seus benefícios (que se traduz em resistência do público-alvo); necessidade de capacitação e apoio aos proprietários e possuidores para os procedimentos de retificação do cadastro conforme a realidade do imóvel rural; capacitação continuada dos técnicos dos órgãos estaduais competentes nas novas ferramentas do Sistema de Cadastro Ambiental Rural - SICAR; insuficiência de equipe técnica nas Unidades Federativas; equipe reduzida da unidade responsável pela implementação da agenda; e a necessidade de se ampliar a articulação e sinergia com diferentes atores, nas três esferas governamentais.

A última Dimensão, de Sistemas de Produção e Acesso a Mercados - DSM, obteve o excelente resultado de 78,35% para o ano. Esse resultado deve-se, principalmente, ao “número de produtores orgânicos inscritos no Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos - CNPO” e à “Área de Integração Lavoura-Pecuária-Floresta - ILPF”, que ultrapassaram suas respectivas metas para o ano. No que se refere ao número de produtores orgânicos, o período de isolamento imposto pela Pandemia prejudicou a entrada de novos produtores no CNPO. Entretanto, nos últimos meses do ano de 2021, quando houve relaxamento das restrições impostas pela pandemia, houve a retomada de atividades presenciais que possibilitaram o retorno das visitas de pares e inspeções imprescindíveis para a verificação dos sistemas de produção orgânica, indicando, ao final, crescimento da produção, principalmente justificada pela demanda dos consumidores.

IND04.3 - Área de imóveis rurais inscritos no CAR com cadastros analisados no SICAR (indicador comum ao PPA)

Finalidade: mensurar a área de imóveis rurais inscritos no Cadastro Ambiental Rural - CAR com cadastros analisados no Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural - SICAR.

Área Responsável: SFB - Serviço Florestal Brasileiro.

Meta para 2021: 162.583.376,68 hectares.

Resultado apurado: 210.210.306,53 hectares.



Análise crítica: o indicador passou por uma revisão em 2021, o que resultou em alteração na fórmula. Dessa forma, não é possível fazer a comparação entre os dados de 31/12/2020 e os dados de 31/12/2021. Para o período analisado, o resultado do indicador corresponde a 210.210.306,53ha na área total de imóveis rurais com análise de regularização ambiental

concluída, com tendência positiva do indicador. Salienta-se, ainda, que o indicador tem se mostrado adequado para aferir os avanços na análise de cadastros.

Entretanto, apesar da superação da meta, ainda existem desafios a serem vencidos de forma a otimizar os avanços relacionados a este indicador, tais como: particularidades regionais do País; falta de conhecimento dos proprietários e possuidores acerca da política de regularização ambiental e seus benefícios (se traduz em resistência do público-alvo); necessidade de capacitação e apoio aos proprietários e possuidores para os procedimentos de retificação do cadastro conforme a realidade do imóvel rural; capacitação continuada dos técnicos dos órgãos estaduais competentes nas novas ferramentas do Sistema de Cadastro Ambiental Rural - SICAR; insuficiência de equipe técnica nas Unidades Federativas; equipe reduzida da unidade responsável pela implementação da agenda; fatores externos adversos à governança do SFB, como as competências da agenda compartilhada com Estados e o Distrito Federal, o que reduz a governança do SFB na implantação da política, e a necessidade de ampla articulação e sinergia com diferentes atores.

OE05 - Promover a regularização e o ordenamento fundiário

Descrição: propor e implementar políticas e ações, racionalizando a estrutura e os processos de modo a tornar mais célere e confiável o processo de regularização fundiária.



IND05.1 - Índice de Regularização Fundiária (indicador comum ao PPA)

Finalidade: medir o processo de regularização fundiária da malha nacional. O índice está ligado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS da ONU.

Área Responsável: Incra - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

Meta para 2021: 9,75%

Resultado apurado: 24,24%

Análise crítica: foram emitidos 139.526 documentos titulatórios em 2021, sendo 120.946 referentes a Projetos de Assentamento e 18.580 da titulação de Regularização Fundiária.

Para o ano de 2021 no Plano Plurianual - PPA, foi estabelecida para o indicador Índice de Regularização Fundiária a meta de alcance de 9,75%. O índice obtido foi de 24,24%, considerando o total de 248.638 documentos titulatórios emitidos (cumulativamente entre os anos de 2020 e 2021), em relação à demanda estimada de 1.025.875 de processos.

Esse resultado foi alcançado por meio de um esforço conjunto do Incra (Sede e Superintendências Regionais - SR), incluindo estratégia de normatização, orientações, reuniões de trabalho (principalmente remotas), capacitação, apoio operacional, planejamento integrado e constituição de equipes de trabalho. Como restrições, destacam-se as dificuldades inerentes à Pandemia do Covid-19, que limitaram as atividades de campo nos Projetos de Assentamento - PA, e a redução do quadro de servidores do Incra por aposentadorias, situação que vem se agravando consideravelmente nos últimos anos, com perspectiva de se agravar em curto prazo. Outra restrição que houve foi relativa ao orçamento, em termos de valores disponibilizados e extemporaneidade na liberação.

OE06 - Garantir a sanidade e a qualidade dos alimentos e outros produtos agropecuários

Descrição: garantir a segurança dos alimentos e outros produtos agropecuários, aperfeiçoando os mecanismos de prevenção, erradicação e controle de pragas e doenças. Desenvolver e ampliar ações de educação sanitária para produtores e consumidores.

IND06.1 - Porcentagem de suspeitas atendidas pelo Serviço Veterinário Oficial no prazo regulamentar

Finalidade: reflete a capacidade técnica e estrutural dos Serviços Veterinários Oficiais para a efetiva prevenção, controle e erradicação das doenças dos animais. Mede o percentual de atendimento das suspeitas das enfermidades no prazo legal (síndromes: vesicular, hemorrágica do suíno, respiratória e nervosa das aves).



Área Responsável: SDA - Secretaria de Defesa Agropecuária.

Meta para 2021: 85,50%

Resultado apurado: 71,21%

Análise crítica: o resultado do indicador de Atendimento a Demandas no Prazo (notificações de suspeitas das síndromes: neurológica, hemorrágica dos suínos, respiratória e nervosa das aves e vesicular) ficou abaixo da meta proposta de 85,5%. O resultado de 2021 foi de 71,2% de atendimentos dentro do prazo estabelecido, em um total de 4.749 atendimentos a suspeitas de doenças das síndromes realizados pelos Órgãos Estaduais de Sanidade Agropecuária - OESAs, sob coordenação do Departamento de Saúde Animal - DSA, da SDA/MAPA.

Os atendimentos realizados para a **Síndrome vesicular** alcançaram índice de **69,28%** dentro do prazo, apresentando melhoria em relação a 2020, que foi de 58,4%.

O resultado ainda é baixo, refletindo a influência do grande número de ocorrências relacionadas ao Senecavirus A. Dos 1.530 atendimentos da síndrome vesicular, 1.280 (83,7%) foram em suínos. Esse grande volume sobrecarregou a capacidade do serviço veterinário, gerando atrasos nos atendimentos. Conforme mencionado, apesar de abaixo da meta, houve melhoria em relação ao ano anterior, e isso é resultado da atuação do Departamento de Saúde Animal - DSA, das Superintendências Federais de Agricultura - SFAs e dos OESAs, mediante ações de capacitação, auditorias e supervisões.



Nos 472 atendimentos realizados para a Síndrome Hemorrágica dos suínos, 66,95% ocorreram dentro do prazo estabelecido, índice melhor que o obtido em 2020, que foi de 64,6%, mas ainda bem abaixo da meta. Dos 1.877 atendimentos da Síndrome neurológica, 69,47% foram dentro do prazo estabelecido, bem abaixo dos 84,7% obtidos em 2020. Para os atendimentos relacionados à Síndrome respiratória e nervosa das aves, o indicador ficou em 80,69%, melhor que o obtido em 2020, de 76,4%, mas ainda abaixo da meta.

O DSA realizou a gestão das ocorrências utilizando o e-Sisbravet, sistema informatizado implantado em 2020 que possibilitou melhor acompanhamento dos atendimentos e monitoramento dos indicadores.

O principal fator para o baixo desempenho do indicador continua sendo a baixa capacidade técnica e operacional de boa parte dos OESAs, responsáveis pelos atendimentos às suspeitas.

Também é relevante a situação da Pandemia de COVID-19, que levou vários técnicos do MAPA e dos OESAs a internações e necessidade de trabalhar remotamente, levando ao aumento da sobrecarga já existente sobre os técnicos de campo e atrasos em atendimentos.

O atraso nos atendimentos impede a rápida detecção de doenças dos animais e a eficiência na sua contenção. As ocorrências podem causar graves impactos econômicos e sociais ao País, e os atrasos em uma ocorrência de doença de alto impacto ampliariam grandemente as perdas diretas e indiretas a toda a sociedade.

Como medidas mitigadoras para evitar mau desempenho no indicador, a SDA conseguiu aumentar o aporte de recursos aos OESAs para 2022, via convênio, visando apoiar a estruturação e manutenção desses órgãos, e o DSA e as SFAs seguem aprimorando o

acompanhamento dos atendimentos, fortalecendo as capacidades do MAPA e OESAs promovendo reuniões técnicas e treinamentos para as equipes de campo.

OE07 - Prover conhecimentos e tecnologias inovadoras para o setor agropecuário.

Descrição: disponibilizar e disseminar conhecimentos e soluções tecnológicas (práticas, produtos e serviços) e estimular a adoção de novas tecnologias (ex.: sensores, internet das coisas, geolocalização, robótica etc.) para a modernização do setor agropecuário.

IND07.1 - Incremento do impacto econômico das soluções tecnológicas agropecuárias transferidas à sociedade (indicador comum ao PPA)

Finalidade: prover informações sobre o incremento, em termos reais, do impacto econômico do conjunto de soluções tecnológicas agropecuárias transferidas à sociedade, em relação ao valor referente a 2018 (valor base).

Área Responsável: Embrapa - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.

Meta para 2021: 7,5%

Resultado apurado: dado ainda não disponível.

Análise crítica: o resultado deste indicador não fica disponível a tempo de constar no Relatório de Gestão. Em 2020, a meta era 3,5% e o resultado foi 15,5%, sobre o qual será feita a análise.

A média dos benefícios econômicos do período 2015 – 2018 (T0; número médio de tecnologias avaliadas – 128) correspondeu ao valor nominal de R\$ 36.908.168.820,24; com a correção monetária para dezembro de 2020, corresponde a R\$ 48.691.884.169,29. A média do quadriênio posterior, de 2017 a 2020, foi da ordem de R\$ 56.245.669.534,49 (número médio de tecnologias avaliadas – 150). Tem-se, portanto, em termos reais, um aumento de 15,5% em relação à linha de base T0. O valor do indicador no quadriênio 2016-2019 já havia se mostrado superior à meta projetada para o quadriênio 2017-2020 (T1), o que sinalizava que a meta de 3,5% no valor do indicador poderia ser também superada.

Além do aumento da média de tecnologias avaliadas, de 128 no quadriênio 2015-2018 para 150 no quadriênio 2017-2020, destaca-se que o ano de 2020 foi marcado por efeitos externos à pesquisa que influenciaram no benefício econômico estimado, como a alta do dólar. O Lucro Social da Embrapa, publicado no Balanço Social da empresa em 2020, foi de aproximadamente R\$ 61,8 bilhões. Considerando que muitos valores praticados na agricultura são influenciados pela moeda americana, observa-se que os benefícios econômicos estimados refletiram também essa alta no setor agropecuário. Citam-se

tecnologias como a Fixação Biológica de Nitrogênio – FBN na cultura da soja, que passou de um pouco mais de R\$ 22 bilhões para mais de R\$ 28 bilhões. Ocorre que os preços dos fertilizantes são cotados em dólar, assim, a redução de custos proporcionada pela FBN, que evita o uso de fertilizantes nitrogenados, torna-se ainda mais expressiva. De forma similar, está o Zoneamento Agrícola de Risco Climático – ZARC, que engloba diversas culturas e foi sensivelmente afetado pela alta da moeda americana, passando de um pouco mais de R\$ 4,6 bilhões para R\$ 8,48 bilhões. Ressalta-se que no caso do ZARC, em 2020, houve um expressivo aumento na área contratada do Prêmio de Seguro Rural, dobrando em quase todas as culturas, mesmo as mais significativas, como a soja.

A ampliação de novos estudos de impactos econômicos também teve um efeito positivo na elevação do resultado, como é o caso da avaliação dos impactos da Coinoculação na cultura da soja, com uma área de 9.052.677 ha. Outro exemplo é o de tecnologias cujo alcance do estudo de avaliação de impactos foi ampliado, como é o caso da Integração Lavoura-Pecuária-Floresta – ILPF no Meio-Norte do Brasil. Em 2019, para fins de avaliação, considerou-se uma área de 243.876 ha, enquanto que em 2020 foram analisados os impactos econômicos abrangendo uma área de 2.525.927 ha.

OE08 - Manter, ampliar e diversificar mercados para cadeias produtivas agropecuárias

Descrição: aumentar a quantidade e diversidade de produtos agropecuários ofertados, preservando os clientes atuais e prospectando novos mercados.



IND08.1 - Índice de abertura de mercados para produtos agropecuários brasileiro

Finalidade: avaliar a capacidade do Brasil em acessar mercados para produtos agropecuários brasileiros.

Área Responsável: SCRI - Secretaria de Comércio e Relações Internacionais.

Meta para 2021: 0,80

Resultado apurado: 0,70

Análise crítica: muito em função da manutenção do cenário de pandemia vivido ao redor do mundo, a demanda por alimentos se manteve intensa em 2021, buscando a maioria dos países garantir a segurança alimentar de sua população. Embora o número de destinos efetivos das exportações tenha diminuído de 206 (em 2020) para 199 (em 2021), gerando aparente piora do resultado do presente indicador, o Brasil obteve recorde no volume de suas exportações, totalizando US\$ 120,6 bilhões no referido ano (aumento de 20% em relação ao ano anterior, representando o agronegócio 43% das exportações totais brasileiras). Ainda, novas possibilidades de acesso a mercados foram conquistadas via o esforço do MAPA nas negociações técnicas, sanitárias e fitossanitárias, aumentando as possibilidades de exportação dos produtos do agro brasileiro. Ainda que o presente índice não reflita esta realidade, visto que ele considera apenas os países para os quais o Brasil efetivamente exportou durante o ano, foram abertos 77 mercados no ano de 2021, significando a possibilidade de acesso a novas categorias de produtos do agro para os diversos países que o Brasil já exporta. Ademais, nem sempre estas aberturas de mercado significam efetivas exportações dos produtos, considerando que há a necessidade de ações complementares para que se concretizem, como a promoção comercial, o desenvolvimento de acordos de facilitação bilateral ou regional entre o Brasil e outros países e, principalmente, a competência do setor produtivo, peça decisória nos destinos e variedades de produtos a serem exportados. Desta forma, mesmo não atingindo a meta proposta do indicador para o período, houve uma significativa ampliação do comércio agropecuário brasileiro para o exterior e na possibilidade de destinos para os quais o Brasil exporta seus produtos, em comparação com o ano de 2020, mostrando mais uma vez otimismo para o próximo ano, com a manutenção da pujança da agropecuária brasileira, que está cada vez mais preparada para atender aos diversos mercados e a suas diferentes exigências.

OE09 - Ampliar e diversificar a produção e agregar valor aos produtos agropecuários

Descrição: ampliar e diversificar o conjunto de produtos agropecuários com atributos e características que resultem em um maior valor agregado, do ponto de vista ambiental, econômico e social.



IND09.1 - Percentual de crescimento do número de unidades de produção orgânica cadastradas

Finalidade: avaliar o impacto das ações de controle e fiscalização da rede de produção orgânica, assim como o impacto das políticas públicas de incentivo à produção orgânica e de base agroecológica, considerando a aplicação das normas para a produção orgânica que promovem a qualidade dos produtos e processos do ponto de vista ambiental, econômico e social.

Área Responsável: SDA - Secretaria de Defesa Agropecuária.

Meta para 2021: 7,14%

Resultado apurado: 15,85%

Análise crítica: o resultado alcançado, de 15,85% de crescimento das unidades de produção cadastradas, superou a meta proposta de 7,14%. As metas foram estabelecidas com conservadorismo, observando um crescimento permanente, mas considerando a necessidade de apoio ao desenvolvimento da rede de produção orgânica.

O período de isolamento imposto pela Pandemia de COVID-19 prejudicou a entrada de novos produtores no Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos - CNPO; mas, nos últimos meses do ano de 2021, houve um relaxamento das restrições e a possibilidade de retomada de atividades presenciais, com os cuidados necessários, que possibilitaram as visitas de pares e inspeções imprescindíveis para a verificação dos sistemas de produção

orgânica. Esse crescimento demonstra o impulso para o crescimento da produção orgânica, principalmente justificada pela demanda dos consumidores.

A estrutura de pessoal disponível para o controle e a fiscalização preocupa enormemente, pois se observa uma paulatina diminuição do quadro de servidores disponíveis para as ações relacionadas com a produção orgânica. É extrema a necessidade de recomposição do quadro de Auditores Fiscais Federais Agropecuários e a celebração de convênios com as Unidades da Federação por meio do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária - SUASA.

IND09.2. Número de cultivares protegidas e espécies passíveis de proteção



Finalidade: o incentivo para geração de novas cultivares passa pela garantia do direito de propriedade intelectual que possibilita o retorno financeiro ao investimento na pesquisa. Quanto maior o número de espécies incluídas no regime de proteção, maiores as opções de investimento por parte das empresas de melhoramento, além de propiciar a atração de investimentos externos. Com relação ao número de cultivares protegidas, quanto maior a quantidade, maior a probabilidade de acesso dos agricultores a variedades de plantas de alto potencial, refletindo no aumento de rentabilidade dos cultivos.

Área Responsável: SDA - Secretaria de Defesa Agropecuária.

Meta para 2021: 3.118 cultivares.

Resultado apurado: 3.399 cultivares.

Análise crítica: as restrições impostas pela Pandemia de Covid-19 e a redução de servidores do Serviço Nacional de Proteção de Cultivares - SNPC (técnicos e administrativos) também foram sentidas no ano de 2021. Apesar disso, os resultados observados foram positivos, superando a meta estipulada para o período em 9%, ou seja, 281 cultivares a mais que o patamar de 3.118 cultivares.

Como já observado para o exercício anterior, o bom desempenho decorre, principalmente, da digitalização total dos serviços de solicitação, análise e concessão dos pedidos de proteção de cultivar, permitindo ao SNPC seguir sem interrupções em suas atividades e aos usuários dos serviços de proteção continuar realizando novos pedidos e respondendo às diligências dos pedidos em análise.

Como desafios a serem superados, reforça-se que a redução de pessoal no SNPC devido a aposentadorias, transferências para outras unidades e mesmo os afastamentos decorrentes do Covid-19 afetam os trabalhos realizados.

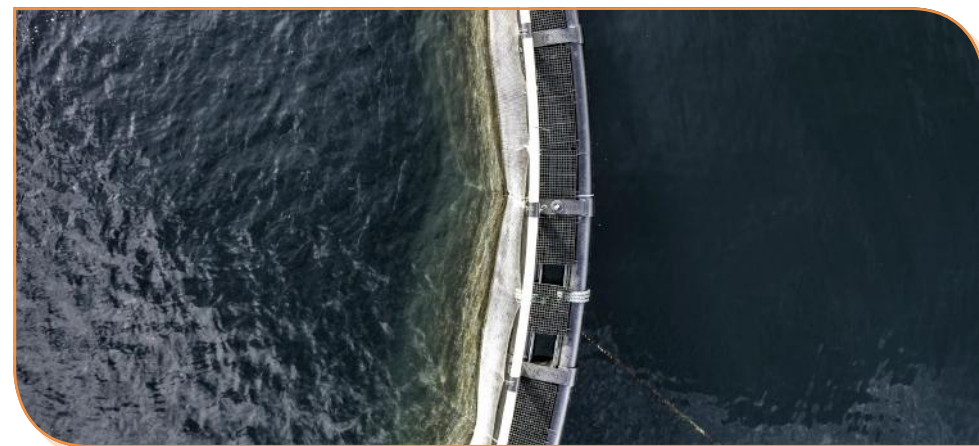
IND09.3. Índice de aumento da produção regularizada em águas da União

Finalidade: mensurar o aumento da produção de organismos aquáticos em áreas regularizadas em águas da União.

Área Responsável: SAP - Secretaria de Aquicultura e Pesca.

Meta para 2021: 5%

Resultado apurado: dado ainda não disponível.



Análise crítica: o resultado deste indicador não fica disponível a tempo de constar no Relatório de Gestão. Em 2020, a meta era 5% e o resultado foi 15,03%, sobre o qual será feita a análise.

Com o intuito de promover melhor gestão dos contratos de cessão de uso, foi instituído o Relatório Anual de Produção da Aquicultura em Águas da União – RAP, por meio da Instrução Normativa SAP/MAPA nº 01, de 03 de fevereiro de 2020, que normatiza a rotina de envio desses dados fixando a obrigatoriedade na forma e nos prazos previamente estipulados.

Em 2020, o resultado foi acima do esperado devido a um aumento no número de RAPs recebidos, assim como uma estabilização ou aumento nas produções individuais declaradas.

A atividade de aquicultura em águas da União vem se expandindo no país, tendo sido registrado um aumento de 15% na produção declarada de organismos aquáticos, passando de 68.168 toneladas em 2019 para 78.416 toneladas em 2020.

Quase a totalidade da produção é oriunda de reservatórios de hidrelétricas nas bacias do Tocantins-Araguaia, do Paraná e do São Francisco, havendo também algumas cessões para produção de peixes em açudes públicos, rios federais e também no mar territorial. A regularização da utilização de águas da União para fins de aquicultura eleva a oferta de pescado no país gerando emprego e renda e promovendo o desenvolvimento sustentável.

OE10 - Ampliar a renda e o trabalho no meio rural

Descrição: estimular a criação de oportunidades de geração de renda e trabalho, inclusão produtiva e qualidade de vida que tornem o campo atrativo para a permanência e oportunizando a mobilidade social.

IND10.1 - Rendimento médio real do trabalhador cuja atividade principal é a agropecuária

Finalidade: medir a evolução do rendimento médio real do trabalhador que tem como atividade principal a agricultura, a pecuária, a produção florestal, a pesca e/ou a aquicultura.

Área Responsável: SAF - Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo.

Meta para 2021: R\$ 1.541,23

Resultado apurado: R\$ 1.534,33



Análise crítica: os resultados anuais advêm da média dos valores apurados trimestralmente, em cada ano, sendo que o dado de referência para este indicador é disponibilizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE desde o primeiro trimestre de 2012.

Os valores tiveram variação positiva nos últimos três anos, comparando-se com o ano anterior: 0,41%, em 2018; 0,28%, em 2019; e 3,72%, em 2020. Fazendo a média dos valores apurados nos três primeiros trimestres de 2021, tem-se o valor de R\$ 1.534,33, que por sua vez representa um crescimento de 1,08% com relação ao rendimento médio anual apurado em 2020. Este valor está próximo da meta estabelecida para 2021, R\$ 1.541,23, que considerou um crescimento de 1,53% com relação a 2020. Contudo, será possível obter a média final de 2021 com a disponibilização do 4º trimestre pelo banco de tabelas estatísticas do IBGE.

Nota-se que, ao longo dos anos, houve um crescimento real do rendimento médio do trabalhador. Uma das possíveis razões para o crescimento observado na renda está no aumento da disponibilidade de crédito para agricultura familiar, que teve 19% mais recursos no Plano Safra 2021/2022, sendo destinados R\$ 39,34 bilhões para financiamento pelo Pronaf, com juros de 3% e 4,5%, com o aumento de recursos e menores taxas de juros, o que privilegiou diretamente os pequenos produtores.

OE11 - Desenvolver a inteligência agropecuária e de mercado

Descrição: desenvolver um sistema de inteligência estratégica direcionado para a tomada de decisão pelo MAPA, Governo Federal, agentes econômicos e sociedade em geral, permitindo maior compreensão sobre o processo produtivo, o abastecimento, a segurança alimentar e a competitividade do país no mercado internacional.

IND11.1 - Taxa de implementação do Observatório Agropecuário

Finalidade: medir o nível de evolução do projeto de implementação do Observatório Agropecuário.

Área Responsável: SDI - Secretaria de Inovação, Desenvolvimento Sustentável e Irrigação.

Meta para 2021: 100%

Resultado apurado: 100%

Análise crítica: o Projeto Estratégico Corporativo - PEC Implantar Observatório da Agropecuária Brasileira foi encerrado no dia 31/03/2021, após atingir o objetivo principal do projeto: integrar, sistematizar e disponibilizar informações da agropecuária brasileira.

A integração foi realizada com os dados disponibilizados pelas instituições públicas e privadas parceiras do projeto. Dentre esses dados, destacam-se as informações dos produtos agrícolas da Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB, com acesso direto ao banco de dados do Portal de Informações da CONAB, dados do Zoneamento Agrícola de Risco Climático - ZARC do MAPA, com acesso via link ftp, dados das famílias assistidas nos programas da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - ANATER, dados das propriedades atendidas pela Assistência Técnica e Gerencial - ATeG do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - SENAR, com acesso via link ftp, dados públicos de embargos e ASV pelo geoserver do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, entre outros.



A sistematização foi realizada a partir dos dashboards construídos para cada tema, chamados de Painéis Temáticos. Hoje, há sete Painéis sistematizados. São eles: Agricultura Familiar; Agropecuária Sustentável e Meio Ambiente; Assistência Técnica; Crédito Rural; Produtos Agrícolas; Programa Nacional de Solos do Brasil - PronaSolos; e Zoneamento Agrícola de Risco Climático - ZARC.

A disponibilização dos dados e das informações é realizada a partir do Portal do Observatório da Agropecuária Brasileira, por meio de página web, com acesso público, mas também com opção de acesso restrito. O Portal disponibiliza diversas abas com a história do projeto, os parceiros, uma área dedicada à publicação e acesso fácil a documentos estratégicos - Biblioteca, além da aba Painéis Temáticos, onde se acessam os Painéis em suas respectivas plataformas - Estatística e Geoespacial.

Após aprovação do projeto pela Ministra Tereza Cristina, o Portal foi lançado e disponibilizado para o público em maio de 2021. Os resultados mencionados podem ser conferidos no endereço: <http://www.gov.br/agricultura/pt-br/observatorio>.

IND11.2 - Índice de interesse das informações agropecuárias

Finalidade: mensurar o grau de interesse pelas informações do setor agropecuário geradas pela Conab, elevando a assertividade na geração de conhecimento e contribuindo na tomada de decisão e na proposição de estudos e análises.

Área Responsável: Conab - Companhia Nacional de Abastecimento.

Meta para 2021: 0,50

Resultado apurado: 0,59

Análise crítica: o indicador mensura o interesse pelas informações geradas e disponibilizadas pela Companhia (downloads de publicações e acesso ao Portal de Informações), contribuindo na tomada de decisão e na proposição de estudos e análises. A meta anual de manter o indicador em 0,50 foi ultrapassada, atingindo 0,59.

O resultado obtido no indicador demonstra a melhoria contínua nas atividades da Companhia no que tange à coleta, ao tratamento, à análise e à disponibilização das informações agropecuárias de maneira transparente, segura e tempestiva. Desse modo, elevando a assertividade na geração de conhecimento e contribuindo na tomada de decisão e na proposição de estudos e análises, além de apresentar o interesse do setor público e privado (agentes da cadeia) nas informações geradas e disponibilizadas pela Conab.

Salienta-se que é fundamental a revisão contínua do orçamento financeiro para a realização das atividades de geração de informações (dados de campo, preços, custos de produção, mapeamentos agrícolas, estimativa objetiva de produtividade, estoques privados, entre outros) para manter o indicador sempre acima da meta.

OE12 - Promover a inovação e a pesquisa aplicada às cadeias produtivas agropecuárias

Descrição: promover a realização das pesquisas necessárias à efetividade das atividades das cadeias produtivas agropecuárias com a adoção de seus resultados e/ou adaptação de práticas e técnicas inovadoras e sustentáveis.



IND12.1 - Número de ativos tecnológicos e ativos pré-tecnológicos desenvolvidos pela Embrapa no ano (indicador comum ao PPA)

Finalidade: monitorar a quantidade de ativos tecnológicos e ativos pré-tecnológicos entregues pela programação de projetos de pesquisa da Embrapa anualmente.

Área Responsável: Embrapa - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.

Meta para 2021: 1.430 ativos.

Resultado apurado: 1.401 ativos.

Análise crítica: a programação de P&D da Embrapa obteve, em 2021, montante de ativos muito próximo à meta estabelecida, com alcance de 98%. A programação entregou 654 ativos pré-tecnológicos (servem de base para produtos e processos) e 747 ativos tecnológicos (produtos e/ou processos com uso direto pelo setor produtivo).

Os ativos são gerados, de maneira geral, a partir da contribuição de mais de uma Unidade da Embrapa e/ou de parceiros externos, prezando por uma lógica de trabalho em rede, e para atendimento dos problemas da agricultura, podendo-se aplicar a uma ou mais regiões do país. Assim, a informação regionalizada é uma aproximação, considerando a região de localização da Unidade responsável pela obtenção do resultado. Desse modo, a regionalização do indicador é a seguinte: centro-oeste (32%), norte (9%), nordeste (17%), sul (20%) e sudeste (22%).

Em 2020, houve a prorrogação de 23% do total de projetos executados no ano. A prorrogação do cronograma de execução das atividades gerou a postergação da data de alcance de resultados, de 2020 para 2021. Em 2021, cerca de 13% dos resultados foram indicados como não alcançados, evidenciando os riscos da atividade de P&D e/ou limitações na condução dos projetos, por razões diversas, entre elas, a pandemia de Covid-19. É

esperado que parte dos resultados (re)planejados para 2021 seja, ainda, replanejada para 2022 ou anos posteriores. O desafio atual está relacionado aos desdobramentos da Pandemia de Covid-19 e seus impactos na execução da programação de pesquisa, e restrições orçamentárias poderão comprometer entregas futuras.

IND12.2 - Número de ativos tecnológicos e pré-tecnológicos qualificados pela Embrapa no ano (indicador comum ao PPA)

Finalidade: monitorar a quantidade de ativos tecnológicos e pré-tecnológicos qualificados pela Embrapa anualmente.

Área Responsável: Embrapa - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.

Meta para 2021: 640 ativos.

Resultado apurado: 703 ativos.

Análise crítica: até o dia 14/03/2022, foram qualificados 696 ativos tecnológicos e 7 ativos pré-tecnológicos a partir de resultados de pesquisa, desenvolvimento e inovação - PD&I gerados em 2021 pela Embrapa. O valor apurado foi 9,8% maior que a meta prevista, reflexo das estratégias e dos novos modelos de negócios para inserção de tecnologias no mercado. A partir da regionalização dos dados, que está relacionada à região geográfica para a qual o ativo é indicado, observa-se que a maior parte dos ativos gerados em 2021 e qualificados até o momento são indicados para a região Centro-Oeste (69%), seguida da região Nordeste (67%) e Sudeste (66%). Para a região Sul, são indicados 58% dos ativos e, para a região Norte, 49% dos ativos. É importante ressaltar que um ativo pode ser indicado simultaneamente para mais de uma região e, portanto, o somatório dos dados regionalizados não equivale ao indicador total.

Regionalização do Resultado (os dados por região não devem ser somados, pois um determinado ativo pode ter sido indicado para mais de uma região): Centro-Oeste: 482 ativos; Nordeste: 470 ativos; Norte: 342 ativos; Sudeste: 465 ativos; e Sul: 405 ativos.

IND 12.3 - Recursos financeiros aplicados em pesquisa agropecuária

Finalidade: medir o volume de aplicações financeiras dirigidas a estudos, projetos, pesquisas, desenvolvimento e ações de inovação do setor agropecuário.

Área Responsável: SDI - Secretaria de Inovação, Desenvolvimento Rural e Irrigação.

Meta para 2021: R\$ 43.500.000,00.

Resultado apurado: R\$ 112.256.402,81.



Análise crítica: o resultado relativo ao Indicador 12.3 superou novamente a meta prevista para o período, em função do fortalecimento da agenda estratégica de inovação em implementação pelo MAPA e suas vinculadas. Dessa forma, buscou-se a ampliação da aplicação de recursos para pesquisa agropecuária voltada a iniciativas de fomento a ecossistemas de inovação, Agro 4.0, entre outras, com foco na inovação e pesquisa nas diversas cadeias produtivas agropecuárias, incluindo ações sob responsabilidade das demais Secretarias do MAPA e suas vinculadas, além da SDI. Nesse sentido, as informações para compor o indicador foram obtidos junto aos pontos focais no Serviço Florestal Brasileiro - SFB, Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB, Gabinete da Secretaria de Aquicultura e Pesca - SAP e Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA, além da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira - CEPLAC.

OE13 - Aperfeiçoar e intensificar as iniciativas de assistência técnica e extensão rural e outros modelos de introdução de tecnologias

Descrição: desenvolver políticas de assistência técnica e extensão rural para aumentar a renda e a qualidade de vida do agricultor familiar, dos pequenos e médios produtores, incluindo: capacitação; acesso a inovações; acesso a crédito e a mercados diferenciados; e estabelecimento de parcerias com instituições públicas e privadas.

IND13.1 - Oferta de Serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (indicador comum ao PPA)

Finalidade: apresentar a oferta de Serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER aos agricultores familiares, médios produtores, empreendimentos agropecuários, técnicos agrícolas e outros atores envolvidos no processo de ATER.

Área Responsável: SAF - Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo.

Meta para 2021: 53.344 serviços ofertados.

Resultado apurado: 51.260 serviços ofertados.

Análise crítica: foram atingidos 96% da meta proposta em decorrência contínua dos reflexos da pandemia por SARS-COV-2 gerados em toda a população e impactando mais fortemente alguns setores do sistema produtivo brasileiro.

Os Programas Integrados entre o Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural - DATER/SAF e a Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - ANATER atenderam a 49.612 famílias beneficiárias com atividade de ATER, enquanto as capacitações totalizaram 1.078 agentes de ATER treinados em parceria celebrada com o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - SENAR.

Os mecanismos de monitoramento e avaliação da gestão da ANATER foram aprimorados em 2021 para atender às boas práticas de gestão empresarial, com a instituição do Comitê de Monitoramento e Avaliação do Contrato de Gestão da ANATER - COATER, estabelecendo procedimentos e normas e fortalecendo ainda mais a governança, a transparência e a confiança nos serviços prestados.

O Programa Residência Profissional Agrícola - AgroResidência beneficiou 570 estudantes e profissionais recém-egressos da faculdade, dos quais, ainda em 2021, 97 (17%) foram empregados pelas empresas.

O Programa Ater Digital, em seus quatro pilares: (i) Modernização de ATERs Públicas Estaduais; (ii) Validação e metodologia de Ater Remota; (iii) HubTechs da Agricultura Familiar; e (iv) Núcleo de Capacitação da Agricultura Familiar, investiu entre 2020/2021 na estruturação, modernização, organização e desenvolvimento de sistemas e de aplicativos das instituições públicas e privadas de prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural e de parceiros como as EMBRAPAs, que atuarão na capacitação em ferramentas digitais, na difusão das informações aos agentes de ATER e na capacitação de extensionistas, beneficiando um público direto estimado atualmente em 4.307.814 produtores, entre produtores familiares, agroindústrias, cooperativas, extensionistas, estudantes, jovens e mulheres produtoras rurais.

As ações do DATER/SAF proporcionarão impacto no aumento de rendimento, na geração de trabalho rural, na qualidade dos produtos e no aumento da produtividade agropecuária, contribuindo para a redução da desigualdade socioeconômica no campo.

OE14 - Assegurar a inocuidade e qualidade dos alimentos e insumos

Descrição: assegurar a inocuidade e qualidade dos alimentos e insumos, por meio do aperfeiçoamento dos mecanismos de prevenção, erradicação e controle de pragas e doenças e dos instrumentos de fiscalização e auditoria dos processos de produção de produtos agropecuários. Implantação do modelo de autocontrole.

IND14.1 - Percentual de estabelecimentos fabricantes de produtos de uso veterinário fiscalizados (indicador comum ao PPA)

Finalidade: fiscalizar boas práticas de fabricação dos estabelecimentos fabricantes de produtos de uso veterinário.

Área Responsável: SDA - Secretaria de Defesa Agropecuária.

Meta para 2021: 5%

Resultado apurado: 5,82%

Análise crítica: o resultado do indicador atingiu a meta proposta para 2021. Ressalta-se que, embora a meta tenha sido alcançada, a quantidade de fiscalizações realizadas para verificar o atendimento às Boas Práticas de Fabricação foi aquém da programação realizada com base em risco. Esse fato já era esperado em virtude da pandemia por SARS-COV-2, razão pela qual a meta foi estipulada para 5% considerando como linha de base o resultado atingido em 2020 que foi 2,8%.

Para os próximos períodos, a meta foi estipulada levando em consideração o cumprimento total da programação com base em risco, além das fiscalizações não realizadas em 2020 e 2021 em virtude da pandemia.

IND14.2 - Percentual de amostras processadas nos Laboratórios Federais de Defesa Agropecuária (indicador comum ao PPA)

Finalidade: monitorar o processamento de amostras recebidas na Rede de Laboratórios Federais de Defesa Agropecuária - LFDA, de forma a acompanhar o atendimento das demandas laboratoriais da Defesa Agropecuária nacional, por meio da análise dos percentuais de amostras processadas, rejeitadas e aguardando análise.



Área Responsável: SDA - Secretaria de Defesa Agropecuária.

Meta para 2021: 91%

Resultado apurado: 95,94%

Análise crítica: o resultado observado na Rede LFDA para o ano de 2021 é considerado bastante satisfatório, visto estar acima dos 95%, enquanto a meta estabelecida foi de 91%. Do total de 138.257 amostras recebidas, 132.640 amostras, ou seja, 95,94% tiveram seus relatórios de ensaios emitidos até o fechamento do ciclo em 31/12/2021, sendo consideradas processadas. Comparado ao mesmo período de 2020, cujo resultado fora igual a 91,80%, e 2019 (88,6%), observa-se melhoria progressiva no resultado do indicador.

Neste ano de 2021, dentre as amostras não processadas, houve 3.415 amostras rejeitadas por motivos externos ao laboratório, ou seja, problemas na coleta ou envio da amostra ao laboratório, o que representa 2,47% das amostras. Outras 138 amostras foram rejeitadas por motivos internos aos laboratórios, o que representa 0,1% do total recebido, mesmo percentual observado em 2020. Com exceção da área de Medicamentos Veterinários e Defensivos, que não rejeitou amostras em 2021, o cenário de rejeição de amostras por motivos externos ao laboratório se repetiu pelo terceiro ano consecutivo, com as áreas técnicas relacionadas a produtos de origem animal liderando os percentuais deste tipo de rejeição. São elas: Identidade e Qualidade de Alimentos - IQA, com 8,93% de amostras rejeitadas por motivos externos ao laboratório (ou 660 amostras), Microbiologia de Alimentos - MIC, com 5,67% (ou 658 amostras) e Resíduos e Contaminantes em Alimentos - RCA, com 4,72% (ou 811 amostras).

Em relação às amostras aguardando análise, ou seja, aquelas que foram recebidas, mas não tiveram relatório de ensaio emitido até o fechamento do ciclo, a Rede LFDA encerrou o ano de 2021 com 1,49% de amostras não finalizadas (equivalente a 2.064 amostras). Este percentual é bem inferior ao observado no ano de 2020, quando a rede LFDA encerrou o período com 5,3% de amostras não finalizadas (ou 9.050 amostras), e em 2019 (7,8%, ou 14.218 amostras). Em 2021, a justificativa mais citada nas análises críticas para o número de amostras aguardando análise ao encerramento do ano foi a quantidade de amostras recebidas nos laboratórios nos últimos 02 meses do ano.

Assim como observado em 2020, a Pandemia de COVID-19 impactou as atividades da Rede LFDA no ano de 2021. Somaram-se, ainda, casos de Influenza, que levaram igualmente ao isolamento de servidores e implementação de planos alternativos, como revezamento de equipes e adequação de processos de trabalho. O alcance da meta do Indicador “Percentual de amostras processadas” foi, mais uma vez, fruto do comprometimento das equipes dos laboratórios oficiais do MAPA, cientes de sua responsabilidade perante as ações de fiscalização agropecuária.

OE15 - Estimular ações de agregação de valor e acesso a mercados

Descrição: promover a valorização de produtos agropecuários nacionais, por meio da agregação de valor advindo de: marcas coletivas, indicação geográfica, produção artesanal, sistemas de certificação, entre outros, fomentando a organização social e o cooperativismo.

IND15.1 - Agentes das cadeias produtivas agropecuárias beneficiados

Finalidade: medir o esforço do Mapa em prover capacitação para o público-alvo.

Área Responsável: SDI - Secretaria de Inovação, Desenvolvimento Sustentável e Irrigação.

Meta para 2021: 31,81%

Resultado apurado: 272,69%

Análise crítica: o resultado obtido é um esforço conjunto de três Coordenações-Gerais que integram o Departamento de Desenvolvimento das Cadeias Produtivas - DECAP: Coordenação-Geral de Produção Animal - CGPA; Coordenação-Geral de Sistemas de Integração de Produção Agrícola - CGSIPA; e Coordenação-Geral de Programas Regionais - CGPR.



Após a consolidação dos dados do ano de 2021, observou-se que o resultado foi bastante superior ao esperado. Fatores que contribuíram: a contabilização de 39.030 produtores que foram beneficiados diretamente com projetos de capacitação pelo Programa Mais Leite Saudável - PMLS (com a implantação do sistema para submissão de projetos, esperase maior simplificação de procedimentos e, conseqüentemente, adesão de laticínios viabilizando a capacitação de produtores); a disponibilização de cursos de capacitação da Produção Integrada Agrícola na modalidade EaD também obteve bastante adesão do público alvo, contabilizando 10.460 agentes da cadeia agrícola capacitados no ano de 2021. No que tange a Programas Regionais, foram 10.502 agentes beneficiados em Assistência Técnica e Gerencial - ATeG em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - SENAR, no âmbito do Programa AgroNordeste.

Diante do resultado ter superado a meta em mais de três vezes este ano no número de agentes beneficiados, devido aos fatores já acima mencionados, as metas do Indicador poderão ser revistas por meio de nova estimativa da base potencial de agentes a serem beneficiados.

OE16 - Ampliar o acesso ao crédito e seguro rural

Descrição: elevar o apoio financeiro aos produtores rurais para implantação, modernização e ampliação da produção agropecuária no estabelecimento rural. Ofertar, ao produtor rural, a proteção da produção contra os riscos advindos de fatores climáticos, a fim de minimizar perdas na produção agrícola.



IND16.1 - Taxa de crescimento das contratações do crédito rural (indicador comum ao PPA)

Finalidade: avaliar o crescimento das contratações de crédito rural.

Área Responsável: SPA - Secretaria de Política Agrícola.

Meta para 2021: 6,2%

Resultado apurado: 36,95%

Análise crítica: face a uma previsão de crescimento de 6,2% nas contratações do crédito rural, baseada na média do crescimento dos últimos cinco anos, foi observado um crescimento de 36,95% no valor das contratações do crédito.

Tal performance deve-se, principalmente, à grande demanda por tomada de recursos do crédito rural, observada ao longo do ano; conjugada com o reduzido valor da taxa de juros praticada - fator que se agrava, principalmente, com o aumento da Taxa Selic no segundo semestre do ano - configurando uma taxa de juros extremamente atrativa aos produtores rurais.

Mesmo com tal crescimento nas contratações, observa-se, ainda, considerável demanda por recursos equalizáveis - informada pelos agentes financeiros - que acaba por não ser atendida e gera uma demanda represada crescente a cada safra. Como há limitação nos recursos disponibilizados, para equalização de taxa de juros, pelo Tesouro Nacional, tal

demanda acaba não sendo atendida e os recursos equalizados esgotam-se cada vez mais cedo, após o início de um novo Ano Safra.

Assim sendo, seria possível estabelecer metas e obter resultados ainda mais benéficos aos produtores rurais caso houvesse maior disponibilidade de recursos para equalização de taxa de juros.

IND16.2 - Percentual de acesso ao Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural - PSR

Finalidade: indicar o quanto o Mapa estendeu o acesso ao seguro rural subvencionado em termos de número de produtores rurais beneficiados, mensurado de forma indireta por meio do número de apólices de seguro rural subvencionadas e extensão de área segurada no âmbito do PSR, em relação aos números agregados para o Brasil.

Área Responsável: SPA - Secretaria de Política Agrícola.

Meta para 2021: 7,55%

Resultado apurado: 10,46%

Análise crítica: a Lei Orçamentária Anual de 2021, LOA de 2021, aprovou recursos da ordem de R\$ 976,3 milhões para o PSR, executados por meio da Ação Orçamentária 099F - concessão de subvenção econômica ao prêmio do seguro rural. Porém, durante o exercício financeiro, houve cancelamentos e acréscimos na dotação orçamentária do Programa, finalizando o ano de 2021 com R\$ 1,181 bilhão disponíveis, utilizados quase em sua totalidade para o pagamento da subvenção ao prêmio do seguro rural. Considerando os valores globais, foram beneficiados aproximadamente 121,2 mil produtores rurais, proporcionando cobertura securitária para 14 milhões de hectares e garantindo capitais da ordem de R\$ 68,3 bilhões. Observa-se que o índice apurado de 10,46% em 2021 foi ligeiramente superior ao ano anterior, em virtude sobretudo do maior volume orçamentário disponível. Ademais, a disponibilização de recursos em um montante recorde para o PSR propiciou a superação, com folga, da meta estimada de 7,55% para 2021.

OE17 - Melhorar a imagem institucional e da agropecuária brasileira

Descrição: ampliar a percepção positiva do MAPA com os agentes e representantes das cadeias produtivas agropecuárias, do governo e da sociedade, com foco na disseminação de informações técnico-institucionais de suas atividades. Fortalecer a inserção das

cadeias produtivas agropecuárias no mercado externo, buscando seu reconhecimento no mercado interno.

IND17.1 - Taxa de notícias espontâneas favoráveis veiculadas na mídia sobre o Mapa

Finalidade: medir a quantidade de notícias espontâneas favoráveis em relação ao total.

Área Responsável: GM - Gabinete da Ministra.

Meta para 2021: 91%

Resultado apurado: 99,37%

Análise crítica: as divulgações das ações do Ministério realizadas por meio da atuação da Assessoria Especial de Comunicação Social - AECS foram fundamentais para o bom desempenho do indicador. Iniciativas como a postagem diária de notícias no portal, de posts informativos nas redes sociais e o atendimento eficiente de solicitação de informações de veículos de imprensa contribuem positivamente para a repercussão do MAPA na imprensa nacional e internacional.

A análise da repercussão do MAPA na Mídia demonstra que no quarto trimestre de 2021 foram publicadas espontaneamente na mídia 6.233 notícias, das quais 6.194 foram favoráveis, um percentual de 99,37% que superou positivamente a meta estabelecida para o indicador. A perspectiva para os próximos períodos é manter a atuação que vem se demonstrando bastante eficiente e ainda ampliar a produção de conteúdos audiovisuais que, conforme demonstrado em iniciativas como as séries do youtube “Carrinho de Compras” e “Tá no Mapa” e o podcast “MapaCast”, obtiveram uma boa recepção por parte do público alvo do MAPA.

IND17.2 - Crescimento do número de perfis ativos do Mapa nas redes sociais

Finalidade: mensurar o crescimento do interesse pelas páginas das redes sociais do Mapa a partir da quantidade total de seguidores.

Área Responsável: GM - Gabinete da Ministra.

Meta para 2021: 581.317 seguidores.

Resultado apurado: 630.475 seguidores.

Análise crítica: no ano de 2021, as redes sociais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA apresentaram um crescimento acima das metas propostas nos indicadores definidos estrategicamente por este órgão. A meta para o ano foi estipulada em 581.317 seguidores, sendo alcançado no mesmo período a marca de 630.475 seguidores. Os aumentos mais expressivos de seguidores foram identificados no Instagram (15,13%)

e no Twitter (17,02%), plataformas definidas dentro de um plano estratégico de expansão e disseminação das informações do MAPA.

A partir de uma análise do indicador, podem-se ressaltar medidas que convergiram para este resultado, tais como o rigor com a periodicidade e constância das publicações, seguindo uma lógica sobre tráfego e perfil de público nas páginas no MAPA, além de uma curadoria de conteúdo detalhada. Desta forma, a equipe continuará atuando com o intuito de ampliar, cada vez mais, o alcance das publicações referentes às ações desenvolvidas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

OE18 - Aperfeiçoar a articulação institucional com ênfase na atuação finalística

Descrição: ampliar a participação em negociações internacionais, para estabelecimento de normas e regras visando manter e conquistar novos mercados para os produtos das cadeias produtivas agropecuárias brasileiras. Aumentar e aperfeiçoar o relacionamento com as representações das entidades privadas e públicas (federais, estaduais, distritais e municipais), com vistas a influenciar e promover a elaboração e execução de políticas de interesse do setor agropecuário. Subsidiar o Poder Legislativo com informações necessárias para a formulação e a aprovação de projetos de interesse do setor agropecuário nacional.



IND18.1 - Taxa de avaliação de projetos em tramitação no Congresso Nacional

Finalidade: avaliar a atuação do Mapa na criação de Notas Técnicas que servem de subsídio para os congressistas defenderem os interesses das cadeias produtivas agropecuárias brasileiras.

Área Responsável: GM - Gabinete da Ministra.

Meta para 2021: 80%

Resultado apurado: 73,14%

Análise crítica: apesar do não alcance da meta estipulada, vale ressaltar que a Assessoria Parlamentar - Aspar instituiu melhorias no processo de elaboração de Notas Técnicas para projetos em tramitação relacionados ao agronegócio. Foi implantado em 2021 um novo fluxo para aprimorar o trabalho com o objetivo de otimizar o tempo das áreas técnicas na elaboração de notas, pareceres, despachos etc. Pontos focais das áreas técnicas passaram a fazer um filtro prévio dos projetos, direcionando melhor a Aspar aos projetos com necessidade de manifestação, bem como os níveis de impacto etc. O reflexo disso se torna muito claro quando, das 644 proposições identificadas com a nomenclatura “agricultura”, 471 foram encaminhadas para análise técnica das áreas, ou seja, a análise prévia conjunta com os pontos focais determinou de forma muito mais objetiva as proposições pertinentes à pasta e também as prioridades nas políticas que deveriam ser tratadas pelo MAPA, restando claro que a estatística não demonstra o real desempenho.

IND18.2 - Taxa de resposta às demandas das Câmaras Setoriais e Temáticas

Finalidade: medir a capacidade de atendimento das demandas acordadas nas Câmaras Setoriais e Temáticas.

Área Responsável: SPA - Secretaria de Política Agrícola.

Meta para 2021: 65%

Resultado apurado: 82,5%

Análise crítica: as Câmaras Setoriais e Temáticas são fóruns de assessoramento ao Presidente do Conselho Nacional de Política Agrícola - CNPA do Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, constituindo-se em instrumento transparente de discussão, acolhimento, encaminhamento e acompanhamento das demandas provenientes das diversas cadeias produtivas, contribuindo na identificação de oportunidades para seu desenvolvimento com definições de ações prioritárias para o interesse do Agronegócio Brasileiro.

São 31 Câmaras Setoriais, que representam as principais Cadeias Produtivas do Agronegócio; e 5 Câmaras Temáticas, que tratam de temas transversais que permeiam diversas Cadeias Produtivas (são elas: Agricultura Orgânica; Agricultura Sustentável e Irrigação; Crédito, Seguro e Comercialização; Infraestrutura e Logística; Insumos). Em 2021, os eventos das Câmaras contaram com participação de 450 entidades representativas

do setor privado e 100 órgãos públicos das esferas federal, estadual e municipal, com boa frequência nas 140 reuniões realizadas, que envolveram mais de 2.000 profissionais dos setores público e privado que têm interface com os temas. Estes colegiados debatem temas relacionados ao desenvolvimento do agronegócio, cada um tratando de um segmento do setor produtivo, objetivando alcançar soluções abertas e coletivas com abrangência, acesso e benefícios a todos que operam na atividade.

A meta deste indicador para 2021 era responder a 65% das demandas apresentadas pelas Câmaras Setoriais e Temáticas e, apesar das dificuldades, o MAPA conseguiu atender a 82,5% dessas demandas, reforçando a importância do papel das Câmaras Setoriais e Temáticas para as políticas agropecuárias.

IND18.3 - Taxa de participação do Mapa na elaboração de regras internacionais

Finalidade: a participação proativa do Mapa em fóruns internacionais (multilaterais, regionais e birregionais) de interesse das cadeias produtivas agropecuárias brasileiras contribui para a proposição de regras e acordos que levem em conta os interesses nacionais, auxiliando o comércio exterior dos produtos brasileiros.

Área Responsável: SCRI - Secretaria de Comércio e Relações Internacionais.

Meta para 2021: 0,66

Resultado apurado: 0,82

Análise crítica: considerando a força de trabalho existente no Departamento de Temas Técnicos, Sanitários e Fitossanitários - DTSF/SCRI e o contexto da pandemia, em que diversas reuniões foram transferidas para o modo online, a quantidade de reuniões em que o DTSF foi demandado foi muito superior à usual, com um acréscimo em torno de 74% em relação ao ano de 2020. Houve um grande esforço de toda a equipe para o máximo possível de atendimento às discussões internacionais para a elaboração de normas ou acordos de interesse nacional. Entre reuniões bilaterais e multilaterais com os demais países para tratar de negociações sanitárias, fitossanitárias (SPS) e também no âmbito técnico (TBT), o corpo de servidores do DTSF participou em 94 oportunidades durante o período mensurado, de um total de 115 apresentadas. Destacam-se nesse rol: reuniões bilaterais com a Argentina, Rússia, Indonésia e EUA; reuniões para discussões dos Acordos Mercosul-Canadá, Mercosul-UE, Mercosul-Singapura e Mercosul-Coreia do Sul; reuniões dos Subgrupos Técnicos Mercosul SGT-3 e SGT-8; e reuniões de fóruns diversos da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE, Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura - FAO e CBD.

OE19 - Aperfeiçoar atos normativos e automatizar e implantar processos de negócio (transformação digital)

Descrição: elaborar, revisar, atualizar e simplificar atos normativos, modelar e automatizar processos, com vistas a promover a transformação digital do MAPA, com foco na prestação de serviços mais eficientes, eficazes, econômicos e efetivos, de forma transparente para a sociedade.

IND19.1 - Número de processos/serviços transformados em digitais

Finalidade: medir o resultado da Transformação Digital no Mapa com foco na melhoria do acesso de cidadãos e empresas aos serviços oferecidos pelo Ministério.



Área Responsável: SE - Secretaria Executiva.

Meta para 2021: 28 processos/serviços.

Resultado apurado: 106 processos/serviços.

Análise crítica: tendo como referência que, em 2020, 49 serviços foram transformados em digital; no exercício de 2021, outros 57 serviços foram transformados, sendo 21 serviços no 1º semestre e 36 no 2º semestre; tem-se um total de 106 serviços do MAPA transformados em digital entre 2020 e 2021.

Os serviços relacionados abaixo são destaque das transformações em 2021:

- “Solicitar registro de pescador profissional (artesanal e industrial)”, da Secretaria de Aquicultura e Pesca - SAP;
- “Solicitar autorização para ingresso na rede emissora de CAF”, da Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo - SAF;
- “Solicitar insumos, sementes, e outros itens contemplados na cadeia produtiva do cacau”, da Secretaria de Inovação, Desenvolvimento Sustentável e Irrigação - SDI;
- “Solicitar Certificado Veterinário Internacional para viajar com seu cão ou gato - CVI” para nove novas localidades (Bolívia, Canadá, Chile, México, Paraguai, Uruguai, Venezuela, Colômbia e Japão), da Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA; e
- 29 serviços transformados via Peticionamento Eletrônico, entre eles: “Obter autorização de importação de material vegetal sujeito a quarentena”; “Obter autorização de importação de produto veterinário registrado, produto isento de registro ou farmoquímico para uso exclusivo pelo fabricante”; e “Obter certificação zootécnica para importação de material genético animal e animais vivos”, da Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA.

Com isso, o resultado do indicador (106 serviços transformados) superou em 378% a meta de 28 serviços transformados ao término do ano de 2021.



No momento, o principal ponto de atenção para a continuidade da transformação de serviços no MAPA está na transição da empresa contratada para realizar o desenvolvimento e manutenção de softwares na Pasta.

IND19.2 - Prazo de análise para processos prioritários de concessão de registros, certificações e habilitações de insumos e produtos agropecuários (indicador comum ao PPA)

Finalidade: verificar a diminuição do prazo de concessão de registros de estabelecimentos.

Área Responsável: SDA - Secretaria de Defesa Agropecuária.

Meta para 2021: 83 dias.

Resultado apurado: 60 dias.

Análise crítica: o ano de 2021 iniciou com aumento no prazo de análise de registros de estabelecimento de fertilizantes, 110 dias (1º T), devido ao grande número de solicitações recebidas, em função das notificações enviadas no final do ano de 2020 para os estabelecimentos pendentes de migração ao Sistema Integrado de Produtos e Estabelecimentos Agropecuários - Sipeagro, devido à previsão de desativar os antigos sistemas de registros (Sipe Oraflex e Sicar Oraflex).



Foram recebidas 1.506 solicitações de registro em 2021, sendo 567 de estabelecimentos produtores/importadores e 921 solicitações de comerciantes. Desse total, 74% das solicitações foram deferidas. Além dos pedidos de registros, houve 966 solicitações de alterações de registros e 243 solicitações de cadastro de prestadores de serviço.

No decorrer do ano foi possível reduzir os prazos trimestrais para 90 dias (2º T), 80 dias (3º T) e encerrou-se o ano com 71 dias de concessão, dentro da meta de 83 dias. Essa redução foi possível pela intensificação das análises da equipe em teletrabalho, no primeiro semestre, e, posteriormente, pela liberação de recursos, no segundo semestre, para a execução das fiscalizações de vistorias das instalações de novos estabelecimentos.

Em casos de maior prazo decorrido ou menor risco, como renovações de registro, foi adotada a concessão de registro sem a vistoria prévia, procedimento que foi incluído na Instrução Normativa nº 53/2013 no ano de 2020.

Atualmente estão registrados cerca de 1.600 estabelecimentos produtores/importadores, 88% do universo estimado. Dessa forma, espera-se que o número de novas solicitações terá redução significativa no decorrer de 2022 e será possível, com as análises de alterações, renovações de registros e cadastramentos de prestadores de serviço, manter o prazo de análise dentro da meta estabelecida.



Com relação ao registro de estabelecimentos de vinhos e bebidas, também houve um alcance das metas ao longo do ano. Isso ocorreu porque, embora com número extremamente reduzido de auditores para o desempenho das atividades de fiscalização de vinhos e bebidas, o contexto da Pandemia de COVID-19 e suas medidas de segurança propiciaram o deslocamento da força de trabalho para atividades que poderiam ser realizadas de forma remota - dentre elas a análise documental das solicitações de registro de estabelecimento via Sipeagro - em prejuízo das atividades externas. Além da análise documental, como medida paliativa no contexto da Pandemia, foi estabelecida a possibilidade de realização de vistoria remota para concessão de registro de estabelecimento, com posterior inspeção in loco, quando possível.

Por fim, o prazo de 43 dias no primeiro trimestre, menor em relação aos demais trimestres (66, 59, 50), deve-se à ausência de orçamento aprovado para o exercício 2021 no início do ano que viabilizasse o desenvolvimento de outras atividades externas, que demandam recurso, fato que concentrou ainda mais a força de trabalho para atividades passíveis de realização em condição remota. A partir da aprovação do orçamento, ocorrida apenas ao final de abril, outras atividades de fiscalização demandaram empenho da força de trabalho, diminuindo, então, a dedicação à concessão de registro de estabelecimentos.

O MAPA aguarda autorização do Ministério da Economia para realização de concurso público para Auditores Fiscais Federais Agropecuários - AFFAs agrônomos, habilitação com grande déficit na Defesa Agropecuária.

OE20 - Aperfeiçoar a governança corporativa

Descrição: desenvolver o conjunto de mecanismos de estratégia, liderança e controle que direcione, monitore e avalie, tempestivamente, a gestão do MAPA, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços à sociedade.

IND20.1 - Índice de governança pública

Finalidade: mensurar a melhoria da governança institucional considerando os avanços quanto à liderança, capacidade estratégica, gestão de riscos organizacionais e *accountability*. O índice é equivalente ao calculado pelo Tribunal de Contas da União – TCU.

Área Responsável: SE - Secretaria-Executiva.

Meta para 2021: 0,50

Resultado apurado: 0,638

Análise crítica: o indicador Índice de Governança Pública - iGovPub do levantamento realizado em 2021 apresentou um resultado de 63,8% para uma meta de 50%. Esse resultado classifica o MAPA na faixa “intermediário”.



No levantamento de 2021, o iGovPub é um agregador dos indicadores de Liderança, Estratégia e Controle (substituiu *Accountability*), que apresentaram como resultados, respectivamente, 61%, 42% e 82%. Resta evidente, pelos resultados coletados, uma subdesenvolvida capacidade organizacional em Estratégia e uma ainda incipiente capacidade de Liderança. Adentrando a esses dois indicadores, têm-se os seguintes resultados:

- Liderança: 61,1%

- o 1110 - Estabelecer o modelo de governança: 58,7%
- o 1120 - Promover a integridade: 95,5%
- o 1130 - Promover a capacidade da liderança: 24,3%
- Estratégia: 42%
 - o 2110 - Gerir riscos: 55%
 - o 2120 - Estabelecer a estratégia: 70,5%
 - o 2130 - Promover a gestão estratégica: 32,1%
 - o 2140 - Monitorar os resultados organizacionais: 41,5%
 - o 2150 - Monitorar o desempenho das funções de gestão: 13%

Convém esclarecer que os indicadores são calculados com base em um formulário estritamente autodeclaratório, respondido pela unidade organizacional afeta a cada segmento/pergunta do questionário, cujas respostas não passam por um processo de revisão por pares ou auditoria. Assim, as respostas não são isentas de vieses.



Os resultados incipientes em Liderança e Estratégia podem indicar uma necessidade de a organização afastar-se mais do esquema de comando-e-controle tradicional para um esquema que privilegie o desenvolvimento de lideranças intermediárias e operacionais através da pactuação de metas e resultados que derivem clara e diretamente dos objetivos estratégicos. A capacidade de estabelecer a estratégia é desenvolvida (70,5%), mas a capacidade de promovê-la ainda é subdesenvolvida (32,1%).

Aproximar-se de um modelo de administração por objetivos requer mudanças em práticas cotidianas e uma verdadeira precedência do planejamento sobre as demais funções administrativas. Atualmente, pelo contrário, a normatividade é supervalorizada por

gestores de todos os níveis, causando uma percepção de inversão da ordem dos fatores de produção do órgão que impõe restrições à produção de valor público. Essas disfunções são expressas na baixíssima capacidade de monitorar os resultados organizacionais (41,5%) e na quase inexistente capacidade de monitorar o desempenho das funções de gestão (13%).

A pactuação de metas por unidades/departamentos/coordenações, a celebração de acordos de níveis de serviço e a avaliação de desempenho de gestores é algo ainda distante da realidade da organização. A ausência de tais mecanismos concorre para uma baixa capacidade de gestão estratégica e de liderança, que, em última instância, tem desdobramentos e impactos no exercício da missão institucional, expressa normativamente no art. 21 da Lei nº 13.844/2019.

Fonte de dados: 2.12 Tabela dinâmica de dados brutos (para análises comparativas e geração de gráficos), disponível em:

<https://portal.tcu.gov.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A81881E7BE7E47C017C0D880957272A>

OE21 - Reter e desenvolver competências com foco na estratégia corporativa



Descrição: implementar práticas de gestão de pessoas que propiciem o desenvolvimento de competências do quadro funcional, adequadas ao posicionamento estratégico do órgão.

IND21.1 - Índice de participação do corpo funcional em ações de desenvolvimento

Finalidade: monitorar o percentual de servidores ativos que participam de ações de desenvolvimento profissional.

Área Responsável: SE - Secretaria-Executiva.

Meta para 2021: 38%

Resultado apurado: 29,23%

Análise crítica: o resultado de 2021 foi impactado basicamente pelos seguintes fatores:

- As restrições impostas pela pandemia, que privou os servidores de realizarem capacitações presenciais. Como o MAPA possui um público diverso e em sua maioria com idade mais avançada, a modalidade de ensino remoto ou a distância não é atrativa.
- Inconsistência na remessa de informes via e-mail e canais da escola, tais como: Ambiente Virtual de Aprendizagem - AVA Enagro virtual, YouTube, Portal e Instagram para os servidores lotados nas Superintendências, Lanagros e demais unidades descentralizadas.

IND21.2 - Nível de execução do Plano de Desenvolvimento de Pessoas



Finalidade: monitorar a execução das necessidades de desenvolvimento indicadas no Plano de Desenvolvimento de Pessoas - PDP.

Área Responsável: SE - Secretaria-Executiva.

Meta para 2021: 35%

Resultado apurado: 12,64 %

Análise crítica: o indicador encontra-se abaixo da meta, considerando que:

- houve mudança na forma de preenchimento do Plano de Desenvolvimento de Pessoas - PDP, visto que o Órgão Central do Sistema de Pessoal Civil - SIPEC disponibilizou

a modalidade de preenchimento descentralizado. Essa mudança impactou a elaboração e execução do referido plano, o qual apresentou problemas na consolidação das necessidades de capacitação semelhantes, resultando em duplicidades de registros;

b) as unidades do MAPA apresentaram dificuldades na execução do PDP, pois, em muitos casos, não foram realizados os devidos alinhamentos entre o plano e o orçamento disponível da unidade. Além disso, a previsão do quantitativo de servidores que poderiam efetivamente se afastar para realizar as ações de capacitação não correspondiam com a realidade das unidades.

c) Os normativos publicados referentes às medidas temporárias de prevenção ao contágio pelo novo Coronavírus (COVID-19) definidas no âmbito do MAPA restringiram a participação dos servidores enquanto perdurasse o estado de emergência em saúde pública de importância internacional.

OE22 - Valorizar os servidores e melhorar a cultura e o clima organizacional

Descrição: adequar a cultura aos valores institucionais e promover a melhoria do clima organizacional visando à valorização dos servidores.

IND22.1 - Taxa de intervenções executadas para o alinhamento da cultura organizacional aos valores institucionais

Finalidade: mensurar o percentual das intervenções realizadas, dentre as planejadas, para o alinhamento da cultura organizacional aos valores institucionais.



Área Responsável: SE - Secretaria-Executiva.

Meta para 2021: 50%

Resultado apurado: 66,67%

Análise crítica: o desempenho alcançado foi acima da meta estipulada para 2021, em conformidade com o andamento do cronograma de atividades do projeto estratégico que trata do “Alinhamento da Cultura Organizacional aos Valores do MAPA - COV”.

Foram realizadas as atividades de: “Mapeamento e Avaliação da Cultura e das Subculturas Organizacionais existentes”; “Diagnóstico da Cultura atual à luz da Estratégia do MAPA”; “Definição da Cultura Organizacional necessária para contribuir com o alcance da Estratégia do MAPA”; e “Plano de Comunicação e Implantação Assistida”. Durante o decorrer de 2022 serão planejadas outras ações voltadas à melhoria da cultura organizacional.

No momento, não existem restrições a serem superadas, as atividades estão ocorrendo com a margem de prazo esperado.

IND22.2 - Taxa de ações executadas para melhoria do clima organizacional

Finalidade: mensurar o percentual das ações realizadas, dentre as planejadas, para a gestão do clima organizacional.

Área Responsável: SE - Secretaria-Executiva.

Meta para 2021: 50%

Resultado apurado: 100%



Análise crítica: o desempenho observado, embora favorável, não reflete as dificuldades para iniciar o projeto estratégico associado a este indicador, qual seja, “Executar Ações

para Melhoria do Clima Organizacional”; uma vez que a análise necessária para iniciar o projeto, até o momento, não foi entregue pelo Ministério da Economia. Para efetivo início, a Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas - COGEP depende da avaliação crítica feita a partir de pesquisa de clima realizada por aquele órgão.

Por outro lado, o indicador está coerente quanto à proposta de execução, visto que foi realizada a ação planejada para o período. Com relação às restrições, conforme mencionado, é necessária a finalização da análise da pesquisa realizada pelo Ministério da Economia para dar prosseguimento ao projeto.

OE23 - Adequar a capacidade da tecnologia da informação aos novos desafios da transformação digital

Descrição: adequar os recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC às necessidades demandadas pelo MAPA e pelas novas tecnologias de apoio à transformação digital.

IND23.1 - Índice de Capacidade de Entrega de TIC

Finalidade: mensurar a capacidade de entrega de Tecnologia da Informação e Comunicações - TIC.

Área Responsável: SE - Secretaria-Executiva.

Meta para 2021: 5%

Resultado apurado: 23,29%



Análise crítica: o substancial incremento das demandas originado pela pandemia de Covid-19 em 2020 não se refletiu em 2021, devido à estabilização da automatização dos processos de trabalho entregues.

Entretanto, em 2021, um grande volume de projetos de manutenção e desenvolvimento de sistemas sofreu atrasos nas entregas em função de dificuldades operacionais da fábrica de software contratada. Tal fato levou o Departamento de Tecnologia da Informação - DTI a modificar o modelo fabril de desenvolvimento e iniciar um novo processo de contratação baseado em postos de trabalho.

Outro fator que impactou negativamente as entregas foi o encerramento de contrato de quatro profissionais temporários (CTUs) que apoiavam na gestão de grandes projetos de desenvolvimento e contratações de soluções de TI. Para tentar sanar a questão da falta de pessoal, está em curso a realização de concurso temporário para 60 servidores para TI.

Além disso, a redução do orçamento de TI em 2020 trouxe grandes prejuízos para a capacidade de atendimento, uma vez que projetos ficaram suspensos aguardando nova descentralização orçamentária.

OE24 - Aperfeiçoar a qualidade dos gastos públicos

Descrição: no cenário de crescente evolução da dívida pública no qual se impõe um maior controle do crescimento real das despesas do Estado, deve-se criar um ambiente propício ao aperfeiçoamento da qualidade do gasto pelas unidades administrativas.

IND24.1 - Coeficiente de alocação de recursos em atividades administrativas



Finalidade: mensurar a aderência ao teto de 20% da execução orçamentária nas ações administrativas (programa de gestão e manutenção da unidade, ou similar) em relação ao total de despesas discricionárias da pasta, deixando os restantes 80% para custeio de atividades finalísticas.

Área Responsável: SE - Secretaria-Executiva.

Meta para 2021: 20%

Resultado apurado: 10,63%

Análise crítica: a meta estabelecida foi alcançada no exercício de 2021. Isso se deve, principalmente, ao aumento considerável dos recursos orçamentários nas ações finalísticas desempenhadas pelo Ministério, tais como o fomento ao setor agropecuário, a consolidação de assentamentos rurais e a modernização e fortalecimento da defesa agropecuária.

No entanto, há necessidade de aperfeiçoar o processo de identificação e apropriação dos custos das ações finalísticas que ainda são executadas nas ações administrativas.

IND24.2. Índice de execução orçamentária e financeira

Finalidade: medir a efetividade da execução orçamentária e financeira das despesas discricionárias, exclusive as oriundas de emendas parlamentares, nas fases de empenho, liquidação e pagamento das unidades do Mapa.



Área Responsável: SE - Secretaria-Executiva.

Meta para 2021: 85%

Resultado apurado: 89,77%

Análise crítica: a meta estabelecida foi alcançada em 2021, uma vez que a média harmônica das taxas de empenho, liquidação e pagamento atingiu 89,77%, portanto, 5,6% acima da meta estabelecida para o exercício financeiro de 2021.

Destacam-se a execução orçamentária acima de 99% dos valores disponíveis e a liberação total do limite de movimentação e empenho como os fatores que contribuíram para o cumprimento da meta.

Para os próximos exercícios, é fundamental que as suplementações orçamentárias não aconteçam nos últimos meses do exercício financeiro, pois dificultam que todas as despesas empenhadas passem pela liquidação e pagamento ainda no exercício em referência.

Iniciativas Estratégicas, responsáveis, metas e resultados em 2021

O MAPA trabalha com diferentes tipos de Iniciativas Estratégicas que apoiam a execução de seu Plano Estratégico, sendo as principais: os Projetos Estratégicos Corporativos – PECs; os Projetos Estratégicos das Secretarias – PES; e os Resultados Prioritários – RPs. São

elas que gerarão os resultados que atenderão às metas estabelecidas nos Indicadores de Desempenho e contribuirão para a consecução dos Objetivos Estratégicos.



No início da atual gestão do MAPA, foi definido um conjunto de projetos estratégicos associados com o Plano Estratégico do MAPA e com a agenda de gestão da Ministra, denominados de Projetos Estratégicos Corporativos – PECs. Os PECs são projetos focados nas áreas finalísticas do Ministério e, portanto, quando relacionados com o Mapa Estratégico, contribuem mais para a consecução dos Objetivos Estratégicos das duas perspectivas superiores: (a) Resultados para a Sociedade; e (b) Resultados para o Público Alvo.

Os Projetos Estratégicos das Secretarias, por sua vez, estão associados às prioridades da gestão dos dirigentes das Unidades Administrativas do MAPA, mas podem igualmente apoiar os Objetivos Estratégicos, em particular os das duas perspectivas da parte de baixo do Mapa Estratégico: (c) Processos Internos; e (d) Infraestrutura e Aprendizagem - que dizem respeito a temas internos do Ministério que são de interesse estratégico.

Por fim, para o biênio 2021/2022, a Ministra e os dirigentes das Unidades Administrativas definiram um conjunto de entregas denominadas de Resultados Prioritários – RPs, factíveis de serem executados em dois anos e cujas entregas impactam a Estratégia do Ministério. Alguns RPs derivam de PECs e/ou têm relação com Iniciativas Estratégicas que já estavam em andamento. Dessa forma, eles também contribuem para o avanço dos Objetivos Estratégicos do Ministério.

Vale salientar que, em 2021, foi realizado um acompanhamento trimestral das Iniciativas Estratégicas mais relevantes com a Alta Gestão do MAPA, inclusive em reuniões com a participação da Ministra e dos dirigentes das Unidades Administrativas.



Considerando o grande volume de informação deste Relatório de Gestão, a seguir serão mencionadas as principais Iniciativas Estratégicas que tiveram destaque no exercício de 2021.

1. 10 mil famílias das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste atendidas pelo Programa Produzir Brasil

O Programa Produzir Brasil, por meio da Assistência Técnica e Extensão Rural - Ater, objetiva atender agricultores familiares titulados ou em processo de titulação, beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária - PNRA dos projetos de assentamentos criados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra. Com a política pública, eles garantem o título da posse rural e a Ater para se desenvolverem na terra. A iniciativa promove a sustentabilidade econômica e ambiental, bem como a estabilidade social dos beneficiários, visando à inserção em mercados e posterior emancipação.

Unidade Responsável: Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo - SAF.

Metas: 10 mil famílias das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste atendidas pelo Programa Produzir Brasil.

Principais resultados em 2021:

Apenas em 2021, já foram atendidas 9.371 famílias pelo Programa Produzir Brasil, quase alcançando o resultado planejado de 10 mil famílias atendidas. Em 27 de dezembro de 2021, a ANATER publicou o Edital de Chamamento Público 006-2021 SUDENE para a contratação de empresas de ATER que beneficiarão, a partir de abril de 2022, mais

Metas:

- selecionar e contratar projetos de residência profissional agrícola de instituições de ensino, a partir de chamadas públicas;
- proporcionar oportunidades de qualificação e desenvolvimento profissional a jovens estudantes e recém-egressos da área de ciências agrárias e afins;
- favorecer a inserção no mercado de trabalho de jovens profissionais da área de ciências agrárias e afins; e
- promover aproximação da academia com a realidade vivenciada pelos diferentes atores da agropecuária nacional.

Principais resultados em 2021: a partir dos dois editais lançados pelo programa AgroResidência, foram selecionados e contratados 105 projetos de residência profissional agrícola de 56 instituições de ensino públicas federais. O conjunto desses projetos irá beneficiar diretamente cerca de 1.350 residentes, oriundos de cursos de nível médio e superior, até 2023.

Atualmente, há aproximadamente 400 residentes atuando em uma das 24 Unidades da Federação que possuem projetos de residência profissional agrícola em diferentes estágios de implementação. Muitos desses projetos estão contribuindo com outras políticas públicas, como Rio Leite, Energia Limpa, Programa Mais Leite Saudável, Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, entre outros.

Além de beneficiar diretamente os jovens profissionais, o programa tem contribuído para a aproximação e o fortalecimento da relação da academia com os diferentes atores da agropecuária nacional, gerando ganhos para as instituições de ensino e para as unidades residentes.

4. Recadastramento do Pescador Profissional Artesanal e Industrial no Registro Geral da Atividade Pesqueira - SisRGP 4.0



O Sistema Informatizado de Registro da Atividade Pesqueira - SisRGP 4.0 é um novo sistema nacional de cadastro de pescadores profissionais. O SisRGP 4.0 é 100% digital, mais rápido e seguro, pois permitirá o cruzamento de dados, propiciando maior segurança nas informações prestadas e auxiliando no combate a eventuais fraudes. Com o SisRGP 4.0, os pescadores poderão realizar o cadastro ou atualizar a situação profissional de forma online, além de regularizar os profissionais que estão exercendo a atividade de pesca por meio de protocolo.

Unidade Responsável: Secretaria de Aquicultura e Pesca - SAP.

Metas:

- publicação de Normativas que regulamentam os procedimentos;
- realização de correções e evoluções no SisRGP 4.0 para adequação da plataforma;
- integração de Bancos de Dados Governamentais: Login Único, Faixa de Renda do Cadastro Nacional de Informações Sociais - CNIS e Cadastro Base do Cidadão - CBC;
- divulgação do Recadastramento de pescadores profissionais (artesanal e industrial);
- implementação do Sistema para uso dos usuários em Projeto Piloto no Estado de Pernambuco;

- implementação do Sistema para uso dos usuários em todos os estados e no Distrito Federal;
- Recadastramento finalizado.

Principais resultados em 2021: o projeto piloto foi implementado em Pernambuco e teve adesão de mais de 6,6 mil pescadores. Foi aberto o recadastramento para pescadores de todo o país totalizando, em 2021, 152.157 pescadores. A desburocratização do processo faz com que os pescadores tenham acesso mais rápido à licença de pescador profissional para atuarem de forma regular, o que garante também o acesso aos benefícios previdenciários e trabalhistas.

Para auxiliar no uso do sistema, foram realizadas diversas capacitações por meio de videoconferências e reuniões com pescadores e lideranças do setor e realizadas melhorias no sistema para melhor atender ao usuário, bem como disponibilizado no sítio eletrônico do MAPA material de apoio e treinamento, contendo vídeos tutoriais e manuais.

5. Modernização do Programa Nacional de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras - PREPS

O PREPS tem como objetivos contribuir para as ações de segurança e salvaguarda da vida humana no mar, subsidiar os mestres de pesca orientando-os nas operações realizadas, permitir aos órgãos coordenadores do programa verificar o uso das permissões de pesca concedidas, dar apoio à fiscalização da atividade pesqueira, minimizando o conflito entre a pesca industrial e artesanal, e permitir uma avaliação da efetividade das medidas de gestão pesqueira.



A modernização do PREPS visa promover a transparência de dados de rastreamento de embarcações por meio de integração de banco de dados e desenvolvimento de plataformas com utilização de inteligência artificial. Assim, os dados de rastreamento de embarcações serão disponibilizados para visualização de governantes e sociedade civil na plataforma online Global Fishing Watch – GFW.

Unidade Responsável: Secretaria de Aquicultura e Pesca – SAP.

Metas:

- parceria por meio de Acordo de Cooperação Técnica – ACT com a Global Fishing Watch – GFW formalizada;
- Instrução Normativa de Rastreamento de Embarcações de Pesca por Satélite via plataforma GFW publicada;
- Modernização do PREPS divulgada;
- bancos de dados governamentais – PREPS e GFW, entre Marinha do Brasil, IBAMA, ICMBio, MAPA/SAP integrados;
- Painéis da SAP/MAPA de visualização de dados integrados da pesca publicados;
- capacitação dos gestores públicos da Marinha do Brasil, IBAMA, ICMBio, MAPA/SAP e demais entidades parceiras para utilização da Plataforma GFW;
- 40% da frota marinha rastreada.

Principais resultados em 2021: os dados de rastreamento por satélite das embarcações de pesca brasileiras já estão disponíveis na plataforma da Organização Não Governamental americana Global Fishing Watch – GFW. O compartilhamento das informações demonstra o comprometimento brasileiro com a transparência de dados e a governança dos oceanos, além de promover a melhoria na gestão pesqueira, a sustentabilidade dos estoques pesqueiros e dirimir a pesca ilegal.

Como parte do compromisso de colaboração e apoio, será oferecido treinamento e capacitação aos funcionários públicos que atuam no manejo pesqueiro. Este trabalho reforçará o monitoramento de embarcações como ferramenta prioritária de controle e fiscalização, além do desenvolvimento de análises e investigações.

6. Águas da União para Fins de Aquicultura - Águas da União

O projeto busca adequar as Políticas Públicas que viabilizem o desenvolvimento sustentável da aquicultura em Águas da União, gerando emprego e renda.

Unidade Responsável: Secretaria de Aquicultura e Pesca - SAP.



Metas:

- Sistema Nacional das autorizações de uso de espaço físico de Águas da União para fins de Aquicultura - SINAU desenvolvido;

- Decreto nº 4.895, de 25 de novembro 2003, que dispõe sobre a autorização de uso de espaços físicos de corpos d'água de domínio da União para fins de aquicultura, alterado e publicado;
- Instruções Normativas que regulamentam a aquicultura em Águas da União alteradas;
- arrecadação gerada com a aquicultura em Águas da União transferida para a Secretaria de Aquicultura e Pesca - SAP;
- áreas aquícolas entregues;
- Cessões de Uso (Relatório Anual de Produção) acompanhadas;
- vistoria e fiscalização das cessões de uso de Águas da União para fins de aquicultura implantadas;
- áreas não ocupadas canceladas; e
- Monitoramento Ambiental da Aquicultura em Águas da União (Rede de Monitoramento) implantado.

Principais resultados em 2021: nos últimos anos, a atividade de aquicultura em Águas da União vem crescendo de forma regular, para isso foi necessário alterar a legislação e melhorar os trâmites para a cessão de uso.

Em 2021 foram publicados 283 contratos (áreas regularizadas), com capacidade de produção de 162.117,12 toneladas de organismos aquáticos com possibilidade de gerar até 28.391 postos de trabalho diretos e indiretos. A regularização da utilização de Águas da União para fins de aquicultura eleva a oferta de pescado no País gerando emprego e renda e promovendo o desenvolvimento sustentável.

Ainda em 2021, foi publicada a Portaria SAP/MAPA nº 412/2021, que estabelece procedimentos complementares para a cessão de uso dos espaços físicos em corpos d'água de domínio da União para fins de aquicultura, e a Portaria Conjunta SAP/MAPA - SPU/SEDDM/ME nº 396/2021, que estabelece procedimentos entre a SAP e a SPU para cessão de Águas da União para fins de aquicultura.

Foi publicado, também em 2021, o Boletim do Relatório anual de Produção, o qual apresentou que a produção em Águas da União em 2020 foi de 79.501 toneladas. Cumprindo o escopo do projeto, a SAP fez fiscalização de Áreas e Parques Aquícolas nos Estados de Santa Catarina, Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

7. Abertura e diversificação de mercados para produtos agrícolas

Com o objetivo de ampliar a participação dos produtos agrícolas brasileiros no mercado externo, esta Iniciativa Estratégica busca fortalecer a imagem da agropecuária nacional e identificar novas oportunidades para exportação. Esse trabalho é realizado por meio de eventos, missões ao exterior, participação em feiras internacionais, apoio na elaboração de materiais de divulgação e comunicação, entre outros.

Unidade Responsável: Secretaria de Comércio e Relações Internacionais - SCRI.

Metas: as metas consistem na realização ou participação em agendas de articulação em três frentes: Diplomacia Ministerial; divulgação dos Produtos do Agronegócio; e fortalecimento da Imagem do Agronegócio.

Principais resultados em 2021:

- Diplomacia Ministerial: 26 reuniões com Embaixadores, 13 reuniões bilaterais com ministros estrangeiros, 66 reuniões bilaterais, 30 reuniões multilaterais, 4 missões ao exterior;
- Produtos do Agronegócio divulgados: 2 feiras internacionais enquanto pagante de estande e 2 feiras internacionais enquanto presença de autoridade;
- Imagem do Agronegócio fortalecida: participação em 38 seminários, 4 feiras internacionais, 30 reuniões multilaterais e suporte técnico em 3 vídeos do *The Real Brazilian Agribusiness*.

Como consequência desses esforços, de janeiro a novembro de 2021, mais 69 mercados foram abertos e passaram a comprar produtos do agro brasileiro. Entre eles: farinhas (Argentina, Tailândia, México África do Sul e Índia); algodão (Colômbia); berinjela, pepino, melancia, tomate, pimenta, pimentão, milho e abóbora (Egito); e petfood (Argentina e México).

8. Rede de adidos agrícolas fortalecida e ampliada

Os adidos desempenham missões permanentes de assessoramento junto às representações diplomáticas brasileiras no exterior. Têm o papel de identificar oportunidades, desafios e possibilidades de comércio, investimentos e cooperação para a manutenção e ampliação do agronegócio brasileiro no mercado externo. Para isso, têm interlocução com representantes dos setores público e privado, assim como interação com relevantes formadores de opinião, na sociedade civil, imprensa e academia.

Unidade Responsável: Secretaria de Comércio e Relações Internacionais - SCRI.

Metas: seis novos postos de adidos agrícolas implementados.

Principais resultados em 2021: houve entregas substanciais à ampliação da rede de representação de adidos agrícolas no exterior com a implementação de três novos postos de adidos agrícolas realizada. Foi definido, também, o quarto posto (que será em Luanda) e o processo de implementação já foi iniciado. Além disso, os 25 adidos já existentes foram mantidos, totalizando 28 ao final de 2021.

Como consequência desses esforços, de 2019 a 2021, os países com adidos foram responsáveis por aproximadamente 64% das novas aberturas de mercado.

9. Programa de Autocontrole

O Programa Autocontrole objetiva estimular o aperfeiçoamento de sistemas de garantia de qualidade dos produtos agropecuários, aprimorando a relação entre o setor regulado e o agente regulador e promovendo a manutenção da produção agropecuária dentro das regras sanitárias. A partir da obrigatoriedade prevista em lei, será possível a regulamentação entre as diferentes Unidades Organizacionais, com as especificidades necessárias para o cumprimento das medidas de autocontrole da produção agropecuária.



Objetiva também o desenvolvimento e a implantação do Sistema Informatizado de Autocontrole, permitindo uma avaliação completa, digital e autônoma nas unidades

industriais, por meio do gerenciamento com o uso de plataformas integradas e inteligência artificial. Tem como alvo a eficiência da capacidade dos agentes agropecuários em implantar, executar, monitorar, verificar e corrigir seus procedimentos e processos, visando garantir a idoneidade dos serviços, bem como a identidade, a qualidade, a sanidade, a saúde e a segurança higiênico-sanitária e tecnológica dos produtos agropecuários.

A implementação do programa de autocontrole representará um salto no dinamismo e liberdade às atividades econômicas agropecuárias, possibilitando que o Estado concentre suas ações no controle e fiscalização de atividades de maior risco.

Unidade Responsável: Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA.

Metas:

- publicação da Lei do Autocontrole, a partir de amplo diálogo com os atores envolvidos e de discussões de alinhamento com a Casa Civil, comissões da Câmara dos Deputados e comissões do Senado Federal;
- escolha dos parceiros para desenvolvimento das ferramentas de TI;
- mapeamento dos pontos de controle das cadeias;
- desenvolvimento do Ecossistema de TI;
- integração das bases de dados do autocontrole;
- coleta e tratamento de dados do Autocontrole;
- priorização de resultados analisados e fornecidos para as áreas.

Principais resultados em 2021: essa Iniciativa Estratégica tem dois resultados prioritários que são chave para o sucesso do Programa.

1) Lei do Autocontrole publicada

O Projeto de Lei - PL foi elaborado e encaminhado pela Casa Civil à Câmara dos Deputados. O PL já foi aprovado em todas as comissões da Câmara dos Deputados, ou seja, na Comissão de Finanças e Tributação, em 03/11/2021 e na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, em 14/12/2021. O PL seguirá para o Senado Federal após o recesso parlamentar.

A SDA promoveu e participou de diversas reuniões com diferentes entidades, setores da cadeia produtiva e representantes do parlamento. Com esses apoios, foi concluído o diagnóstico de temas necessários de revisão de arcabouço legal e ferramentas para a implantação e aperfeiçoamento do Autocontrole nas áreas prioritizadas (alimentação animal, fertilizantes, vinhos e bebidas e abate de suínos), com adequação dos normativos atuais. Os processos e procedimentos são aplicáveis aos setores regulados e estarão

adequados à Lei de Liberdade Econômica, com redução da burocracia, ao mesmo tempo em que as garantias de segurança dos produtos serão mantidas.

2) Plataforma Digital do Autocontrole desenvolvida e implantada nas áreas prioritizadas

Em 25/01/2021, foi firmado o Acordo de Cooperação Técnica - ACT nº 004/2020, entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA e o Movimento Brasil Competitivo - MBC, que tem entre seus objetivos a conjugação de esforços para o desenvolvimento de plataformas integradas para maior efetividade na regulação, incluindo a Plataforma Digital do Autocontrole.

No período, foi concluído, com apoio de consultoria especializada, o mapeamento dos pontos de controle das cadeias: inspeção permanente; sementes e mudas; e a alimentação animal. O desenvolvimento do Ecossistema de TI está em andamento, já estando finalizadas a modelagem de arquitetura de TI e a construção de Interfaces de Protocolos de Aplicação (Application Protocol Interfaces - API) para o monitoramento laboratorial.

10. Programa de Modernização e Fortalecimento da Defesa Agropecuária - ProDefesa

O objetivo desta iniciativa é contribuir para o aumento da produtividade agropecuária e para o acesso a mercados nacionais e internacionais por meio do fortalecimento dos Serviços de Defesa Agropecuária.

Unidade Responsável: Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA.

Metas:

1) Modernização e desburocratização de serviços de defesa agropecuária:

- a) eficiência dos Laboratórios Federais de Defesa Agropecuária – LFDA melhorada;
- b) eficiência na prestação de serviços em portos e aeroportos (redução do tempo médio de liberação de carga nos portos para exportação e importação) melhorada;
- c) eficiência dos serviços da defesa agropecuária, incluindo os serviços de inspeção, registro e automação melhorada; e
- d) boas práticas regulatórias (desempenho na elaboração e publicação de atos normativos) implantadas.

2) Controle e erradicação de pragas e de doenças:

- a) Programa Nacional de Controle da Mosca da Carambola: estados livres da ocorrência da mosca da carambola;
- b) País Livre da Febre Aftosa: estados livres da febre aftosa com e sem vacinação; e
- c) Estados Livres da Peste Suína Clássica – PSC: estados livres da Peste Suína Clássica.

3) Conhecimento e Inovação para a Defesa Agropecuária:

- a) Estudos Estratégicos para a Defesa Agropecuária Federal;
- b) Desenvolvimento de Competências em Defesa Agropecuária;
- c) Sistema de Inteligência Estratégica em Defesa Agropecuária;
- d) Apoio à Pesquisa de Desenvolvimento – PD em Defesa Agropecuária; e
- e) Proposta de Parque Tecnológico em Defesa Agropecuária.

4) Monitoramento e Avaliação:

- a) Instrumentos para o Monitoramento, Avaliação e Elaboração de Lições Aprendidas implantados; e
- b) Processos de Apoio à Gestão da SDA Automatizados implantados.

Principais resultados em 2021: houve um amplo esforço para digitização de serviços, resultando em 42 serviços automatizados. Como exemplo, destaca-se a certificação de bebidas, fermentados acéticos, vinhos e derivados da uva e do vinho, cujos procedimentos passaram por alterações operacionais no primeiro semestre de 2021, dando maior acurácia nos processos de análise, com maior padronização nos diferentes pontos de ingresso das mercadorias, tendo como consequência principal o ganho de eficiência e eficácia no desempenho dessas atividades. O processo de emissão dos Certificados de Origem e de Livre Venda foi inteiramente digitizado e pode ser acessado pelo usuário externo por meio do Portal de Serviços GOV.BR.

O Brasil obteve o reconhecimento internacional de novas zonas livres de febre aftosa sem vacinação, em seis estados. A área abrange o Paraná, Rio Grande do Sul, Acre, Rondônia e parte do Amazonas e do Mato Grosso. O reconhecimento foi conferido pela Organização Mundial de Saúde Animal (OIE). Essas áreas se juntam a Santa Catarina que, até então, era o único estado com certificação internacional como zona livre de febre aftosa sem vacinação. O reconhecimento da OIE significa confirmar o elevado padrão sanitário da nossa pecuária e abre diversas possibilidades para que o Ministério da Agricultura trabalhe pelo alcance de novos mercados para a carne bovina e suína, assim como pela ampliação dos tipos de produtos a serem exportados aos mercados que já temos acesso.

Houve também o reconhecimento do Estado do Paraná como zona livre de Peste Suína Clássica independente.

Quanto aos serviços de inspeção, registro e automação, que incluem o processo de importação de material genético animal e animais vivos, o de registro de produtos de origem animal e a certificação da exportação de bebidas, as metas previstas para 2024 foram alcançadas em meados de 2021.

Em 2021 foram executadas consultorias por meio do Projeto de Cooperação Técnica BRA/IICA/20/001 para realização de atividades previstas nos componentes do Programa. As metas previstas para recebimento do desembolso no contrato por resultados foram alcançadas, culminando com o recebimento do reembolso de US\$ 34.648.900 pelo Tesouro Nacional.

Em dezembro de 2021 foi concluída a negociação com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq e iniciado o projeto de contratação de bolsistas para o desenvolvimento de estudos estratégicos na SDA.

Com relação às ações de monitoramento e avaliação, foi implantada a metodologia de Objective Key Results - OKR, um framework de definição e gerenciamento de objetivos, para acompanhamento de indicadores estratégicos da Defesa Agropecuária a partir de 2022. Por meio dessa metodologia, objetivos anuais são estabelecidos em estreita correlação com os objetivos estratégicos do MAPA, integrados com os da SDA, visando promover dinamismo, por se tratar de um método ágil, e reduzir riscos relativos a mudanças de prioridades organizacionais. Essa metodologia, além de uso na SDA, será aplicada para acompanhamento do PPA-SUASA pelas Unidades da Federação. Os Departamentos da SDA, assim como Órgãos Estaduais de Sanidade Agropecuária – OESAs e Divisões de Defesa Agropecuária – DDAs, já passaram por Oficinas de treinamento nesta metodologia.

11. Vigilância e Defesa Agropecuária para Fronteiras Internacionais



O Programa tem o intuito de combater o trânsito e o comércio irregular de mercadorias, bens e insumos agropecuários nas áreas de fronteiras internacionais. A extensa movimentação internacional de pessoas e mercadorias constitui o principal risco de introdução e disseminação de pragas, doenças animais e zoonóticas exóticas no País, além de outros riscos associados à ocorrência de fraudes, infrações e ilícitos no comércio e trânsito internacional de produtos agropecuários.

Unidade Responsável: Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA.

Metas:

- a)** a) estruturar sistema integrado de vigilância agropecuária em fronteiras internacionais (portos, aeroportos, fronteiras, remessas postais e expressas);
- b)** b) implantar o Programa de vigilância em Defesa Agropecuária em Fronteiras Internacionais; e
- c)** c) restabelecer atividades frente a agravos de interesse da Defesa Agropecuária e na integração com outros órgãos de governo, nas instâncias federal, estadual e municipal que atuam nas fronteiras internacionais.

Principais resultados em 2021: Foram realizadas 232 autuações e interditados nove estabelecimentos irregulares. Ao todo foram apreendidas 209 toneladas de agrotóxicos ilegais, 175 toneladas de fertilizantes, 573 toneladas de sementes, 1.732 animais, 15.700 litros de bebidas, 6.500 produtos veterinários, 106 toneladas de ração, todos irregulares. Adicionalmente, foram apreendidas 43 toneladas de produtos vegetais e 150 toneladas de produtos de origem animal com risco fitossanitário ou zoossanitário para o País.

12. Programa Nacional de Solos do Brasil – PronaSolos

O Programa PronaSolos tem como objetivo suprir a carência por informações de solos no Brasil, por meio de levantamentos de solos e interpretações de uso em escalas iguais ou mais detalhadas que 1:100.000, visando contribuir para o aumento da competitividade, lucratividade e sustentabilidade da agricultura brasileira.

Unidade Responsável: Secretaria de Inovação, Desenvolvimento Sustentável e Irrigação - SDI.

Metas:

- Módulo 2 da Plataforma Tecnológica: ambiente de execução e Sala de Situação e Controle implantados;
- Agenda de Trabalho elaborada publicada e validada, para execução dos levantamentos de solos e suas interpretações, nas regiões prioritárias definidas para todo o País;
- governança do programa a nível operacional, com a formação das comissões territoriais e das gerências regionais implementadas junto aos Estados;
- infraestrutura do Laboratório Nacional de Referência de Análise de Solos implantada;
- proposta para implantação da Universidade PronaSolos;
- Acordos de Cooperação Técnica junto aos membros dos comitês executivo e estratégico elaborados, para implantação da Cooperativa Nacional de Dados de Solos.

Principais resultados em 2021:

- o Módulo 2 da Plataforma Tecnológica foi implementado e novos mapas foram disponibilizados;
- definidas as áreas prioritárias para levantamento e interpretação de uso de solo e em fase de validação junto aos parceiros;



- novas ferramentas de geoprocessamento interoperáveis com dados de parceiros oriundos de atividades de campo também foram inseridas na Plataforma;
- articulações com a CAPES para implantação da Universidade PronaSolos em fase adiantada;
- em andamento as articulações com os Estados para a formação das comissões territoriais, que é o terceiro braço do modelo de governança do programa; e
- implementação de portal de comunicação, de modo a facilitar o acesso e a divulgação dos dados e informações relativas ao solo.

13. Programa Nacional de Desenvolvimento Rural e Manejo Sustentável dos Recursos Naturais em Microbacias Hidrográficas - Águas do Agro

O Programa Águas do Agro tem por objetivo promover o desenvolvimento da atividade agropecuária conservacionista e sustentável, tendo a microbacia hidrográfica como unidade referencial de planejamento.

Unidade Responsável: Secretaria de Inovação, Desenvolvimento Sustentável e Irrigação - SDI.

Metas:

- 800 técnicos capacitados nas práticas e tecnologias de conservação de solo e água em 12 estados (PB, BA, MG, SE, CE, PI, RN, SP, TO MT MS e TO);
- 08 Unidades de Referência Tecnológica - URTs implantadas nas propriedades rurais nos municípios contemplados pelo Programa AgroNordeste e por Projetos de Fundos Internacionais, coordenados pelo Departamento de Produção Sustentável e Irrigação - DEPROS/SDI;
- implantação de 06 Unidades de Referência Tecnológica - URTs e realização de 01 curso de capacitação de técnicos nas Bacias do Rio Verde Grande, Rio das Velhas e Rio Jequitinhonha, em Minas Gerais;
- estruturação de 01 curso de EaD na temática de conservação de solo e água;
- readequação de estradas vicinais, a depender de aprovação recursos de emendas parlamentares;
- projeto elaborado para recuperação de 01 microbacia hidrográfica em acordo com as tecnologias de conservação de solo e água.
- Principais resultados em 2021:
- capacitação de 300 técnicos extensionistas;
- seleção junto ao Projeto Rural Sustentável Cerrados de 170 Unidades de Referência Tecnológica - URTs para comporem as unidades a serem acompanhadas pelo Águas do Agro. Destas, 30 terão ações diretas de conservação com recursos do Banco Mundial;
- formatação inicial do curso EaD na temática de conservação do solo e água realizada, para estruturá-lo e ofertá-lo em 2022; e

- parceria do Águas do Agro com outros projetos, a exemplo do Programa AgroNordeste, alavancando sua estratégia de atuação.

14. Plano Setorial de Baixa Emissão de Carbono para o Enfrentamento da Mudança do Clima - ABC + 2020-2030

Implantação do ABC+ 2020-2030, com o objetivo de promover a adaptação da agropecuária brasileira às mudanças do clima e a mitigação das emissões de Gases de Efeito Estufa, com aumento da eficiência e resiliência dos sistemas produtivos, por meio da gestão integrada da paisagem.



Unidade Responsável: Secretaria de Inovação, Desenvolvimento Sustentável e Irrigação - SDI.

Metas:

- Planos de Ação Estaduais (PAE ABC+) instituídos, implementados e em operação (para as 27 Unidades da Federação);
- técnicos capacitados e executando projetos de assistência técnica gratuita em Tecnologias do Plano ABC nos Estados;
- programa brasileiro de produtos agrícolas de baixo carbono/carbono neutro (plataforma nacional integrada e operante, com cadeia de valor estabelecida para as cadeias prioritárias);
- aumento da eficiência produtiva e redução da pegada de carbono da pecuária bovina de corte e de leite (expansão da área com tecnologias do Plano ABC em propriedades

de alta genética animal e 08 milhões de hectares de pastagens recuperadas em dois anos, com tecnologias e sistemas preconizados no ABC+ 2020-2030);

- - disponibilização de informações técnico-científicas sobre sustentabilidade da agropecuária brasileira (plataforma web sobre o ABC+ 2020-2030 estruturada e disponibilizada; palestras realizadas para adidos agrícolas sobre a temática; documento “Avaliação do impacto social e econômico da recuperação de áreas de pastagens degradadas” publicado e divulgado; três “Coletâneas de Fatores de Emissão, Remoção e Adaptação” publicadas e divulgadas; documento “Inventário Nacional de GEE no setor agropecuário: uma visão integrada” publicado e divulgado).

Principais resultados em 2021:

- lançamento do Plano Operacional do ABC+, o qual é o instrumento orientador que contém as ações e estratégias necessárias para o alcance dos objetivos e metas do ABC+;
- os Grupos Gestores - GGE nas 27 Unidades da Federação foram mobilizados, tendo sido realizadas reuniões de sensibilização, o que permitirá um alinhamento dos CGE ao novo ABC+;
- estão em andamento as ações de capacitação de técnicos para execução de projetos de assistência técnica gratuita sobre as tecnologias do Plano ABC nos estados;
- foram publicadas e divulgadas “Coletâneas de Fatores de Emissão, Remoção e Adaptação”, que reúnem pesquisas referentes aos fatores de emissão e remoção de gases de efeito estufa, específicos para as principais culturas e sistemas de produção do País, e sobre alternativas de manejo desenvolvidas para mitigação dos gases de efeito estufa;
- documento técnico “Avaliação do impacto social e econômico da recuperação de áreas de pastagens degradadas” publicado e divulgado;
- após processo seletivo, foi contratada consultoria para iniciar o desenvolvimento do Protótipo da Plataforma nacional para teste, a qual apoiará o acompanhamento da execução do ABC+ em nível nacional e estadual;
- observa-se ainda que grande parte da execução ocorrerá em 2022.

15. Programa AgroNordeste implantado - AgroNordeste



A implantação do Plano de Ação para o Nordeste - Agronordeste tem o objetivo de apoiar a organização e a diversificação da produção agropecuária do Nordeste do Brasil e norte do Espírito Santo e Minas Gerais e a ampliação dos canais de comercialização, com pertinência econômica e social e com maior eficiência, menores riscos e maior potencial de sucesso e impacto.

Unidade Responsável: Secretaria de Inovação, Desenvolvimento Sustentável e Irrigação - SDI.

Metas:

- documentos do Programa Agronordeste necessários à parceria com o BID elaborados e entregues ao Banco;
- até 10.500 produtores em até 21 Arranjos Produtivos Locais - APL envolvendo a estruturação de cadeias agropecuárias prioritárias;
- até 10 mil famílias de assentados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA em processo de integração a cadeias produtivas agropecuárias;
- dez estudos estratégicos e projetos P&D ou transferência de tecnologia concluídos ou em desenvolvimento para identificar oportunidades, modernizar e dinamizar o agronegócio regional;
- 50 mil famílias de assentados rurais de posse do cadastro, titulação e registro de domínio da terra, com a respectiva inclusão no Cadastro Ambiental;
- produtores e exportadores de frutas do Rio Grande do Norte e Ceará beneficiados pela ampliação da Área Livre das Pragas - ALP na região da Chapada do Apodi;

- incremento na proporção de frutas produzidas de forma competitiva com manejo integrado da mosca-das-frutas no submédio São Francisco, em Pernambuco e Bahia;
- atendimentos realizados pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE a 13 mil produtores na área de abrangência do AgroNordeste;
- atendimentos realizados pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - SENAR a 32 mil produtores na área de abrangência do AgroNordeste;
- incremento no número de cooperativas e associações de produtores regularizadas, incluídas na cadeia produtiva e habilitadas para os programas de compras institucionais;
- 600 técnicos de ATER incluídos em programas de atualização tecnológica, transferência de tecnologia e capacitação para atendimento aos produtores rurais do AgroNordeste;
- produtores rurais na área de abrangência do AgroNordeste beneficiados pela articulação de ações de P&D, transferência de tecnologia, ATER e crédito;
- adesão ao Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal - SISBI-POA dos sistemas estaduais de inspeção da Paraíba e Sergipe;
- três produtos regionais em processo de caracterização para emissão de selos distintivos (SeloArte, Indicação Geográfica, Marca Coletiva, Produção Integrada) e outros dois com selos emitidos;
- transferência e difusão de tecnologias de convivência com a seca, conservação de solo e água e redução da emissão de gases do efeito estufa;
- transferência e difusão de Boas Práticas de Produção e de Agroprocessamento.

Principais resultados em 2021:

- o Programa AgroNordeste será objeto de financiamento pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, o que alavancará o desenvolvimento de diversas ações do Programa. No contexto desta parceria, todos os documentos demandados pelo BID foram elaborados e entregues ao Banco em 2021, incluindo nove projetos de APL e oito diagnósticos para projetos de PPB;
- em 2021, o SENAR atendeu 31.503 produtores (a meta original era 20.000), o SEBRAE atendeu 18.219 (a meta original era 15.000) e o INCRA entregou 6.419 títulos (originalmente estavam previstos 5.000);
- o AgroNordeste passou a trabalhar também com a estratégia de projetos vitrine (projetos piloto), para incrementar a obtenção de resultados de curto prazo e acelerar a curva de aprendizado da equipe, facilitando o posterior escalonamento do modelo testado;

- três projetos vitrines foram adicionados ao portfólio: Laboratório de Qualidade do Leite (em parceria com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações - MCTI), habilitando este que será o único laboratório do gênero no Nordeste; Implantação de Energia Eólica para Irrigação (em parceria com a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf) e; Estruturação de Ecossistemas de Inovação (em parceria com o Departamento de Apoio à Inovação Para Agropecuária - DIAGRO/SPI).

16. Observatório da Agropecuária Brasileira

O Observatório tem por objetivo integrar, sistematizar e disponibilizar informações da agropecuária brasileira.



Unidade Responsável: Secretaria de Inovação, Desenvolvimento Sustentável e Irrigação - SDI.

Metas:

- Observatório da Agropecuária Brasileira. Sala altamente tecnológica reformada e equipamentos instalados;
- portfólio de dados existentes nas unidades administrativas do MAPA e em suas entidades vinculadas;
- bases de dados estratégicas existentes nas unidades administrativas do MAPA e em suas entidades vinculadas integradas e sistematizadas;
- bases de dados públicas de instituições como ANA, CEPEA, CNA, MMA, Ibama, IBGE, entre outras integradas e sistematizadas;
- painéis estratégicos acessíveis para as unidades administrativas do MAPA e suas entidades vinculadas; e

- infraestrutura tecnológica, instalada no Instituto Nacional de Meteorologia - INMET, com equipamentos para armazenamento/ disponibilização das bases de dados estratégicas do MAPA e instituições parceiras.



Principais resultados em 2021: o Observatório da Agropecuária Brasileira foi concluído e lançado oficialmente em 25/05/2021. A plataforma reúne em único local dados de mais de 200 bases mapeadas acerca da safra agrícola, da previsão climática, do crédito rural, além de informações sobre o setor pesqueiro e imagens georreferenciadas da área rural brasileira. As informações são oriundas do MAPA e de suas entidades vinculadas, além de instituições como o Banco Central do Brasil - Bacen, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, a Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - Anater, a Universidade Federal de Lavras - UFLA e a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA.

A implantação do Observatório é considerada ferramenta de *Business Intelligence - BI*. Assim, permite a análise das bases de dados, bem como proporciona consolidar resultados imprescindíveis para tomada de decisão de produtores rurais, gestores públicos, empresários, e público em geral.

17. Promover a transformação de 82 serviços não digitais ou parcialmente digitais em digitais

O Plano de Transformação Digital busca ampliar a oferta e simplificar o acesso dos cidadãos aos serviços públicos sob responsabilidade do Mapa. Para isso, incentiva, monitora e acompanha a transformação de serviços analógicos/presenciais em serviços

digitais, o que contribui para aperfeiçoar a experiência de acesso aos serviços públicos pela sociedade. Além disso, atualiza o Portal de Serviços do Governo Federal, que é o aglutinador das demandas por serviços públicos do Poder Executivo Federal.

Unidade Responsável: Secretaria-Executiva - SE.

Meta: transformar 82 serviços não digitais ou parcialmente digitais em digitais.

Principais resultados em 2021: o resultado da transformação de serviços presenciais, não digitais ou parcialmente digitais em serviços digitais no âmbito dos Resultados Prioritários do MAPA foi de 57 serviços transformados em digital, sendo 21 serviços no 1º semestre e 36 no 2º semestre.



A principal entrega do exercício 2021 foi a entrada em produção do serviço “Solicitar registro de pescador profissional (artesanal e industrial)”, que utiliza o Sistema Informatizado de Registro da Atividade Pesqueira - SisRGP 4.0, da Secretaria de Aquicultura e Pesca - SAP. Após essa entrega, o serviço continua a passar por evolutivas para corrigir eventuais inconsistências em funcionalidades. O serviço é voltado para a inscrição de pescadores profissionais no Registro Geral da Atividade Pesqueira - RGP e concessão da Licença de Pescador Profissional e tem por objetivo promover a regularização dos pescadores e impacta a vida de mais de 1,2 milhões de pescadores anualmente.

Além dele, destaca-se o desempenho da Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA, que, entre outros, automatizou 29 serviços via Petição Eletrônica e ampliou o serviço “Solicitar Certificado Veterinário Internacional para viajar com seu cão ou gato - CVI” para nove novas localidades (Bolívia, Canadá, Chile, México, Paraguai, Uruguai, Venezuela, Colômbia e Japão).

18. Conecta Agro - Conagro

O projeto visa desenvolver uma plataforma de governança de sustentação das integrações de sistemas e dos próprios sistemas legados para organizar e agilizar os serviços de Tecnologia da Informação - TI entre os vários ambientes tecnológicos e entre os órgãos vinculados do MAPA para aumentar a sinergia tecnológica das políticas públicas do Ministério, que poderão ser digitalizadas, aprimoradas e analisadas por meio da entrega de serviços digitais.

Unidade Responsável: Secretaria-Executiva - SE.

Metas:

- contratar suporte na plataforma de interoperabilidade;
- migrar 78 aplicações para container;
- contratar plataforma de orquestração das aplicações;
- migrar 108 aplicações em container para o orquestrador.

Principais resultados em 2021: as principais realizações para este projeto foram: (1) a finalização da prova de conceito relacionada à migração de aplicações (piloto) para o novo ambiente tecnológico; e (2) a realização do processo licitatório para a contratação de suporte na plataforma de interoperabilidade.

19. Capacitação de Regularização Fundiária - CRF

Foi publicada em 03/12/2020 a Portaria Conjunta nº 01 SEAF/Incrá, instituindo o Programa Titula Brasil, com o objetivo de aumentar a capacidade operacional dos procedimentos de titulação e regularização fundiária das áreas rurais sob domínio da União ou do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra. O Programa é executado diretamente pelo Núcleo Municipal de Regularização Fundiária - NMRF para aqueles municípios que voluntariamente venham a aderir ao Titula Brasil, disponibilizando os recursos humanos necessários para a operacionalização dos NMRF's. Esta Iniciativa Estratégica tem como objetivo formatar e implementar o modelo de capacitação dos agentes para fazer frente ao desafio de operacionalizar as atividades de Regularização Fundiária no âmbito dos NMRF's.

Unidade Responsável: Secretaria Especial de Assuntos Fundiários - SEAF.

Metas: viabilizar a capacitação dos agentes que atuarão nos Núcleos Municipais no âmbito do Titula Brasil. O Programa previa, em uma primeira etapa, a formatação dos cursos

de capacitação e, numa segunda fase, a implementação, que consiste em ministrar os cursos atendendo a toda demanda advinda dos NMRF's.

Principais resultados em 2021: após a publicação da Portaria instituindo o Programa Titula Brasil, no final de 2020, a Secretaria Especial de Assuntos Fundiários - SEAF trabalhou na formatação e disponibilização do modelo de capacitação, concluindo esta etapa no final do 1º trimestre de 2021. A capacitação das turmas teve início em abril de 2021, e no exercício de 2021 foram ofertadas 9 turmas para os cursos EaD, com 18.071 pessoas inscritas, das quais estimam-se que 4.735 são agentes municipais, sendo 2.432 efetivamente capacitados.



20. Seguro Rural Consolidado

O clima é o principal fator de risco para a produção rural. Ao contratar uma apólice de seguro rural, o produtor pode minimizar suas perdas ao recuperar o capital investido na sua lavoura. Este projeto objetiva ampliar o seguro rural para estimular o aumento da área cultivada e o uso de tecnologia e beneficiar o produtor rural. O seguro também atua como garantia adicional para acesso ao crédito, contribui para obter taxas de juros mais baixas, para pulverizar o risco das carteiras das seguradoras, reduz o valor dos prêmios praticados pelo mercado. Além disso, minimiza a pressão por crédito subvencionado e por socorro financeiro governamental.

Unidade Responsável: Secretaria de Política Agrícola - SPA.

Metas: o Seguro Rural pretende triplicar o número de apólices contratadas, área segurada, produtores atendidos e valor total segurado da produção. Os instrumentos para fazer isso são o Guia de Seguros Rurais, a consolidação dos dados de indenizações, o Manual

de Normas do Seguro Rural, o Sistema de Subvenção Econômica ao Prêmio do Seguro Rural e o Monitor de Seguros Paramétricos; além de reuniões com seguradoras e um plano de comunicação com os produtores rurais.

Principais resultados em 2021: o Guia de Seguros Rurais e a consolidação dos dados de indenizações estão concluídos e disponíveis para todos no portal do MAPA. Além disso, foram realizados seis eventos previamente programados do Projeto do Monitor do Seguro Rural, sendo eles Culturas de Inverno, Pecuária de Corte e de Leite, Arroz, Olerícolas, Frutas e Seguros Paramétricos, com ampla participação da comunidade e dos interessados em cada tema.

Outros resultados:

- entrega do Relatório de Resultado Geral do PSR referente ao ano de 2020;
- entrega do Relatório do Projeto-Piloto Pronaf referente ao ano de 2020.

21. Análise dinamizada do CAR implantada em todas as Unidades da Federação



A análise dinamizada do Cadastro Ambiental Rural - CAR é uma ferramenta desenvolvida pelo Serviço Florestal Brasileiro - SFB em conjunto com os Estados e em parceria com a Universidade Federal de Lavras - UFLA, que permitirá a análise dos dados declarados no CAR de forma automatizada, por meio de mapeamentos georreferenciados, garantindo agilidade e precisão ao processamento.



Essa análise faz cruzamentos automatizados que verificam as informações geográficas declaradas pelo proprietário rural e apontam a situação de regularidade ambiental dos imóveis em relação às áreas de preservação permanente - APP, de reserva legal - RL e de uso restrito - AUR e, quando for o caso, da localização de excedentes de vegetação nativa.

Unidade Responsável: Serviço Florestal Brasileiro - SFB.

Metas:

- capacitação de entes federados para uso da solução da Análise Dinamizada do CAR;
- solução tecnológica da Análise Dinamizada do CAR entregue aos entes federados que usam o Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural - SICAR federal;
- produção das bases temáticas em apoio aos entes federados que usam o SICAR federal.

Principais resultados em 2021:

- 87,5% dos entes federados que aderiram ao SICAR federal capacitados;
- cinco entes federados com a Análise Dinamizada do CAR implantada;
- produção e entrega das bases temáticas do SICAR a sete entes federados, possibilitando a implantação do módulo de Análise Dinamizada do SICAR nesses entes.

22. Aumento de 300% na área de florestas públicas federal sob regime de concessão florestal

A Lei de Gestão de Florestas Públicas permite ao Poder Público conceder a Pessoas Jurídicas, por meio de concorrência pública, permissão para realizar o manejo florestal sustentável para extrair produtos madeireiros e não madeireiros e para oferecer serviços de turismo.

A política de concessão florestal propicia aos governos federal, estaduais e municipais fazer uma boa gestão do patrimônio público e combater atividades ilegais como a grilagem de terras, o garimpo ilegal, o desmatamento e os incêndios florestais. A atividade gera benefícios sociais e ambientais, promovendo o desenvolvimento econômico de longo prazo firmado em bases sólidas e sustentáveis.

Unidade Responsável: Serviço Florestal Brasileiro - SFB.

Metas:

- Publicações do Plano Anual de Outorga Florestal - PAOF 2021 e 2022;
- Lançamentos de concorrências para concessões de florestas nacionais;
- Assinatura de contratos de concessão florestal.

Principais resultados em 2021: os objetivos da concessão florestal são a conservação das florestas públicas brasileiras, a promoção da produção sustentável e o estímulo ao desenvolvimento econômico regional, com a melhoria da qualidade de vida das populações que vivem no entorno dessas áreas.

A agenda de concessões florestais avançou em 2021 com o início da concessão florestal da Floresta Nacional (Flona) do Amapá. Após processo de concorrência pública, realizado entre setembro de 2020 e maio de 2021, foram assinados quatro contratos de concessão florestal, que totalizam quase 265 mil hectares de florestas públicas que ficarão sob regime de manejo florestal, gerando cerca de 500 empregos formais na região. Esses novos contratos correspondem ao aumento de 26% da área de florestas públicas federais sob regime de concessão. O SFB também divulgou o edital de concessão da Floresta Nacional do Jamari, em Rondônia.

O MAPA firmou uma parceria com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES para a estruturação da concessão florestal de oito áreas localizadas no estado do Amazonas, e na Região Sul.

Atualmente, são os seguintes os editais de concessão em estruturação qualificados no Programa de Parcerias de Investimentos - PPI do Governo Federal: Floresta Nacional de Chapecó (SC), Floresta Nacional de Três Barras (SC), Floresta Nacional de Irati (PR); e, no estado do Amazonas, Floresta Nacional de Humaitá, Floresta Nacional de Iquiri, Floresta Nacional de Jatuarana, Floresta Nacional do Pau Rosa, Floresta Nacional de Balata - Tufari e Gleba Castanho.

23. Fortalecimento da Agricultura Familiar na Amazônia Legal, no Contexto Socioambiental e Econômico - FORTAF Amazônia

O objetivo deste projeto é promover o fortalecimento da Agricultura Familiar e da Sociobiodiversidade na Amazônia Legal, no contexto socioambiental e econômico brasileiro.

Unidade Responsável: Companhia Nacional de Abastecimento - Conab.

Metas:

- 23.643 produtores familiares atendidos pelo Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, pela Política de Garantia de Preço Mínimo - PGPM-Bio e pelo Programa Vendas em Balcão - ProVB;
- 6.690 agricultores familiares capacitados para acesso aos mercados públicos e privados;
- 04 encontros de oportunidades de negócios realizados para Agricultura Familiar e Sociobiodiversidade.

Principais resultados acumulados até 2021:

- 29 mil produtores rurais foram atendidos no Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, no Programa de Vendas em Balcão - ProVB e na Política de Garantia de Preços Mínimos para Produtos da Sociobiodiversidade - PGPM-Bio;
- mais de 6 mil agricultores familiares e extrativistas capacitados para terem acesso aos Programas executados no Fortaf-AL (ProVB, PGPM-Bio e PAA).
- foram realizados três “Encontros de Oportunidades de Negócios para Agricultura Familiar e Sociobiodiversidade”, que buscam beneficiar organizações desses segmentos, a partir da facilitação do acesso, principalmente, a mercados privados e a mercados institucionais, com consequente geração de renda. Esses encontros ocorreram nos estados do Acre, Pará e Espírito Santo.

Ressalta-se que, devido à Pandemia do Covid-19, alguns eventos como capacitações e encontros de oportunidades de negócios tiveram resultados impactados. Em 2020, houve suspensão das capacitações por força de normativas do MAPA e da Conab, que impediram a realização de reuniões presenciais. Por outro lado, mais produtores rurais foram beneficiados com os atendimentos no Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, no Programa de Vendas em Balcão - ProVB e na Política de Garantia de Preços Mínimos

para Produtos da Sociobiodiversidade - PGPM-Bio, o que levou à superação da meta estabelecida.

24. Avaliação da Aptidão Agrícola das terras do Brasil escala 1:500.000

O mapa de aptidão agrícola das terras do Brasil apresenta a classificação da aptidão agrícola (boa, regular, restrita e inapta) para diferentes tipos de uso da terra (lavoura, pastagem plantada, pastagem natural e silvicultura). Considera-se três níveis de manejo, assim como os principais fatores limitantes, quais sejam: deficiência de fertilidade, deficiência de água, deficiência de oxigênio, suscetibilidade à erosão e impedimentos à mecanização. Tendo em vista a grande abrangência geográfica, o mapa de aptidão agrícola é apresentado na escala 1:500.000, considerada mais adequada para representação do potencial de uso das terras, podendo assim ser aplicado em interpretações do potencial de uso agrícola e estudos agroambientais.

Como benefício para a sociedade, o Mapa de aptidão agrícola traz subsídios para a tomada de decisão e a elaboração de políticas públicas com informações de solos e de suas aptidões para diferentes usos, de acordo com diferentes manejos tecnológicos disponíveis, e contribui com informações técnicas de alta qualidade, para o manejo sustentável dos solos e para a descarbonização da agricultura brasileira.

Unidade Responsável: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa

Meta: ter disponibilizada a avaliação da aptidão agrícola das terras brasileiras.

Principais resultados em 2021: o projeto foi finalizado com destaque para a conclusão da classificação da aptidão agrícola e a elaboração da primeira versão do Mapa de Aptidão Agrícola das terras brasileiras em escala 1:1500.000. Vale salientar que houve resultados intermediários que permitiram o alcance do produto final, como a identificação e a espacialização de ambientes que apresentam condições naturais peculiares e a espacialização de tipos climáticos.

25. Biopesticidas para o controle da Lagarta “Falsa Medideira” em algodão e soja lançados

O objetivo desta iniciativa foi a entrega de três biopesticidas: 02 bioinseticidas à base de Baculovírus: (a) VirControl Ci e (b) Spodovir; e 01 à base de Bactéria: (c) Acera. A oferta de produtos biológicos com tecnologia nacional reduz a dependência de insumos importados e de altos custos; reduz a necessidade de importação de princípios ativos químicos para

produção de inseticidas que pesam na balança comercial e podem produzir efeitos tóxicos em seus aplicadores e no meio ambiente.

Unidade Responsável: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa.

Metas:

- Produto Vir Control Ci lançado;
- Produto Acera lançado;
- Produto Spodovir lançado.

Principais resultados em 2021: os três biopesticidas foram registrados no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA e lançados no mercado brasileiro com folder promocional e exposição pública em áreas de produção; a tecnologia foi lançada e disponibilizada no Portal da Embrapa. Salienta-se que a Embrapa, articulada com o setor produtivo, cumpriu antecipadamente as metas estabelecidas, perfazendo as entregas dos bioinsumos, a alocação dos recursos planejados e a construção conjunta de um posicionamento mercadológico para os bioinsumos.

26. Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação para a Sustentabilidade da Agricultura Brasileira - Inova Embrapa

O Projeto Inova Embrapa tem como objetivo fortalecer a interação com o setor produtivo e o desempenho do processo de pesquisa, desenvolvimento e inovação da Embrapa.

Unidade Responsável: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa.

Metas:

- no mínimo 100 ativos de inovação qualificados disponíveis para transferência de tecnologia, por ano;
- no mínimo 300 parcerias estabelecidas com o setor produtivo, até 2023.

Principais resultados em 2021: em 2021 a Embrapa qualificou 360 ativos disponíveis para transferência de tecnologia. Dentre tais ativos, destacam-se alguns de maior potencial de impacto no setor produtivo, tais como: Recomendações de plantio para Uva BRS Melodia para o Submédio do vale do Rio São Francisco; Protocolo Carne Carbono Neutro; Plataforma Tecnológica Pronasolos; Plataforma Aquaplus; Cultivares de Algodão, de Soja e de outros produtos agrícolas.

Pode-se destacar a extrema importância que o conjunto de recomendações para plantio da uva BRS Melodia tem para a região do Vale do Rio São Francisco – uma cultivar de sabor extremamente agradável, doce, sem sementes, tolerante a doenças importantes e de boa produtividade, comprovadamente adaptada a uma região de alta importância na produção de uvas de mesa do País – uma cultivar com potencial enorme pelas suas excelentes características organolépticas.

A abordagem Carne Carbono Neutro é outro resultado qualificado muito relevante: diante das preocupações globais com emissões de gases efeito estufa, com especial ênfase na pecuária, a Embrapa qualificou processo agropecuário que permite a produção sustentável. É um importante marco para o País que, além de sustentável ambiental e financeiramente, alavanca sua imagem frente a atores globais, com impactos potenciais sobre transações comerciais.

A Plataforma Pronasolos é a maior e mais moderna plataforma de solos do mundo tropical. Conhecer os solos do país em detalhes é essencial para aumentar a produção agropecuária nacional de forma eficiente e sustentável. Trata-se de trabalho contínuo a ser desenvolvido por vários anos, qualificado em 2021.

A Plataforma Aquaplus provê soluções simples, práticas e inovadoras, já desenvolvidas ou em desenvolvimento pela Embrapa, para qualificação, manejo e melhoramento genético de espécies aquícolas - hoje encontra-se disponível para pacu, pirapitinga, tambaqui e camarão cinza - tal resultado é de suma importância para alavancar a produção aquícola do País.

Ainda, diversas cultivares (como batata-doce, soja, algodão etc.), sejam convencionais ou geneticamente modificadas, foram qualificadas e disponibilizadas para transferência de tecnologia.

Por fim, o lançamento (já qualificado em 2020, entretanto produto lançado em 2021) de bactérias selecionadas em mandacaru para mitigação da seca em cultivo de grãos (milho), com produto disponibilizado ao mercado, foi de extrema importância, tendo em vista mudanças climáticas e os críticos eventos de seca que por vezes ocorrem - tecnologias como esta podem auxiliar o setor produtivo sobremaneira em eventos de seca que surjam futuramente.

Resta apontar que em 2021 se iniciaram mais 115 projetos de PD&I no novo formato tipo III em parceria com o setor produtivo, o que denota que a meta estabelecida pelo Projeto será provavelmente atingida.

27. 300 Mil Documentos Titulatórios Entregues

Dar celeridade e qualidade ao processo de concessão de documentos de titularidade de terras rurais, com vistas a promover a regularização e o ordenamento fundiário e ampliar o trabalho e a renda no meio rural, o acesso ao crédito e à assistência técnica aos beneficiários e sua inserção às cadeias produtivas.

Unidade Responsável: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra.

Metas: o programa tem como meta a concessão de 300 mil documentos titulatórios, sendo 130 mil títulos no exercício de 2021 e 170 mil no exercício de 2022.

Principais resultados em 2021:

No ano de 2021, foram emitidos 139.526 documentos titulatórios, subdivididos nos seguintes tipos:

- Contrato de Concessão de Uso - CCU (Reforma Agrária): 108.903;
- Título de Domínio - TD e Concessão de Direito Real de Uso - CDRU (Reforma Agrária): 12.043;
- Certidão de Reconhecimento de Ocupação - CRO (Regularização Fundiária): 3.508;
- Liberação de Cláusulas Resolutivas - LCR (Regularização Fundiária): 117;
- Concessão de Direito Real de Uso - CDRU (Regularização Fundiária): 810;
- Título de Domínio - TD (sendo 63 na PGT, 738 fora da PGT e 14.145 em convênios): 14.145.

Estes valores alcançados significam a superação da meta de 130 mil títulos em 7,32%.

28. Cadastro Unificado de Gestão Fundiária

O Cadastro Unificado de Gestão Fundiária visa solucionar um grave e histórico problema das políticas fundiárias, que é a inconsistência de padrões e informações acerca da realidade da política fundiária, seja no âmbito federal ou na relação destes dados com os de outras esferas subnacionais, cartoriais etc.



O Projeto busca uniformizar termos e conceitos relacionados à gestão fundiária, subsidiar a interoperabilidade e integração entre os cadastros dos diversos sistemas de gestão fundiária, qualificar as informações sobre a malha fundiária nacional e sobre o público-alvo beneficiário da política fundiária e simplificar o processo titulatório, com as devidas garantias de segurança jurídica.

Unidade Responsável: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra.

Metas: instituir um Cadastro Fundiário Rural integrado, contemplando informações de base fundiária, ambiental, de infraestrutura, social, dentre outras, proporcionando com informações fidedignas maior eficiência, celeridade e segurança jurídica ao processo de regularização fundiária rural nacional.

Principais resultados em 2021:

1) Em relação à Plataforma de Governança Territorial Fundiária - PGT:

- finalização do Projeto Integra, base para a construção do Cadastro, e realização do workshop final do referido projeto;
- lançamento da MVP-1 da Plataforma de Governança Territorial, no dia 07 de outubro de 2021. A MVP-1 permite ao interessado a abertura de requerimento, de forma remota, bastando ter acesso à rede mundial de computadores. O requerimento enviado pelo interessado passa por mais de 50 cruzamentos às bases de dados do Incra, MAPA e outros órgãos da Administração Pública Federal promovendo a emissão do Relatório de Conformidade que pode ter o status “Processada” ou “Processada com Pendências”;

- desenvolvimento da MVP-2 da Plataforma de Governança Territorial que deverá ser lançada no mês de fevereiro de 2022. A MVP-2 permite (além da possibilidade de o interessado promover a abertura de requerimento, de forma remota, e passar pela fase de expedição do relatório de conformidade) promover a elaboração do Título de Domínio - TD que ficará disponível para que a equipe da Superintendência Regional promova a verificação quanto à expedição de documentos titulatórios sobre a mesma área em períodos passados e faça a inclusão da parcela no SNCR para que, ato seguinte, encaminhe para indeferimento ou assinatura do documento titulatório.

2) Em relação ao MDM Cadastro Unificado de Gestão Fundiária:

Trata de integração e reconciliação em um repositório único de dados pertinentes ao ecossistema de Governança Fundiária, seguindo práticas de Gerenciamento de Dados Mestres (Master Data Management - MDM), modelado em conformidade com a norma ISO-19152:2012.

Com este Modelo de dados otimizado ocorre a dissolução de silos e os dados que estão replicados tornam dados de referência, passando a existir apenas uma versão confiável, eliminando a redundância e aumentando o grau de qualidade dos dados.

Assim houve a finalização do Projeto Integra, base para a construção do Cadastro, tendo sido realizado o workshop final do referido projeto. A primeira entrega do projeto encontra-se em fase final de homologação, após concluída a homologação das etapas 1 e 2, entre agosto e dezembro de 2021.

Demais resultados das principais áreas de atuação do MAPA em 2021

Além dos produtos das Iniciativas Estratégicas elencadas no item anterior, a seguir será realizada uma apresentação resumida dos principais resultados das áreas de atuação do MAPA em 2021.

Aquicultura e Pesca



O Brasil tem a maior linha costeira do Oceano Atlântico Sul: 8,5 mil quilômetros. Chamada Amazônia Azul, a costa brasileira totaliza 5,7 milhões de quilômetros quadrados, se somada à Zona Econômica Exclusiva brasileira. Ademais, o País tem o privilégio de ter 14% das reservas mundiais de água doce, contando com 12 bacias hidrográficas, com destaque para a bacia amazônica que no Brasil compreende uma área de 3.870.000 km².

A pesca é a atividade comercial praticada ao longo de todo o litoral brasileiro e nos ambientes aquáticos continentais, apresentando, portanto, elevada importância social e econômica para enorme contingente de trabalhadores nas regiões. A atividade pesqueira é regida pela Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009, que dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca.

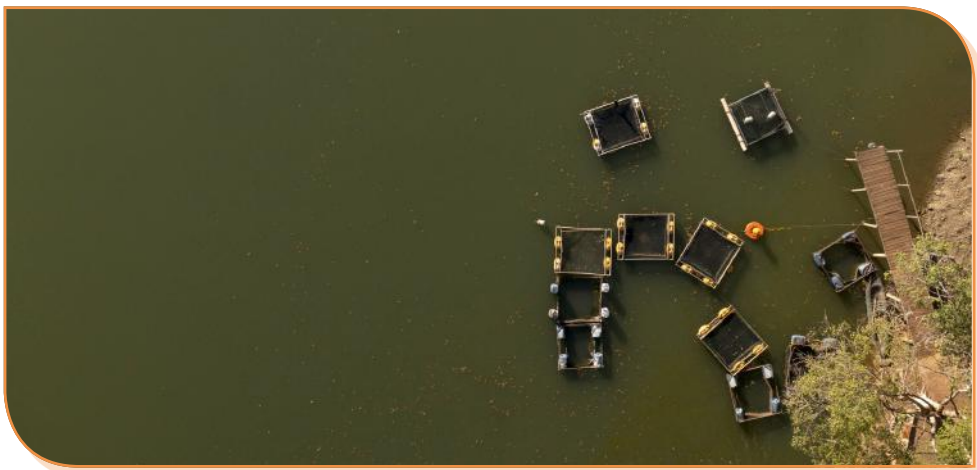
De acordo com o art. 21, III, da Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019, e com o Decreto nº 10.827, de 30 de setembro de 2021, compete ao MAPA, por meio da Secretaria da Aquicultura e Pesca - SAP, a política nacional pesqueira e aquícola, abrangida a gestão do uso dos recursos e dos licenciamentos, das permissões e das autorizações para o exercício da aquicultura e da pesca. Além disso, o referido decreto destaca a competência do Ministério em relação à pesquisa, ao cooperativismo e associativismo e às negociações internacionais em aquicultura e pesca.

Além das Iniciativas Estratégicas já elencadas neste documento, será realizada uma apresentação resumida dos principais resultados da SAP em 2021.

- **Assinatura da Declaração de Copenhague e adesão à iniciativa Blue Justice contra os crimes transnacionais na indústria da pesca global**

O Brasil assinou a Declaração de Copenhague contra crimes da Indústria Pesqueira. Outros 34 países são signatários da Declaração, que existe desde 2018.

- **Acordo de Cooperação Técnica com a AMUSUH**



A SAP/MAPA celebrou com a Associação Nacional dos Municípios Sedes de Usinas Hidroelétricas e Alagados um novo Acordo de Cooperação Técnica (ATC nº 42/2021) para os próximos cinco anos. Essa parceria vai dinamizar ainda mais os aproveitamentos dos lagos de domínio da União e potencializar os trabalhos de representação e de apoio aos municípios.

- **Terminais Pesqueiros Públicos - TPP's**

A Rede de Terminais Pesqueiros Públicos administrada pela SAP/MAPA conta com 13 (treze) TPP's efetivamente implantados e 07 (sete) em fase de planejamento/projeto/construção, distribuídos nas Regiões Sul, Sudeste, Nordeste e Norte do País, com investimentos que totalizam mais de 150 milhões de reais.

O Terminal Pesqueiro de Cabedelo (PB) foi concedido, e 07 (sete) Terminais Pesqueiros foram qualificados no Programa de Parcerias de Investimentos - PPI, são eles: Belém (PA) e Manaus (AM), pelo Decreto nº 10.383/2020, e os TPP's de Natal (RN), Aracaju (SE), Vitória (ES), Santos (SP) e Cananéia (SP).

- **Portaria SAP/MAPA nº 17, de 26 de janeiro de 2021**

Estabelece normas, critérios e padrões para o uso sustentável de peixes nativos de águas continentais, marinhas e estuarinas, com finalidade ornamental e de aquariorfilia.

- **Portaria SAP/MAPA nº 19, de 04 de março de 2021**

Define os representantes titulares e suplentes do Comitê Executivo "AQUIPESCA". No âmbito do AQUIPESCA, há 17 metas, dentre elas, algumas bem estruturantes da SAP: o PREPs e o SISRGP 4.0, fortalecer políticas de cessão de espaços físicos em águas da União para fins de aquicultura e combate à pesca ilegal, não reportada e não regulamentada, e às práticas de pesca destrutivas, que permite avançar em uma gestão transparente, sustentável e com segurança jurídica.

- **Portaria SAP/MAPA nº 99, de 29 de março de 2021**

Credencia organismo certificador, para executar a verificação de conformidade em embarcações pesqueiras, de acordo com o art. 37 da Instrução Normativa MAPA nº 57, de 31 de outubro de 2019.

- **Portaria SAP/MAPA nº 106, de 7 de abril de 2021**

Estabelece a Autorização de Pesca Especial Temporária, o limite de embarcações, as cotas de captura e as medidas de monitoramento e controle para a temporada de pesca da tainha (Mugil liza) do ano de 2021 nas Regiões Sudeste e Sul do Brasil.

- **Portaria SAP/MAPA nº 114, de 16 de abril de 2021**

Publica a relação final da análise documental e a listagem prévia das empresas habilitadas para a obtenção de licença para venda de raias de água doce com finalidade ornamental e de aquariorfilia, referente ao ano de 2021.

As cotas foram distribuídas, por espécie, de acordo com as solicitações das empresas e o estabelecido na Instrução Normativa IBAMA nº 204, de 22 de outubro de 2008, para os Estados do Pará e do Amazonas.

- **Portaria SAP/MAPA nº 115, de 19 de abril de 2021**



Aprova o Plano para a Retomada Sustentável da Atividade de Pesca de Arrasto na Costa do Rio Grande do Sul, de que trata a Portaria SAP/MAPA nº 09, de 14 de janeiro de 2021.

- **Portaria SAP/MAPA nº 154, de 03 de maio de 2021**

Publica a relação final das embarcações de emalhe anilhado e cerco/traineira na Temporada de Pesca da Tainha (Mugil liza) credenciadas e não credenciadas para o preenchimento das vagas remanescentes do processo seletivo estabelecido pelo Edital de Convocação nº 2/2020, da SAP/MAPA.

- **Portaria SAP/MAPA nº 35, de 05 de maio de 2021**

Define a temporada de pesca de camarão no estuário da Bacia Hidrográfica do Rio Tramandaí (BHRT-RS), como sendo de 15 de fevereiro a 21 de junho de 2021. Os critérios técnicos e padrões de uso para a atividade da pesca na BHRT-RS são estabelecidos pela Instrução Normativa MMA nº 17, de 17 de outubro de 2004. No início de 2020, a competência da gestão pesqueira no Brasil deixou de ser compartilhada e passou a ser exclusiva da SAP/MAPA, por meio do Decreto nº 10.253, de 20 de fevereiro de 2020.

- **Portaria SAP/MAPA nº 159, de 10 de maio de 2021**

Publica a Consulta Pública sobre a Matriz de Modalidades de Pesca para a concessão de Permissão Prévia de Pesca e Autorização de Pesca para embarcações de pesca brasileiras para o uso sustentável dos recursos pesqueiros. Essa nova Matriz de Modalidades de Pesca vem substituir o atual sistema de permissionamento definido pela Instrução Normativa Interministerial nº 10, de 10 de junho de 2011.

- **Portaria SAP/MAPA nº 176, de 21 de maio de 2021**

Disciplina os procedimentos administrativos para regularização de transferência de propriedade e transformação da embarcação de pesca, prevista nas alíneas “a” e “b” do inciso I do art. 5º do Decreto nº 8.425, de 31 de março de 2015.

- **Painel de Monitoramento da Temporada de Pesca da Tainha 2021 (Mugil liza)**

Publicado o Painel de Monitoramento da Safra Tainha 2021. O Painel divulga à sociedade os dados enviados por cerca de 250 usuários do Sistema Informatizado de Monitoramento da Temporada de Pesca da Tainha - Sistainha, que coleta as informações de monitoramento de captura da espécie Mugil liza enviados por pescadores de emalhe anilhado e cerco/traineira, bem como de empresas pesqueiras que adquirem o produto, por meio do Sistainha. Este ano, a SAP/MAPA ampliou o monitoramento das empresas pesqueiras dos Estados do ES, RJ, SP, PR, SC e RS, trazendo novas informações sobre esta cadeia de valor.

- **Portaria SAP/MAPA nº 221, de 8 de junho de 2021**

Estabelece as regras de ordenamento, monitoramento e controle da pesca, do transporte, do processamento, do armazenamento e da comercialização da lagosta vermelha (*Panulirus argus*), lagosta verde (*Panulirus laevicauda*) e lagosta pintada (*Panulirus echinatus*).

- **Decreto nº 10.736, de 26 de junho de 2021**



Institui a Rede Nacional Colaborativa para a Gestão Sustentável dos Recursos Pesqueiros - Rede Pesca Brasil, de caráter consultivo e de assessoramento, com o objetivo de subsidiar a gestão para o uso sustentável dos recursos pesqueiros.

- **Portarias SAP/MAPA nº 265 e 270 de 29 de junho de 2021**

Estabelece as normas e os procedimentos administrativos para inscrição de pessoas físicas no Registro Geral da Atividade Pesqueira, na categoria de Pescador Profissional.

Dispõe sobre a proibição da captura, transporte e comercialização da espécie *Gramma brasiliensis*, com finalidade ornamental e de aquariorfilia, em todo o território brasileiro.

- **Portaria SAP/MAPA nº 385, de 9 de setembro de 2021**

Institui o Comitê Científico para avaliação das medidas de gestão aplicadas à pesca de cerco/traineira da sardinha-verdadeira (*Sardinella brasiliensis*) e da sardinha-laje (*Opisthonema oglinum*). A partir das melhores e mais recentes informações disponíveis, o Comitê realizou uma série de análises e desenvolveu recomendações para a gestão da pesca de cerco/traineira de sardinha-verdadeira.

- **Portaria SAP/MAPA nº 401, de 28 de setembro de 2021**

Aprova o Plano de Ação das medidas e ações relacionadas ao desenvolvimento sustentável da atividade pesqueira da espécie *Calophysus macropterus* (Piracatinga), de que trata a Portaria nº 271, de 1º de julho de 2021 da SAP/MAPA.

- **Portaria SAP/MAPA nº 408, de 8 de outubro de 2021**

Estabelece os critérios de Controle Oficial de Conformidade das condições higiênico-sanitárias de embarcações pesqueiras de produção primária que fornecem matéria-prima para o processamento industrial de produtos da pesca destinados à União Europeia. Houve a certificação de 01 (uma) embarcação pesqueira com vistas à União Europeia em 2021.

- **Portaria SAP/MAPA nº 410, de 8 de outubro de 2021**



Dispõe sobre a proibição da captura, do transporte e da comercialização da espécie *Hypancistrus* sp. L174, vulgarmente conhecida como acari-marrom, zebra-marrom, acari-zebra-marrom (família Loricariidae) com finalidade ornamental e de aquariorfilia, em todo território nacional.

- **Portaria SAP/MAPA nº 411, de 08 de outubro de 2021**

Estabelece os procedimentos administrativos, fiscalizatórios e de gestão e contratos, para cessões de uso dos Terminais Pesqueiros Públicos - TPP's, aos estados ou municípios.

- **Portaria SAP/MAPA nº 439, de 09 de novembro de 2021**

Disciplina os procedimentos administrativos para a regularização de embarcação de pesca, nos casos de transferência de propriedade e de transformação da embarcação de pesca, no âmbito da SAP/MAPA.

- **Portaria SAP/MAPA nº 452, de 18 de novembro de 2021**

Estabelece as regras de ordenamento para a atividade de pesca do polvo (*Octopus americanus* e *Octopus insularis*) nas águas marinhas sob jurisdição brasileira das Regiões Sudeste e Sul.

- **Portaria MAPA nº 359, de 9 de dezembro de 2021**

Institui, no âmbito do MAPA, a Rede Nacional de Pesquisa e Monitoramento Ambiental da Aquicultura em Águas da União - Rede.

- **Portaria SAP/MAPA nº 505, de 23 de dezembro de 2021**

Estabelece a cota anual de óleo diesel às embarcações de pesca habilitadas ao Programa de Subvenção Econômica ao Preço do Óleo Diesel, credencia as empresas para fornecimento do óleo diesel e divulga a relação de embarcações de pesca não habilitadas ao Programa de Subvenção referente ao ano de 2022.

- **Portaria SAP/MAPA nº 506, de 23 de dezembro de 2021**

Institui Equipe de Planejamento da Contratação com o objetivo de elaborar os estudos preliminares, a análise de risco e o termo de referência pra contratação do serviço de assessoria técnica especializada para licitação, na modalidade leilão, da concessão de sete Terminais Pesqueiros Públicos das seguintes localidades: Aracaju/SE, Belém/PA, Cananéia/SP, Manaus/AM, Natal/RN, Santos/SP e Vitória/ES com vistas à sua revitalização, modernização, operação, manutenção e gestão.

- **Portaria SAP/MAPA Nº 508, de 27 de dezembro de 2021**

Altera o art. 38 da Portaria nº 310, de 24 de dezembro de 2020, da SAP/MAPA, que estabelece os critérios e requisitos higiênico-sanitários de embarcações pesqueiras de produção primária, que fornecem matéria-prima para o processamento industrial de produtos da pesca destinados ao mercado nacional e internacional.

- **Portaria SAP/MAPA nº 516, de 31 de dezembro de 2021**

Regulamenta a Licença Temporária da Atividade Pesqueira, na categoria de Pescador Profissional Artesanal, até 31 de dezembro de 2022, ou até a finalização do Cadastramento Nacional dos Pescadores Profissionais, previsto na Portaria nº 270, de 29 de junho de 2021, da SAP/MAPA.

- **Portaria SAP/MAPA nº 513, de 31 de dezembro de 2021**

Estabelece regras de ordenamento e monitoramento da pesca da parati (Mugil curema) nas lagoas de Santo Antônio dos Anjos, Mirim e Imaruí, no Estado de Santa Catarina.

- **I Workshop Internacional de Ordenamento da Aquicultura Marinha**

O objetivo do evento foi levantar subsídios com atores da cadeia produtiva da aquicultura marinha (piscicultura, produção de algas e malacocultura), para a realização de planejamento do ordenamento da atividade aquícola no Brasil.

- **Mapas de Bordo Digital**

Foram desenvolvidos 06 (seis) mapa de bordo digital, conforme o art. 6º da Instrução Normativa nº 20, de 10 de setembro de 2014 (Cercos, Sardinha, Armadilha, Espinhel Vertical N/NE, Cardume Associado, Iscador Automático).

- **Declarações de estoque do Caranguejo-Uçá**



A SAP/MAPA, em colaboração com o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio, desenvolveu o Painel de Declarações de Estoque de Caranguejo-Uçá (*Ucides cordatus*) com indicadores de produção por estado, por categoria de declarante, por apresentação do produto, produção mensal e quantidade de declarações recebidas.

- **Painel de Monitoramento e Ordenamento da Pesca do Pargo (*Lutjanus purpureus*)**

Publicado o Painel do Pargo, importante recurso do Norte Brasileiro e um dos principais itens da pauta de exportação de pescado. Os dados foram compilados entre janeiro e março de 2021 pela SAP/MAPA. A publicidade destes dados limita-se ao atendimento à Portaria Interministerial SEAP-PR/MMA nº 42, de 27 de julho de 2018.

- **Painel com os resultados das capturas do Pargo Ano 2020**

A SAP/MAPA lançou o Painel de Monitoramento e Ordenamento da Pesca do Pargo (*Lutjanus purpureus*) de 2020. Além das informações de captura total da espécie no ano de 2020, o Painel traz informações como o total de pescado capturado por embarcação, o número de lances, o número de mapas de bordo recebidos e analisados pela Secretaria, a captura total de outras espécies por essa frota e as áreas das capturas, que acontecem na Região Norte do País.

- **Seminário da Pesca IUU**

Realizado o Seminário Nacional sobre Pesca Ilegal, Não Declarada e Não Regulamentada na Amazônia Azul. O Seminário teve o propósito de reunir os principais atores brasileiros envolvidos no combate à Pesca Ilegal, Não Declarada e Não Regulamentada, para conhecer a situação do tema no Brasil e no exterior, ocasião em que foram abordados os esforços governamentais para reduzir e inibir tal prática na Amazônia Azul.

- **Seminário sobre a atividade Pesqueira na Bacia do Alto Paraguai**

Realizada ampla discussão com o setor da pesca, sociedade civil, meio técnico-científico, órgãos vinculados à atividade e demais órgãos que tenham relação com a atividade acerca do panorama atual de informações estratégicas para subsidiar a sustentabilidade dos recursos pesqueiros e da atividade pesqueira do Pantanal e da Bacia do Alto Paraguai.

- **Projeto Sanidade do Tambaqui - Programa da FAO/BRA/084**

A SAP/MAPA e a Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz - ESALQ/USP assinaram a carta de acordo para realização de estudo sobre Rastreabilidade da Salmonella na cadeia de produção de tambaqui. É o primeiro trabalho no Brasil que visa solucionar um importante desafio sanitário do tambaqui no País, com o objetivo principal de proporcionar segurança alimentar aos consumidores e possibilitar que o mais importante peixe nativo do Brasil acesse mais mercados internacionais.

- **Inclusão do Pescado no Selo Arte**

Divulgados pelo MAPA as regras e requisitos para a concessão do certificado. Com o Selo, os produtos feitos de forma artesanal podem ser vendidos em todo o território nacional, possibilitando aumento da renda para pequenos e médios produtores e garantindo aos consumidores que a produção é artesanal e respeita as características e os métodos tradicionais.

- **Conclusão do 1º Grupo de Trabalho da Piracatinga**

O Relatório do GT SAP/MAPA da Piracatinga agrega as informações e realiza a avaliação das discussões ocorridas ao longo dos trabalhos do GT, visando encontrar soluções que permitam a pesca da Piracatinga e garantam o não uso de espécies da fauna brasileira como isca nesta pescaria. Discutiram-se, ainda, temas que envolvem a exploração desse recurso pesqueiro.

- **REBYC II-LAC**

O projeto “Manejo Sustentável da Fauna Acompanhante na Pesca de Arrasto na América Latina e Caribe” - REBYC II-LAC é uma iniciativa da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação - FAO e do Fundo Global para o Meio Ambiente - GEF para promover a gestão sustentável e a redução de desperdícios na pesca de camarões em seis países. Liderado pela SAP, foram realizadas lives sobre a “Pesca Sustentável do Camarão: Projeto REBYC II-LAC” com o objetivo de apresentar os principais resultados do projeto, incluindo os testes com Dispositivos Redutores de Fauna Acompanhante - BRDs e as propostas dos Planos de Gestão da Pesca de Camarões para a costa brasileira.

- **Campanhas para Consumo de Pescados**



Lançadas campanhas para estimular o consumo de pescados e reforçar a qualidade desses produtos junto à população. Em setembro de 2021, foi lançada a Semana do Pescado, organizada pelo setor privado com apoio do MAPA, com o objetivo de ampliar o acesso a essa proteína animal em todas as cidades brasileiras e incrementar as vendas no varejo.

Assuntos Fundiários

O tema de assuntos fundiários é conduzido, dentro do MAPA, pela Secretaria Especial de Assuntos Fundiários - SEAF. A SEAF busca promover o acesso à propriedade da terra, condicionada ao cumprimento de sua função social, garantindo segurança jurídica e

atua, dentre outras frentes, na revisão e edição de atos normativos que regulamentam a questão fundiária.

- - **Programa Titula Brasil**



O Programa foi instituído por meio da Portaria Conjunta nº 1, de 2 de dezembro de 2020, com o objetivo aumentar a capacidade operacional dos procedimentos de titulação e regularização fundiária das áreas rurais sob domínio da União ou do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra.

A adesão dos municípios ao Programa é voluntária e formalizada com a assinatura de Acordos de Cooperação Técnica – ACT entre a municipalidade e o Incra, enquanto sua execução se dá por intermédio dos Núcleos Municipais de Regularização Fundiária - NMRF, observando-se as diretrizes estabelecidas no art. 2º da Portaria SEAF nº 26, de 4 de dezembro de 2020.

No ano de 2021, foram solicitadas 1.116 adesões ao Programa e firmados 595 ACTs.

- **Celebração do Termo de Execução Descentralizada - TED nº 01/2021, com o Incra**

Com valor total de R\$ 2.954.963,25 (dois milhões, novecentos e cinquenta e quatro mil, novecentos e sessenta e três reais e vinte e cinco centavos) e vigência de 20 meses, o TED celebrado com o Incra tem como objeto georreferenciar 1.808 parcelas de assentamentos de reforma agrária localizados nos municípios sob jurisdição da Superintendência Regional do Incra no Sul do Pará.

Ressalta-se que “promover a regularização e o ordenamento fundiário” é um Objetivo Estratégico do MAPA, conforme seu Plano Estratégico 2020-2031, sendo que o georreferenciamento é requisito para a titulação definitiva.

- **Consulta de 17,2 milhões de hectares de terras públicas federais rurais no âmbito da Câmara Técnica de Destinação e Regularização Fundiária de Terras Públicas Federais Rurais**

A Câmara Técnica de Destinação e Regularização Fundiária de Terras Públicas Federais Rurais é coordenada pela SEAF/MAPA e composta por membros do Serviço Florestal Brasileiro; da Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União da Secretaria Especial de Desestatização, Desinvestimento e Mercados do Ministério da Economia; do Ministério do Meio Ambiente; do Incra; do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes; e da Fundação Nacional do Índio - Funai.



Instituída com as finalidades de atuar, de maneira articulada, na gestão do patrimônio público e convergir ações de destinação e promoção de políticas públicas, a consulta das glebas públicas federais no âmbito da Câmara Técnica é requisito para destinação destas à regularização fundiária, o que assegura o preavalecimento do interesse público sobre o privado.

No ano de 2021, a Câmara Técnica consultou um total de 17.162.325 (dezessete milhões, cento e sessenta e dois, trezentos e vinte e cinco) hectares de terras públicas federais, sendo quase sua totalidade no âmbito da Amazônia Legal.

- **Observatório MAPA**

A SEAF, com o grupo do Observatório do MAPA, da Secretaria de Inovação, Desenvolvimento Sustentável e Irrigação - SDI, criou o painel temático de assuntos fundiários do Portal do

Observatório da Agropecuária Brasileira, a partir da verificação das bases de dados existentes no Incra, sobre regularização fundiária, de acesso público, e a análise de outros dados coletados na Autarquia Agrária, que foram compilados em Painéis de BI (Business Intelligence) e planilhas de Excel, pelo Departamento de Monitoramento e Supervisão - DMS/SEAF/MAPA, objetivando prover dados, informações, conteúdos e painéis dinâmicos sobre agropecuária brasileira. A iniciativa visa possibilitar à sociedade a consulta a dados sobre a ocupação territorial de áreas públicas federais tituladas pelo Incra, bem como o acompanhamento dos resultados alcançados na aplicação da política pública de regularização fundiária no país. Esta iniciativa se encontra em andamento, com perspectiva de entrega, após sua publicação, nos primeiros meses do ano de 2022.

• **Participação no Grupo de Trabalho relativo à supervisão de atividades fundiárias**

O Grupo de Trabalho - GT foi instituído por meio da Portaria nº 10, de 15 de outubro de 2021, alterada pela Portaria nº 11, de 28 de outubro de 2021, com enfoque de supervisionar e monitorar as atividades fundiárias, nos moldes previstos pelo então Decreto nº 10.253/2020, substituído pelo Decreto nº 10.827/2021, em que mantidas as competências anteriormente estabelecidas.

A perspectiva de atuação do GT é apoiar o MAPA na supervisão de medidas administrativas e atividades operacionais relacionadas à regularização fundiária, executadas pelo Incra.

Os trabalhos do GT foram iniciados em outubro de 2021, com a análise de dados de titulação obtidos a partir dos sistemas operacionais do Incra e solicitação de informações de gestão dos anos de 2019 e 2020, com a elaboração de relatório de diagnósticos para avaliação da efetiva execução das metas previstas, analisando, ainda, a necessidade subsequente de: visitas técnicas presenciais às Superintendências Regionais, previamente agendadas; solicitar e ter vistas a relatórios, boletins e informações que permitam o acompanhamento das atividades, da execução dos programas e da destinação de recursos.

Ao final, será apresentado diagnóstico detalhado das atividades, com a propositura de ações e normativos com o objetivo de viabilizar o cumprimento das metas estabelecidas nos programas, bem como aperfeiçoar o procedimento de regularização fundiária.

Política Agrícola



À Secretaria de Política Agrícola - SPA compete formular e revisar as diretrizes de ação governamental para a política agrícola e para a segurança alimentar; além de tratar de assuntos referentes ao seguro e ao crédito rural, à agroenergia, à comercialização e ao abastecimento agropecuário; desenvolvimento de estudos, diagnósticos e avaliações sobre os efeitos da política econômica quanto ao sistema produtivo agropecuário; crédito rural; seguro rural; zoneamento agrícola; e armazenamento, entre outras atribuições.

Em 2021, destacam-se os seguintes resultados:

- Planos Safra com fomento às tecnologias e práticas sustentáveis (ESG, da sigla em inglês Environmental, Social and Corporate Governance = Governança Ambiental, Social e Corporativa), sendo que o Plano Safra 2021/2022 disponibilizou R\$ 251,2 bilhões em recursos para o crédito rural (incremento de R\$ 14,9 bilhões em relação à safra anterior);
- no âmbito do Programa ABC (Agricultura de Baixo Carbono), os recursos disponibilizados foram da ordem de R\$ 5 bilhões, dobrando-se o valor em relação à safra anterior;
- para o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf foram alocados R\$ 39,3 bilhões, um recorde no histórico de alocação de recursos, representando um aumento de R\$ 6 bilhões em relação à safra passada;
- em 2021 foram incluídas novas linhas de financiamento, como a construção ou reforma das moradias dos agricultores familiares no meio rural, e o financiamento de Sistemas Agroflorestais, Turismo Rural e Produção de Bioinsumos no Pronaf Bioeconomia;



- o estoque de títulos do agronegócio (Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio - CDCA e Certificados de Recebíveis do Agronegócio - CRA) registrados cresceu de forma bastante relevante: R\$ 117 bilhões em dezembro de 2021, ante R\$ 17 bilhões em julho de 2020;
- implementação da Lei do Fiagro (Lei nº 14.130, em 29 de março de 2021), instituindo os Fundos de Investimento nas Cadeias Produtivas Agroindustriais - Fiagro. Já existem 31 fundos sendo formalmente constituídos, alguns em operação, com valor de emissão global superior a R\$ 7 bilhões;
- lançada em 2021 a Cédula de Produto Rural - CPR Verde, um novo título para o produtor rural brasileiro financiar a conservação da parcela de vegetação nativa em sua propriedade, cujo mercado estimado é de R\$ 30 bilhões em quatro anos;



- o mercado de seguro rural, insignificante até 2006, quando iniciou o Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural - PSR, alavancou, sendo que em 2021 os recursos para o Programa atingiram R\$ 1,181 bilhão, beneficiando 121 mil agricultores, com 217 mil apólices em 14 milhões ha de área segurada, e proteção de R\$ 68 bilhões em capitais segurados. Além disso, 15 companhias seguradoras habilitadas no PSR pagaram, em 2021, mais de R\$ 4 bilhões em indenizações aos agricultores;
- lançado o Aplicativo PSR, para melhorar o acesso ao seguro rural e disseminar a cultura de gestão de riscos agropecuários com informações qualificadas aos produtores sobre o funcionamento do programa e simulações de contratação de apólices nas seguradoras;
- o Projeto Monitor do Seguro Rural, que desenvolve ações permanentes de avaliação e aprimoramento dos produtos e serviços oferecidos pelas seguradoras habilitadas, realizou 15 reuniões, com 1.863 participantes;
- inclusão de regra específica para o Seguro Paramétrico, que tem como característica principal o acionamento da cobertura baseado em um índice, definido em comum acordo entre o segurado e a seguradora;
- a Política de Garantia de Preços Mínimos para os Produtos da Biodiversidade - PGPM-Bio, que objetiva fortalecer a atividade dos extrativistas como mecanismo de apoio à manutenção das espécies vegetais produtivas de matas, florestas e cerrados, operou, em 2021, R\$ 16,4 milhões. Os beneficiários atendidos totalizaram 8.700 extrativistas, envolvendo mais de 25.000 toneladas de produtos em 12 unidades da Federação;
- o Fundo de Defesa da Economia Cafeeira - Funcafé destinou R\$ 5,9 bilhões nas operações de crédito de custeio, comercialização, aquisição de café e capital de giro para indústrias do setor cafeeiro, e recuperação de cafezais danificados pela geadas, por meio de contrato com 34 agentes financeiros, atendendo a mais de 28 mil beneficiários entre produtores, cooperativas, industriais e exportadores;
- o Valor Bruto da Produção Agropecuária - VBP, que mostra a evolução do desempenho das lavouras e da pecuária ao longo do ano e corresponde ao faturamento bruto dentro do estabelecimento, atingiu em 2021 R\$ 1,129 trilhão, 10,1% acima do atingido em 2020;
- lançada a primeira campanha da Semana dos Lácteos, que passou a fazer parte da agenda anual de promoção de alimentos saudáveis junto ao varejo nacional, com a divulgação de materiais institucionais com informações técnicas, alimentares e dos benefícios no consumo de lácteos;



- instituído grupo de trabalho interministerial para o Plano Nacional de Fertilizantes - PNF, com vistas ao planejamento para o setor de fertilizantes nas próximas décadas;
- lançado em 2021, em parceria com a Confederação Nacional de Agricultura - CNA, o Observatório da Agropecuária Brasileira (a agropecuária do Brasil em um único lugar), que tem por objetivo integrar, sistematizar e disponibilizar dados, relatórios e informações estatísticas e georreferenciadas da agropecuária brasileira;
- disponibilizados pelo Observatório painéis temáticos sobre Produtos Agrícolas, Crédito Rural Público, Zoneamento Agrícola de Risco Climático - ZARC, Programa Nacional de Solos - Pronasolos, Agropecuária Sustentável e Meio Ambiente, Agricultura Familiar e Assistência técnica;
- o Programa Nacional de Zoneamento Agrícola de Risco Climático - ZARC, que tem por finalidade melhorar a qualidade e a disponibilidade de dados e informações sobre riscos agroclimáticos no Brasil, com o objetivo de minimizar os riscos relacionados aos fenômenos climáticos adversos e permitir a cada município identificar a melhor época de plantio das culturas, nos diferentes tipos de solo e ciclos de cultivares, lançou o aplicativo ZARC Plantio Certo, para os sistemas Android e iOS, a fim de facilitar a consulta pelos usuários;
- a adoção do ZARC (já disponível para 44 culturas entre espécies de ciclo anual e permanente, além do ZARC para o consórcio de milho com braquiária), representou uma economia de R\$ 5,9 bilhões por ano para a agricultura brasileira;
- em 2021, foi oferecido curso de logística do agronegócio à sociedade;

- os eventos das Câmaras Setoriais e Temáticas (31 Setoriais representando as principais cadeias produtivas do agronegócio e 05 Temáticas, com assuntos transversais), órgãos de assessoramento do MAPA, contaram com participação de 450 entidades representativas do setor privado e 100 órgãos públicos das esferas federal, estadual e municipal, em 140 reuniões realizadas, com mais de 2.000 profissionais dos setores público e privado com interface com os temas agropecuários.

Agricultura Familiar e Cooperativismo

A agricultura familiar é a principal responsável pela produção dos alimentos que são disponibilizados para o consumo da população brasileira. É constituída de pequenos produtores rurais, povos e comunidades tradicionais, assentados da reforma agrária, silvicultores, aquicultores, extrativistas e pescadores. A gestão da propriedade é compartilhada pela família, e a atividade produtiva agropecuária é a principal fonte geradora de renda. Além disso, o agricultor familiar tem uma relação particular com a terra, normalmente seu local de trabalho e moradia. A diversidade produtiva também é uma característica marcante desse setor, que muitas vezes alia a produção para abastecimento do mercado nacional com a produção para consumo próprio da família.

Em 2021, a Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo - SAF dispôs de R\$ 90,5 milhões de orçamento próprio, tendo aplicado R\$ 89,6 milhões (98,9% de execução orçamentária). Desse valor, R\$ 16,2 milhões foram aplicados em serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER por meio de repasses à Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - Anater. Abaixo, destacam-se as principais ações implementadas em 2021 com foco no fortalecimento da Agricultura Familiar.

• Terra Brasil

O Terra Brasil - Programa Nacional de Crédito Fundiário - tem como objetivo principal contribuir para a redução da pobreza rural, mediante o acesso à terra, gerando oportunidade, autonomia e fortalecimento da agricultura familiar, alicerçado na melhoria da qualidade de vida, geração de renda, segurança alimentar e sucessão no campo para os agricultores e agricultoras familiares. Busca também contribuir para a redução das desigualdades sociais, de gênero, geração, raça e etnia, promovendo a inclusão social no meio rural. Em 2021 foram realizadas 1.087 contratações, o que representa uma estimativa de recursos financeiros oriundos do Fundo de Terras e Reforma Agrária em torno de R\$ 107 milhões somente para novos contratos.



- **Programa Bioeconomia Brasil - Sociobiodiversidade**

O Programa Bioeconomia Brasil Sociobiodiversidade tem o objetivo de promover a estruturação de sistemas produtivos baseados no uso sustentável dos recursos da sociobiodiversidade e do extrativismo, bem como a produção e utilização de energia a partir de fontes renováveis. Em 2021, foi lançada a 3ª edição do “Fortalece Sociobio”, recebendo propostas de projetos com o objetivo de selecionar projetos de Consórcios Públicos das regiões Centro-Oeste, Nordeste, Norte, Sudeste e Sul que tenham por finalidade o fortalecimento da Sociobiodiversidade, envolvendo pequenos e médios produtores rurais, agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais. Foram contemplados um total de 06 (seis) projetos para consórcios públicos intermunicipais dos estados da Bahia, Maranhão, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, totalizando o aporte de recursos de R\$ 3,78 milhões, beneficiando em torno de 3 mil agricultores familiares. Em 2021, foram apoiados também projetos de estruturação de cadeias produtivas do extrativismo e sociobiodiversidade por meio de convênios firmados com os estados do Mato Grosso do Sul e Tocantins, no valor total de R\$ 2,3 milhões, nas cadeias produtivas da castanha de baru, macaúba e outros produtos da sociobiodiversidade, além do agroturismo, envolvendo cerca de 25 mil agricultores. O crédito do Pronaf Bioeconomia é destinado ao financiamento de custeio e investimento em Sistemas de Exploração Extrativistas, de produtos da sociobiodiversidade, incluindo plantas medicinais, aromáticas e condimentares, produtos artesanais e turismo rural e sistemas de geração de energia a partir de fontes renováveis (solar, eólica, biodigestão, hidráulica) e de sustentabilidade ambiental. Entre os anos de 2020 e 2021, houve 1.917 acessos ao Pronaf Bioeconomia, totalizando R\$ 127,09 milhões de reais.

- **Projeto Dom Helder Câmara - PDHC**

O “Projeto de Articulação e Diálogo sobre Políticas para Reduzir a Pobreza e Desigualdade no Nordeste Semiárido” - Projeto Dom Hélder Câmara - PDHC II tem Acordo de Financiamento pactuado nos valores de U\$ 2.000.000,00 e € 11.360.000,00, correspondente a 30% do valor global do projeto, sendo o restante aportado como contrapartida pelo órgão executor do governo brasileiro. O principal objetivo do Projeto Dom Hélder Câmara é contribuir para a redução da pobreza rural e das desigualdades no Semiárido brasileiro, por meio da melhoria na articulação de políticas de desenvolvimento rural sustentável com abordagem territorial, do acesso da população rural a essas políticas e do desenho das políticas públicas por meio da replicação de inovações. O PDHC atua em 11 estados brasileiros (abrangendo 913 municípios): Alagoas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Maranhão, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe, com a expectativa de prestar Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER a aproximadamente 60 mil famílias.

- **Selo Biocombustível Social - SBS**

O Selo Biocombustível Social é um instrumento institucional inovador que inclui os agricultores familiares na cadeia do biodiesel, promovendo a inclusão social e geração de emprego e renda, por meio do fornecimento de matéria-prima para a produção do biodiesel. Os principais resultados da safra 2019/2020, apurados em 2021, alcançaram 3,70 milhões de toneladas de matéria prima para produção de biodiesel, que correspondeu a R\$ 5,9 bilhões envolvendo 74.244 agricultores familiares de 16 estados brasileiros.

- **Cadastro Nacional da Agricultura Familiar**

O Cadastro Nacional da Agricultura Familiar - CAF é o instrumento para identificar e qualificar o público beneficiário da Política Nacional da Agricultura Familiar (Lei nº 11.326/2006), bem como a Unidade Familiar de Produção Agrária - UFPA, os Empreendimentos Familiares Rurais e as formas associativas da agricultura familiar (cooperativas agropecuárias e associações rurais). Este sistema tem integração com diversas bases de dados do Governo Federal, já no momento do cadastro. Entre os principais resultados em 2021 está a publicação de diversos normativos que disciplinam as condições e os procedimentos gerais para inscrição, monitoramento e fiscalização no CAF, além de realização de cursos de capacitação e eventos para divulgação da nova forma de cadastro.

- **Acesso a Mercados**

O Programa Alimenta Brasil - PAB e o Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE estão no rol de políticas públicas apoiadas pelo MAPA e que visam promover e garantir o acesso à alimentação adequada e a segurança alimentar e nutricional dos agricultores familiares e suas formas de organização.

O Selo Nacional da Agricultura Familiar - Senaf foi criado para identificar e promover os produtos da agricultura familiar e é obtido por meio da plataforma web disponível ao agricultor familiar - Vitrine da Agricultura Familiar, que apresenta o catálogo com todos aqueles produtos identificados com o Senaf e suas principais informações. A plataforma tem o propósito de ampliar a visibilidade dos produtos de organizações econômicas identificados com o Senaf. No período de 2019 a 2021, houve um aumento na adesão ao SENAF por agricultores familiares e empresas que compram produtos da agricultura, passando de 700 para 7.000 selos. Atualmente a Vitrine da Agricultura Familiar tem 9.114 produtos cadastrados e aptos para utilização do Senaf nos rótulos.



• Cooperativismo

Para o setor do cooperativismo, a SAF/MAPA atuou nos seguintes temas: Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER, projeto em desenvolvimento em parceria com a Anater, voltado para a qualificação comercial e a geração de negócios para cooperativas e associações, bem como a capacitação técnica e o apoio na formulação de demandas das entidades executoras responsáveis por compras institucionais (PNAE e PAB), gestores públicos e equipes de alimentação. Com a atuação em 11 unidades da federação, o projeto assiste 202 empreendimentos coletivos (cooperativas e associações); Programa Semeando Futuros, em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo - SESCOOP, com o objetivo de promover a visibilidade do trabalho da mulher nas cooperativas da agricultura familiar, gerar igualdade de oportunidades no processo de acesso da mulher aos espaços de decisão por meio de qualificação e educação com foco em gestão cooperativa; Intercooperação, projeto executado em parceria com a Organização das Cooperativas Brasileiras - OCB e o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura IICA, cujo objetivo é apoiar a intercooperação; Formação Técnica, projeto em parceria

com a Universidade Federal de Viçosa – UFV, com o objetivo de fortalecer o sistema cooperativista e o associativismo rural da agricultura familiar por meio da realização de cursos de capacitação e treinamentos com lideranças. Com abrangência nacional, o projeto realizou 1.847 capacitações, sendo que 1.370 foram desenvolvidas no formato EaD.

Inovação, Desenvolvimento Rural e Irrigação



A inovação, tendo como princípio sua capacidade de transformar conhecimentos e ativos em riqueza, valor capturado e percebido, é a alavanca para os novos paradigmas do agronegócio brasileiro. O MAPA, por intermédio da Secretaria de Inovação, Desenvolvimento Rural e Irrigação - SDI, é responsável por formular políticas públicas para a inovação e o desenvolvimento rural e promover a sua integração com outras políticas públicas.

• Programa Mais Leite Saudável - PMLS

O PMLS permite à indústria de leite utilizar créditos presumidos do PIS/Pasep e Cofins para compensação de tributos federais ou ressarcimento em dinheiro, para investimentos em projetos que promovam o desenvolvimento de produtores de leite. Neste Programa ganham a indústria, o produtor e a sociedade, a qual tem acesso a produtos com maior competitividade.

Considerando a série histórica, 2021 foi o ano com o maior investimento nos projetos do PMLS, superior a R\$ 250 milhões, beneficiando diretamente 14.500 novos produtores de leite.

- **Boas práticas agrícolas - BPA**

O MAPA publicou a regulamentação com requisitos mínimos e reconhecimento de programas de Boas Práticas Agrícolas - BPA na etapa primária da cadeia produtiva agrícola. Com isso, o MAPA pretende estimular a produção de alimentos seguros e saudáveis, promover ações que visem melhorar a qualidade da produção de alimentos, promover práticas sustentáveis de produção agrícola e estimular a melhoria da qualidade de vida da população rural. A Portaria se enquadra no objetivo estratégico do MAPA de execução de políticas públicas voltadas para o fortalecimento e expansão da agricultura brasileira de forma sustentável.

- **Produção Integrada**

Foram publicadas normas técnicas específicas do programa Produção Integrada Agropecuária - PI Brasil para as cadeias produtivas da borracha natural, hortaliças folhosas, oliveiras e pimenta-do-reino e atualizada a norma técnica específica para a cultura do tabaco. A PI beneficia a sociedade com acesso a alimentos seguros, de origem determinada e produzidos em conformidade com as Boas Práticas Agrícolas. Desta forma, contribui para o desenvolvimento sustentável na produção de alimentos e promove a redução dos custos de produção, trazendo maior rentabilidade aos produtores rurais. Entre 2019 e 2021, foram certificados mais de 15 mil produtores rurais no programa PI Brasil.

- **Difusão e transferência de tecnologias**

Em 2021 foram capacitados mais de 1500 técnicos para realização de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER, produtores e trabalhadores rurais nos estados produtores de cacau.



- **Expansão da cacauicultura nacional**

Em 2021, a expansão da área plantada em Sistemas Agroflorestais foi da ordem de 10.000 hectares, com distribuição de 12 milhões de sementes híbridas de cacau, em parceria com o Governo do Estado do Pará (SEDAP).

- **Reconhecimento à melhoria da qualidade do cacau brasileiro**

A qualidade do cacau brasileiro tem sido cada vez maior nos mercados internacionais. No concurso Cocoa of Excellence (Co-Ex) - Salão do Chocolate de Paris, em 2021, produtores brasileiros obtiveram uma medalha de ouro e duas de prata. Salienta-se que de 2009 a 2020 apenas 03 medalhas foram concedidas ao Brasil.

- **Indicação Geográfica - IG**

O MAPA realiza atividades e ações para IGs de produtos agropecuários, organizando as cadeias produtivas e promovendo a estruturação das regiões para os processos de obtenção de registro e, dessa forma, promovendo o desenvolvimento rural sustentável. Em 2021, foram lançados os Selos Brasileiros de Indicação Geográfica que irão destacar e valorizar os produtos e serviços tipicamente brasileiros, reconhecidos por sua origem.

Atualmente, o país conta com 97 registros concedidos, sendo 88 IGs de produtos nacionais. Entre os registros mais recentes, destacam-se o guaraná da Terra Indígena Andirá-Marau,

nos estados do AM e PA, o café Robusta das Matas de Rondônia, a farinha de mandioca de Bragança e o queijo do Marajó, no PA.

- **Seguro Paramétrico**

A primeira apólice do Seguro Paramétrico (SIM INMET) para produção de cacau do sul da Bahia foi concebida como uma forma de mitigar os impactos das alterações do clima, em parceria com a iniciativa privada. Esta apólice cobrirá a produção de cacau em três fazendas de Ilhéus (BA), com 140 hectares, contra o excesso ou falta de chuvas entre 1º de agosto e 30 de setembro, período mais sensível para o setor.

- **Agromet**

Lançada em agosto de 2021, a plataforma Agromet fornece ao produtor rural informações meteorológicas relevantes, em um único lugar, de maneira simples e dinâmica. O Agromet facilita o acesso, em mapas navegáveis, à previsão do tempo para 07 dias de áreas produtoras de algodão, arroz, café, cana-de-açúcar, culturas de inverno e culturas de verão (primeira e segunda safra).

- **Painel de Risco de Incêndio**

Dada a relevância dos incêndios florestais no Brasil, o Painel de Monitoramento ao Risco de Incêndio, lançado em julho de 2021, é uma ferramenta que monitora e divulga os locais com maior probabilidade de ocorrência de incêndios no Brasil, elevando a meteorologia e o monitoramento de queimadas a um novo patamar.

- **Estimativas de Geadas**

Desde julho de 2021, o Instituto Nacional de Meteorologia - INMET disponibiliza ao usuário a plataforma de monitoramento de estimativa de geadas no Brasil, baseada na temperatura mínima registrada pela Estação Meteorológica automática em determinado local.

- **COP-26**

Na Conferência do Clima - COP26, realizada em Glasgow, o Brasil mostrou que a sustentabilidade e a redução da emissão de gases de efeito estufa já são uma realidade da agropecuária brasileira. Um dos principais destaques é o ABC+, que tem como objetivo disseminar as tecnologias de baixa emissão de carbono em mais de 72 milhões de hectares de terras agricultáveis. A atuação do MAPA e da Embrapa foi fundamental para a manutenção das atividades do Grupo de Trabalho Conjunto em Agricultura Koronivia no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima - UNFCCC. O grupo tem por objetivo promover os modelos de agricultura sustentável a serem disseminados pelo mundo para reduzir os efeitos das mudanças climáticas no setor.

- **PROFINOR**

O Programa de Fomento à Agricultura Irrigada no Nordeste - Profinor foi lançado em abril de 2021, para promoção do desenvolvimento sustentável da Região Nordeste, norte de Minas Gerais e norte do Espírito Santo, com objetivo de ampliar a área de agricultura irrigada nesses territórios, por meio do suporte ao financiamento pelo Fundo Constitucional do Nordeste, em torno de R\$ 900 milhões, e também pelo suporte de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER. O programa busca, ainda, a regularização fundiária de 150 mil propriedades, o incremento de 80 mil hectares irrigados, até 2024, e a reconversão de 8 mil hectares por meio do financiamento do novo sistema de irrigação.

- **Inovação Aberta**

O MAPA reconheceu que o fortalecimento das redes e dos ambientes regionais de inovação é um dos elementos-chave para a contínua modernização do agro e passou a incentivar arranjos coletivos no Paraná, Triângulo Mineiro, Mato Grosso do Sul, Goiás, Vale do São Francisco, Corredor Tecnológico de São Paulo e Nordeste.

- **Conectividade Rural**

Em parceria com o Ministério das Comunicações, o MAPA implementou projetos-piloto com a conexão 5G em áreas rurais de Londrina (PR), Sorocaba (SP), Rondonópolis (MT) e Uberaba (MG), a partir da qual drones, chips, GPS e equipamentos como tratores poderão ser acionados e enviar informações sobre atividades produtivas nas propriedades.

- **Programa Nacional de Bioinsumos**

O programa vem promovendo a transformação da matriz de insumos agropecuários brasileira, tendo, até o momento, 503 produtos biológicos de baixo impacto disponíveis para os agricultores, em um mercado em expansão, que cresce em média 15% ao ano no exterior e já atinge taxas próximas de 30% ao ano no Brasil.

Os cursos à distância sobre produção on farm de bioinsumos capacitaram mais de 4.000 pessoas no Brasil. O MAPA avançou no incentivo à implantação de biofábricas, que foi incluído no Plano Safra, ampliando a adoção destas tecnologias no âmbito do Plano ABC.

Em 2021, foram lançadas as bases para a construção de políticas públicas e estratégias estaduais e municipais, adaptando a realidade do Programa Nacional de Bioinsumos para cada região, sendo que neste caso já estão em andamento Programas Estaduais em GO, MS, MT, MG, ES, RJ e no DF, sob orientação do Conselho Estratégico do Programa Nacional de Bioinsumos.



• **Startups, Agtechs e Redes de Inovação**

O Radar Agtech Brasil 2020/2021 apontou que o Brasil já conta com 1.574 startups atuando no agronegócio - as Agtechs, sendo que o número de startups ativas é 40% maior em comparação com a edição anterior.

Valorizando os arranjos coletivos, o MAPA reconheceu três Redes de Inovação para o agro: no Oeste do Paraná; no Triângulo Mineiro; e no Mato Grosso do Sul. Além disso, foram realizadas importantes articulações que seguirão em 2022, com as demais, para mais três regiões: Goiás; Vale do São Francisco; Corredor Tecnológico de São Paulo; e Nordeste.

O MAPA e o governo japonês, por meio da Agência de Cooperação Internacional do Japão - JICA, firmaram parceria para o desenvolvimento de um amplo projeto colaborativo na área de agricultura de precisão e digital para o Fortalecimento do Ecossistema de Inovação e a Sustentabilidade do Agro Brasileiro.

Gestão Florestal

Em âmbito federal, compete ao MAPA formular estratégias, políticas, planos e programas para a gestão de florestas públicas, além de diversas outras atribuições relacionadas à gestão florestal. Para tanto, o Ministério conta com o Serviço Florestal Brasileiro - SFB. Nesta frente, destacam-se os seguintes resultados no ano de 2021.

• **Cadastro Ambiental Rural - CAR e Regularização Ambiental**

- Realização de inscrição de 13.491 famílias de territórios de Povos e Comunidades Tradicionais no CAR.
- Apoio às unidades da federação na implementação do CAR, por meio da disponibilização da plataforma do Sistema de Cadastro Ambiental Rural - SICAR para uso e gestão local, além de capacitações, encontros temáticos, reuniões técnicas, compartilhamento de informações, produção de mapeamentos temáticos e elaboração de diagnósticos de situação da implantação da política local, para nortear a forma de apoio necessário a cada Estado.

• **Fomento e Inclusão Florestal**

- Gestão da plataforma Saberes da Floresta, um portal de aprendizagem virtual do SFB de acesso gratuito e aberto a todos os cidadãos, com oferta dos seguintes cursos: “Introdução à recomposição da vegetação com ênfase nas florestas tropicais”; “Manejo de Impacto Reduzido com ênfase nas etapas”; “Manejo Florestal Comunitário e Familiar”; “Introdução ao Manejo Florestal”; “Introdução às cooperativas e associações”; “Gestão de empreendimentos comunitários”; “Introdução às concessões florestais”; “Manejo do Açaí”; “Manejo da Castanha” e “Óleos e resinas florestais”. Até dezembro de 2021, participaram 45.446 inscritos nas 09 turmas abertas para cada um dos cursos, com 11.582 alunos aprovados. Neste ano, também se iniciaram lives com os temas dos cursos e vários atores como apresentadores. O desenvolvimento da ação se dá no âmbito do Projeto Gestão Florestal para a Produção Sustentável na Amazônia (Projeto KfW Gestão Florestal).
- Início do projeto VII Prêmio Serviço Florestal Brasileiro em Estudos de Economia e Mercado Florestal. O prêmio visa reconhecer trabalhos de estudantes e profissionais no campo de estudos florestais e receber contribuições e propostas da sociedade aplicáveis às políticas voltadas ao setor florestal. A VII Edição do Prêmio está sendo realizada em parceria firmada com a Escola Nacional de Administração Pública - Enap em 2021, e a divulgação dos finalistas está prevista para setembro de 2022.

• **Concessão Florestal**

- Durante o ano de 2021, o SFB deu andamento à gestão de 16 contratos de concessão florestal que totalizam 01 milhão de hectares, localizados em 06 Florestas Nacionais nos Estados de Rondônia e Pará, que produziram 287,1 mil m³ de madeira em tora.



• **Gestão de Informações Florestais**

- Coleta de Dados de Campo: em 2021, a coleta de dados de campo do Inventário Florestal Nacional - IFN ocorreu no Bioma Amazônia, mais precisamente no sudeste do Estado do Amazonas. Foram coletadas e analisadas 340 amostras de solo, medidas e avaliadas 22.895 plantas de porte arbóreo, e coletadas e identificadas 2.231 plantas. Além disso, foram realizadas 277 entrevistas para levantamento socioambiental com moradores das áreas rurais. No total, o IFN cobriu 4.042.500 hectares em 2021, que contribuíram para os mais 435 milhões de hectares inventariados no Brasil todo, o que corresponde a mais de 50% do seu território.
- Projeto Biodiversidade, Economia e Tecnologia para a Conservação do Cerrado - Biotec: no ano de 2021 foi desenvolvido no âmbito do Projeto Biotec o mapeamento das áreas de produção de pequi e baru na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno - RIDE-DF, uma das áreas de atuação do Projeto. Esse tem como principal objetivo promover a conservação da biodiversidade por meio da qualificação e da geração de renda, além de contribuir com o fortalecimento das cadeias produtivas dos produtos florestais não madeireiros junto aos produtores rurais e às comunidades tradicionais. As informações sistematizadas poderão ser posteriormente disponibilizadas no Portal do Sistema Nacional de Informações Florestais - SNIF.

• **Pesquisa, Desenvolvimento e Caracterização de Espécies Florestais**

- Apresentação pública do Projeto Habitação Popular em Madeira para a Prefeitura Municipal de Itapuã do Oeste (RO) e outros entes públicos e privados da localidade.

Comércio e Relações Internacionais

Um dos objetivos estratégicos do MAPA é manter, ampliar e diversificar mercados para cadeias produtivas agropecuárias. O Ministério vem, desde o início de 2019, trabalhando para promover e encontrar novos destinos para os produtos brasileiros. As exportações de produtos agrícolas bateram novo recorde em 2021, confirmando a força do agro nacional.



A área responsável por essa missão no MAPA é a Secretaria de Comércio e Relações Internacionais - SCRI, que atua nas seguintes frentes:

- negociações comerciais: por meio da elaboração de estatísticas do comércio exterior e de posicionamentos do setor para negociações de acordos comerciais;
- negociações não-tarifárias: por meio da elaboração de posicionamento e negociando internacionalmente temas sanitários e fitossanitários, ambientais, de recursos genéticos e propriedade intelectual;
- promoção internacional: por meio da elaboração de estratégia e do conjunto de ações do MAPA para a promoção dos produtos e serviços agropecuários no mercado externo, como a participação dos setores público e privado em eventos internacionais, atração de investimento externo e promovendo a cooperação internacional.

Ao longo de 2021, o esforço de aberturas de mercado foi reforçado e 77 novos mercados internacionais foram abertos para produtos agrícolas brasileiros. Tais aberturas têm como objetivo diversificar a pauta exportadora brasileira tanto em termos de produtos como de destinos. Paralelamente, 850 estabelecimentos foram habilitados para exportações.

- aberturas de mercado por região: África (19), Américas (34) e Ásia (24);
- exemplos de aberturas visando à diversificação de pauta: lácteos e gergelim para o México; gengibre e dez tipos de sementes para o Egito; maçãs para Colômbia, Honduras, Nicarágua e Senegal; e carne de ovinos para a Arábia Saudita;
- -exemplos de aberturas para produtos de alto valor agregado: material genético avícola para a África do Sul, Cabo Verde, Camarões, Japão, Jordânia e Uganda; embriões e sêmen de bovinos para Camboja, Cuba e Lêmen; sêmen de búfalo para a Turquia; e peixes ornamentais para a Índia.

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento também participou de eventos internacionais importantes, nos quais buscou demonstrar, com base em dados, as características únicas da produção agrícola brasileira que alia inovação e sustentabilidade.

A Ministra Tereza Cristina esteve presencialmente na Pré-Cúpula dos Sistemas Alimentares, na Reunião de Ministros de Agricultura do G20 e na Rússia. A Ministra também participou, virtualmente, da Cúpula dos Sistemas Alimentares e presidiu a Junta Interamericana de Agricultura e a Conferência de Ministros de Agricultura das Américas, durante a qual os países do continente se comprometeram a tomar ações coordenadas para combater a Peste Suína Africana - PSA no continente.

Além das participações de sua dirigente máxima, o MAPA foi representado em outros eventos importantes, como na Reunião de Ministros de Agricultura do BRICS, na Conferência do Clima - COP 26, em Glasgow, e em diversas reuniões da Organização Mundial do Comércio - OMC, da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE e da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura - FAO.

Dentre as ações com vistas a acesso, ampliação e manutenção de mercados, destacam-se também:

- seleção de 12 adidos agrícolas que ocuparão postos no exterior;
- montagem de estande e participação da equipe da SCRI na Iran AgroFood, em Teerã, e na Expo ANTAD & Alimentaria, em Guadalajara;
- início dos trabalhos do Diálogo Agro-Político Brasil - Alemanha, em parceria com o Ministério Federal de Alimentação e Agricultura alemão.

Defesa Agropecuária

A garantia de alimentos seguros para a população é um dos desafios do MAPA. Nos termos do Decreto nº 10.827, de 30 de setembro de 2021, o Ministério tem entre suas áreas de competência a defesa agropecuária e a segurança do alimento, abrangidos: a saúde animal e a sanidade vegetal; os insumos agropecuários, incluída a proteção de cultivares; os alimentos, os produtos, os derivados e os subprodutos de origem animal e vegetal; a padronização e a classificação de produtos e insumos agropecuários; e o controle de resíduos e contaminantes em alimentos.

• Saúde Animal

Com a chegada da Peste Suína Africana - PSA ao continente americano, com sua detecção recente na República Dominicana, foram intensificadas as medidas para prevenir a introdução da doença no Brasil. O MAPA reforçou sua atuação no controle de importações, na vigilância agropecuária internacional em portos e aeroportos, bem como nos serviços oficiais de saúde animal. O Ministério vem também desenvolvendo ações para fortalecer a detecção e o diagnóstico precoce e uma resposta rápida a eventuais incursões da doença no Brasil. A Rede de Laboratórios Federais de Defesa Agropecuária - Rede LFDA está apta para atuar na hipótese de uma possível introdução do vírus da PSA no território nacional. No caso de suspeita de PSA, o LFDA-MG é o laboratório oficial do MAPA que realiza o diagnóstico. A Peste Suína Africana é uma doença viral que não oferece risco à saúde humana, mas pode dizimar criações de suíno, pois é altamente infecciosa. Não há tratamento ou vacina disponíveis para prevenção, controle e erradicação da doença e, por isso, a Organização Mundial de Saúde Animal - OIE determina o sacrifício de animais contaminados, o que acarreta prejuízos econômicos para o país. No Brasil, a PSA foi erradicada em 05 de dezembro de 1984 e o país foi declarado área livre da doença.

• Sanidade Vegetal

Na área vegetal, têm-se as ações de contingenciamento para bloqueio da disseminação da Monilíase no território brasileiro, doença que ataca plantações de cacau e cupuaçu, envolvendo todos os elos da cadeia produtiva do cacau. A doença foi detectada este ano pela primeira vez em cacauzeiros e cupuaçuzeiros em um pomar urbano na cidade de Cruzeiro do Sul (AC).

• Inocuidade de alimentos

Em meados de 2021, existiam 3.338 estabelecimentos nacionais registrados no Serviço de Inspeção Federal e 3.165 estabelecimentos nacionais registrados na área de alimentação animal. A Inspeção de Produtos de Origem Animal tem ampliado o rol de produtos

padronizados, o que garante agilidade futura nos registros destes produtos. De janeiro a outubro de 2021 foram aprovadas automaticamente 91.182 solicitações de registros ou alterações de registros de produtos de origem animal, o que representa 78,96% das solicitações apresentadas na Plataforma de Gestão Agropecuária, no Sistema de Informações Gerenciais do Serviço de Inspeção Federal - PGA-SIGSIF.

Na Inspeção de Produtos de Origem Vegetal, avançou-se na padronização de diversos produtos, dentre eles citam-se: bebidas não-alcóolicas, derivados de uva e vinho, pimentão, morango, café torrado e castanhas, nozes e frutas secas. Além disso, houve um conjunto de ações fiscais de combate à fraude, clandestinidade e irregularidade de produtos de origem vegetal.

- **Mercado Externo**



Até outubro de 2021 foram abertos 24 novos mercados para as exportações de produtos brasileiros, sendo destes 11 para produtos de origem animal e 13 para produtos destinados à alimentação animal, resultando também na negociação e aceite por parte das autoridades estrangeiras de 19 modelos de certificados sanitários internacionais para produtos da alimentação animal e 33 para produtos de origem animal.

- **Transformação Digital**

No ambiente de adversidade causada pela pandemia, a Defesa Agropecuária logrou acelerar a transformação de diferentes serviços ao cidadão para a modalidade remota. Em 2021, a SDA disponibilizou o acesso a mais 42 serviços em plataformas digitais, totalizando então 101 serviços inteiramente digitais disponíveis. Também foi implantado

o módulo de Peticionamento Eletrônico do SEI, que permite ao cidadão (pessoa física ou jurídica) solicitar serviços diretamente no sistema SEI do Mapa, via internet, sem a necessidade de ir presencialmente a uma unidade do Ministério. Até o momento, a Secretaria de Defesa Agropecuária conta com 144 tipos de processos configurados para peticionamento eletrônico.

- **Principais ações de supervisão, controle e de correção adotadas pela UPC.**



Cumprindo o previsto no art. 8º do Anexo I do Decreto nº 10.827, de 30 de setembro de 2021, no que se refere às competências da Assessoria Especial de Controle Interno do MAPA, mais especificamente quanto ao apoio técnico aos gestores do MAPA na implementação das recomendações do Órgão de Controle Interno do Poder Executivo Federal, as ações em 2021 se efetivaram por meio da Divisão de Controle Interno – DCIN/AECI-MAPA, que atuou na melhoria dos controles internos da gestão, tratando especificamente da conclusão 312 (trezentas e doze) demandas da Secretaria Federal de Controle Interno no Sistema e-Aud/CGU.

Esse resultado pôde ser alcançado a partir dos esforços conjuntos em 79 (setenta e nove) reuniões técnicas realizadas com diversas unidades do Órgão Central, em Brasília-DF, e nos Estados, envolvendo órgãos de controle e, por vezes, demais ministérios.

Apesar da forte redução de pendências de atendimento a recomendações no Sistema e-Aud, resta atualmente ainda cerca de 150 pendências sob a responsabilidade de Unidades do MAPA. Importante destacar, ainda, considerando inclusive os temas relevantes tratados em 2021, as ações empreendidas junto à AERIN, em relação às emendas parlamentares; Serviço Florestal Brasileiro, relativos à gestão de contratos custeados com recursos internacionais; e Secretaria de Política Agrícola, no que se refere ao Seguro Rural e Crédito Rural; bem como à Secretaria de Aquicultura e Pesca e à Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo, sobre o tema análise de prestação de contas e instauração de TCE.

Ainda no âmbito das competências da AECL, sob a ótica de atuação de melhorias de controle interno, há que se destacar a total implementação do sistema e-TCE/TCU em processos de Tomada de Contas Especiais (TCE) sob responsabilidade de instauração das Unidades Gestoras do MAPA, com vistas à identificação dos responsáveis e obtenção do respectivo ressarcimento, tendo sido encaminhadas, em 2021, 76 (setenta e seis) processos de TCE ao Tribunal de Contas da União, para julgamento, com o devido pronunciamento da Excelentíssima Senhora Ministra de Estado, com indicativo de recuperação de ressarcimento da ordem de R\$ 124.677.998,61.



Sob outra perspectiva, cumprindo ainda as competências estabelecidas pelos incisos VIII e IX do art. 8º do Anexo I do Decreto nº 10.827, de 2021, também há que destacar as atividades desenvolvidas pela Divisão de Controle Externo – DCEX/AECL, especialmente no que se refere à atividade de apoio no acompanhamento de diligências/demandas do Órgão de Controle Externo, diariamente, no sistema CONECTA TCU, dirigidas às Autoridades Superiores da Pasta, ou seja, ao Gabinete da Ministra e à Secretaria executiva,

e que resultou no tratamento de 362 (trezentas e sessenta e duas) demandas do Tribunal de Contas da União (TCU), no ano de 2021.

Nas interações com o TCU, é importante destacar ainda alguns temas tratados em 2021. Primeiramente, destaca-se a Auditoria para avaliação da “sistemática federal para o registro de agrotóxicos” que buscava identificar as eventuais necessidades de correções em face das disfunções burocrática a partir dos Acórdãos TCU nº 2848/2020 e 2287/2021, ambos TCU/Plenário, que a partir do Plano Ação encaminhado conseguiu comprovar a implementação de 23 das 33 ações previstas, em conjunto com IBAMA e ANVISA.

Além disso, importante consignar as ações para resposta ao Acórdão 1052/2021-TCU/Plenário, em conjunto com o Serviço Florestal Brasileiro e a CONJUR do MAPA, que tratavam do acompanhamento da outorga de concessão por quarenta anos para exploração das Unidades de Manejo Florestal I, II e III na Floresta Nacional de Humaitá, localizada no estado do Amazonas.

Por fim, o importante trabalho junto SEFTI/TCU avaliando a gestão de plataformas de compartilhamento de dados colocados à disposição da Administração Pública Federal, dentre eles o MAPA, alvo do Acórdão/TCU nº 2279/2021-TCU/Plenário.

Com relação à atividade de correição, a Corregedoria do MAPA, reestruturada com os Decretos 10.253/2020 e 10.827/2021, implementou e aperfeiçoou metodologias inovadoras, tendo consolidado as ações iniciadas em 2020 que possibilitaram ganhos de eficiência, segurança jurídica e economia para os cofres públicos. Corolário são os novos padrões de comportamento das empresas e dos agentes públicos, decorrente do efeito pedagógico, gerando maior confiabilidade na instituição, credibilidade para o agronegócio e segurança para os servidores.



Dentre as inovações podemos citar:

- i)* Aperfeiçoamento da padronização dos procedimentos correccionais, por meio de Norma Padrão de Ação - NPA, Manuais e realização de treinamentos/capacitações frequentes com a equipe;
- ii)* Aprimoramento das diligências investigativas;
- iii)* Aprimoramento do Juízo de admissibilidade final;
- iv)* Realização das reuniões, oitivas de testemunhas e interrogatórios de acusados nos Processos Correccionais, em sua totalidade, por videoconferência gravada, mantendo por mais um ano o custo zero com diárias e passagens;
- v)* Realização majoritária das atividades correccionais executadas em home office, reduzindo custos públicos com energia elétrica, computadores, móveis, internet, etc.
- vi)* Aprimoramento da Projetização Correccional, que estratificou todas as fases do processo e atribuiu prazos limites para cada atuação, com respeito aos prazos legalmente previstos, reduzindo para 4 meses o tempo médio de uma apuração punitiva;
- vii)* Utilização de ferramentas tecnológicas diversas para gestão de trabalho, mapeamento de infrações e gestão de dados correccionais;
- viii)* Conscientização do corpo funcional do MAPA como um todo sobre temas relacionados à corregedoria, por meio do INTERCOM e do site institucional, bem como de servidores de outros órgãos, por meio de treinamentos;

- ix)* Reorganização da equipe multidisciplinar da corregedoria, identificando as diferentes aptidões para a execução das diferentes tarefas;
- x)* Reorganização da estrutura da corregedoria, por meio de novas coordenações; e
- xi)* Atualização e conferência constante dos bancos de dados e dos sistemas correccionais (SISCOR), obtendo informações mais fidedignas e atualizadas.

Com a implementação dessas iniciativas, a Corregedoria do MAPA alcançou resultados muito expressivos no ano de 2021, dentre eles:



- i)* Aumento significativo de produtividade por servidor na área correccional;
- ii)* Finalização rápida e exitosa dos processos punitivos, com comissões fixas e responsáveis por, no mínimo, 82 (oitenta e dois) processos por ciclo de 120 a 150 (cento e vinte a cento e cinquenta) dias;
- iii)* Ao longo de 2021 foram instauradas 550 Investigações Preliminares Sumária - IPS e lavrados 279 Termos de Julgamentos;
- iv)* As análises de IPS tiveram como resultado 96 arquivamentos, 32 proposituras/celebração de TAC, 127 incorporação/desmembramento em Investigação Preliminar Sumária e 284 determinações de instauração de procedimento punitivo (juízo de admissibilidade e recomendações do Epad);
- v)* Celebração de 34 Termos de Ajustamento de Conduta (TAC), somado a 6 recusados, além de outros 22 em processo de celebração, totalizando 62 TAC's trabalhados;

vi) Incremento no ritmo de aplicação de penalidades e conclusão de processos em relação ao ano de 2020, com 42 (quarenta e dois) penalidades expulsivas aplicadas, 15 (quinze) suspensivas e 08 (oito) multas a entes privados, com um total de 65 (sessenta e cinco) penalidades aplicadas em 2021, frente a 55 (cinquenta e cinco) em 2020. Além disso, outros 121 agentes, somados a 4 empresas, foram absolvidos ou tiveram seus processos punitivos extintos;

vii) 2021 foi o ano com a maior conclusão de processos punitivos registrados no SISCOR desde 2008, com 127 processos concluídos, contra 79 em 2020, aumento de 60% nas conclusões. Além disso, a Corregedoria atualizou outros 56 processos punitivos concluídos em outros anos, mas que ainda estavam não finalizados nos sistemas;

viii) Em 2020 foram aplicadas as primeiras penalidades aos Entes Privados com base na Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846/2013) e em 2021 houve julgamento de 11 processos, sendo que 8 deles resultaram na aplicação de R\$ 196.173.934,14, aumento de mais de 820 vezes se comparado à 2020. Cinco dos processos com multa aplicada estão em revisão/reconsideração a pedido das empresas;

ix) Manutenção da redução de mais de 90% no custo do processo, gerando uma economia de aproximadamente R\$ 15 milhões de reais a cada 100 (cem) processos instaurados e finalizados;

x) Mensuração dos benefícios financeiros, nos moldes estabelecidos pela Portaria CGU nº 4.104/2019, que atingiram só com as expulsões o valor de R\$ 58 milhões;

xi) A corregedoria tem se empenhado em reduzir o passivo correcional existente, reduzindo de mais de 1600 processos pendentes no SISCOR para cerca de 1200 processos, conseguindo uma redução do passivo na ordem de 25%.

xii) Aperfeiçoamento e ampliação da utilização do ePAD, da CGU, com foco na centralização das informações cadastrais dos processos de apuração e elevação da qualidade das informações cadastradas.

A Corregedoria tem trabalhado incansavelmente visando a redução do número de infrações e a diminuição da sensação de impunidade. A sua gestão é focada em resultados utilizando as diversas ferramentas disponíveis e buscando continuamente a execução das atividades com excelência. Em aperfeiçoamento constante, a unidade tem tentado implementar metodologias de trabalho que reduzam o passivo correcional e garantam uma visão sistêmica para a obtenção de melhores resultados.

Por fim, vale citar que a Corregedoria tem se empenhado para dar mais transparência ativa às suas atividades e resultados, na medida do possível, em razão das matérias sigilosas que enfrenta, disponibilizando no site do Ministério as principais informações

de penalizados, celebrações de TAC, intimações on line, dentre outras, bastando acessar <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/corregedoria>.

Um outro canal de participação social é a Ouvidoria do MAPA, que detém as competências de Unidade Setorial do Sistema de Ouvidoria do Poder Executivo Federal - SisOuv, previstas no Decreto nº 9.492, de 2018. Como instância de participação e controle social, é responsável por interagir com os usuários, a fim de aprimorar a gestão pública e melhorar os serviços oferecidos, mantendo um mecanismo de diálogo permanente entre a sociedade, os servidores e a Administração Pública, demonstrando resultados e ofertando subsídios como oportunidades de melhorias.

Nesse contexto, dentre suas competências legais, cabe à Ouvidoria apreciar e analisar o conjunto de manifestações aportadas no MAPA, para então, emitir com legitimidade, recomendações e propostas de melhoria da gestão e dos processos do Ministério.

A Ouvidoria tem como canal principal de recebimento de manifestações a Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação - Plataforma Fala.BR e, além deste, possui como canais de apoio ao registro de denúncias WhatsApp, e-mail, telefone, carta e atendimento presencial.

No exercício de 2021, a Ouvidoria recebeu 6.475 manifestações e redirecionou a outros órgãos, por competência, 586. Os principais problemas relatados nas manifestações estão relacionados aos seguintes serviços prestados pelo MAPA: registro de pescador amador e profissional, vigilância e fiscalização agropecuária, Declaração de Aptidão ao PRONAF e inscrição de imóvel no Cadastro Ambiental Rural, cujas unidades responsáveis são, respectivamente, Secretarias de Aquicultura e Pesca, Defesa Agropecuária e Agricultura Familiar e Cooperativismo e o Serviço Florestal Brasileiro.

Além disso, a Ouvidoria do MAPA também é responsável por atender os pedidos de acesso à informação, com base na Lei de Acesso à Informação, por meio do Serviço de Informação ao Cidadão – SIC/OUV/MAPA.

Em 2021, o SIC/OUV recebeu 2.580 pedidos de acesso à informação por meio da Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação – Fala.BR, dos quais foram interpostos o total de 166 recursos em 1ª instância e, dentre esses, 39 resultaram em 2ª instância, direcionados à Autoridade Máxima do Órgão. Dentre estes, 25 foram submetidos à CGU, dos quais 2 foram direcionados à Comissão Mista de Reavaliação de Informações – CMRI. Dos recursos submetidos à CGU, apenas 3 decisões do MAPA foram reformadas, cujo objeto referia-se à solicitação de certificado de registro de empresas de agrotóxicos.

5. INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS

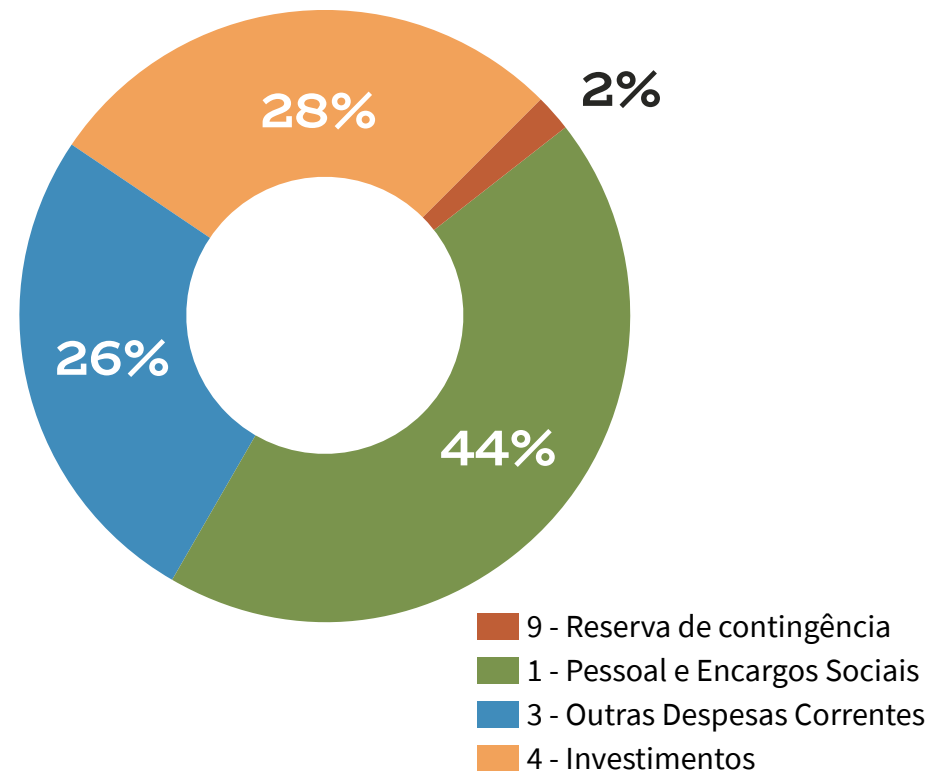
A dotação orçamentária da administração direta do MAPA totalizou R\$ 8,1 bilhões em 2021, o que representou um aumento de 5% do montante consignado na Lei Orçamentária Anual (LOA), resultado dos créditos adicionais obtidos no decorrer do exercício.

Desse valor foram previstos R\$ 3,6 bilhões para despesas com pessoal e encargos sociais, R\$ 2,3 bilhões para investimentos, R\$ 2,1 bilhões para outras despesas correntes e R\$ 134,6 milhões para reserva de contingência, distribuídos conforme o gráfico a seguir:

Dotação Orçamentária Atualizada por Grupo de Natureza de Despesa (GND)

Gráfico 2 - Dotação Orçamentária Atualizada por Grupo de Natureza de Despesa (GND)

Dotação Orçamentária Atualizada por Grupo de Natureza de Despesa (GND)



Fonte: Tesouro Gerencial (31/12/2021)

Tabela 2 - Execução Orçamentária por GND

Grupo de Natureza de Despesa - GNDs	2019	2020	2021	Varição percentual
1 - Pessoal e Encargos Sociais	3.646,0	3.613,6	3.594,8	-0,52
3 - Outras Despesas Correntes	1.760,0	1.958,7	2.092,2	6,82
4 - Investimentos	1.565,2	1.458,2	2.260,1	54,99
5 - Inversões Financeiras	4,7	0,0	0	-
TOTAL	6.975,86	7.030,53	7.947,05	13,04

Fonte: Tesouro Gerencial (31/12/2021)

Do total empenhado em 2021, R\$ 3,59 bilhões referem-se a despesas com pessoal e encargos sociais, R\$ 2,26 bilhões a investimentos e R\$ 2,09 bilhões a outras despesas correntes, montantes que correspondem, respectivamente, a 45,2%, 28,4% e 26,3% da execução orçamentária.

Segue, abaixo, a evolução da execução orçamentária e financeira nos últimos anos por função, Grupo de Natureza de Despesa (GND) e elemento de despesa:

Tabela 3 - Execução Orçamentária e financeira por função de Governo (em milhões de R\$)

Função de Governo	Despesas Empenhadas				Despesas liquidadas				Despesas Pagas			
	2018	2019	2020	2021	2018	2019	2020	2021	2018	2019	2020	2021
09 - Previdência Social	1.959,26	2.070,83	2.128,62	2.117,52	1.957,07	2.070,83	2.128,62	2.116,45	1.804,71	1.930,06	1.965,06	1.950,35
20 - Agricultura	3.720,39	4.434,81	4.362,44	5.529,01	2.523,11	2.633,36	2.757,53	3.186,78	2.411,62	2.436,75	2.672,88	3.096,64
21 - Organização Agrária	-	468,04	537,14	294,02	-	468,04	492,12	280,37	-	468,04	492,12	279,74
28 - Encargos Sociais	2,16	2,18	2,33	6,50	1,97	2,18	2,33	6,47	1,79	2,01	2,14	5,97
Total	5.681,81	6.975,86	7.030,53	7.947,05	4.482,16	5.174,41	5.380,59	5.590,07	4.218,11	4.836,87	5.132,21	5.332,7

Fonte: Tesouro Gerencial (31/12/2021)

Tabela 4 - Grupo de Natureza da Despesa 1 -Pessoal e Encargos Sociais (Em milhões de R\$)

Elemento de Despesa	Execução Orçamentária e Financeira		
	Empenhado	Liquidado	Pago
01 - Aposent. RPPS, Reserv. Remuner. E Refor. Militar	1.232,66	1.232,22	1.137,71
11 - Vencimentos e Vantagens fixas - Pessoal Civil	1.198,87	1.197,70	1.129,62
03 - Pensões do RPPS e do Militar	871,91	871,54	804,71
13 - Obrigações Patronais	248,33	245,05	243,33
Demais Elementos	42,98	42,31	31,35
Total GND 1	3.594,76	3.588,82	3.346,72

Tabela 5 - Grupo de Natureza da Despesa: 3 - Outras Despesas Correntes

Elemento de Despesa	Execução Orçamentária e Financeira		
	Empenhado	Liquidado	Pago
45 - Subvenções Econômicas	1.182,23	1.181,20	1.181,20
48 - Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas	245,73	245,73	245,73
39 - Outros Serviços de Terceiros PJ - OP.INT.ORC	232,83	136,09	129,75
37 - Locação de mão-de-obra	142,93	123,48	122,00
93 - Indenizações e Restituições	51,31	49,00	46,71
30 - Material de Consumo	48,64	13,43	13,24
41 - Contribuições	47,68	10,31	10,31
40 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - PJ	46,86	35,82	35,78
46 - Auxílio-Alimentação	40,79	40,09	36,81
Demais Elementos	53,23	43,93	42,89
Total GND 3	2.092,24	1.879,07	1.864,43

Tabela 6 - Grupo de Natureza da Despesa: 4 - Investimentos

Elemento de Despesa	Execução Orçamentária e Financeira		
	Empenhado	Liquidado	Pago
42 - Auxílios	2.109,68	117,19	117,19
70 - Rateio pela Participação em Consórcio Público	57,56	0,00	0,00
52 - Equipamentos e Material Permanente	41,57	3,36	2,98
39 - Outros Serviços de Terceiros PJ - OP.INT.ORC	36,66	1,15	0,90
41 - Contribuições	12,32	0,48	0,48
51 - Obras e Instalações	1,33	0,01	0,01
Demais Elementos	0,93	0,00	0,00
Total GND 4	2.260,05	122,18	121,55
Total da execução em 2021	7.947,05	5.590,07	5.332,70

Fonte: Tesouro Gerencial (31/12/2021)

Do total da execução orçamentária em 2021, 51,3% referem-se aos programas das atividades finalísticas, com destaque para a Agropecuária Sustentável, Defesa Agropecuária e Governança Fundiária, como segue:

Tabela 7 - Programas de Governo - Atividades Finalísticas (Em milhões de Reais)

Programas de Governo	Despesas Empenhadas (R\$ milhões)	Percentual (%)
1031 - Agropecuária Sustentável	3.864,04	48,62
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	3.846,76	48,41
2202 - Defesa Agropecuária	216,31	2,72
1040 - Governança Fundiária	13,34	0,17
0909 - Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	6,27	0,08
0910 - Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais	0,23	0,00
2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano	0,10	0,00
Total	7.946,95	100,00

Fonte: Tesouro Gerencial (31/12/2021)

Em relação à execução orçamentária das principais ações de governo, 45,2% estão relacionadas às despesas com pessoal e encargos sociais. Das demais despesas empenhadas, destacam-se o Fomento ao Setor Agropecuário (26,8%), a Concessão de Subvenção Econômica ao Prêmio do Seguro Rural (14,9%) e a Contribuição ao Fundo Garantia-Safra (3,1%).

Tabela 8 - Ações de Governo (em milhões de R\$)

Ações de Governo	Despesas Empenhadas (R\$ milhões)	Percentual (%)
Ações de Governo - Pessoal e Encargos Sociais	3.594,76	45,2
20ZV- Fomento ao Setor Agropecuário	2.133,52	26,8
099F - Concessão de Subvenção Econômica ao Prêmio do Seguro Rural (Lei nº 10.823, de 2003)	1181,200	14,9
0359 - Contribuição ao Fundo Garantia-Safra (Lei nº 10.420, de 2002)	245,73	3,1
2000 - Administração da Unidade	162,76	2,0
210V- Promoção e Fortalecimento da Estruturação Produtiva da Agricultura Familiar, Pequenos e Médios Produtores Rurais	15251	1,9
214W - Modernização e Fortalecimento da Defesa Agropecuária	136,39	1,7
214Y- Fortalecimento do Sistema. Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária - SUASA	70,71,	0,9,
21B6 - Assistência Técnica e Extensão Rural	37,99	0,5
2161 - Produção e Divulgação de Informações Meteorológicas e Climatológicas	2953	0,4

Ações de Governo	Despesas Empenhadas (R\$ milhões)	Percentual (%)
20ZT - Promoção do Agronegócio Brasileiro no Mercado Internacional	21,71	0,3
20ZY - Desenvolvimento Sustentável da Cadeia Produtiva do Cacau	11,53	0,1
210T - Promoção da Educação do Calmo	10,29	0,1
21B9 - Promoção e Fortalecimento e Comercialização e Acesso aos Mercados	8	0,1
Demais Ações de Governo	150,56	2
Total	7.947,05,	

Fonte: Tesouro Gerencial (31/12/2021)

A despeito do cenário econômico, o MAPA apresentou aumento nos investimentos públicos, principalmente ligados ao fomento do setor agropecuário, e estabilização das despesas com pessoal e encargos sociais.

Além disso, manteve o histórico de bom aproveitamento dos recursos públicos, com uma execução orçamentária acima dos 99% da dotação orçamentária discricionária, resultado do esforço institucional amplo desenvolvido para maximizar a utilização dos recursos disponíveis.

Os desafios para os próximos anos requerem o fortalecimento das ações finalísticas, tais como o fomento ao setor agropecuário, defesa agropecuária, seguro rural e setor pesqueiro, e priorização dos recursos públicos com o objetivo de fomentar o agronegócio, fundamental para a economia brasileira. Em consonância com o supracitado, temos a ampliação da transparência dos gastos públicos e estímulo da cultura organizacional para o aperfeiçoamento da execução orçamentária e financeira como importantes metas.

Os registros contábeis do MAPA estão em conformidade com as orientações emanadas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 8ª Edição, com as alterações constantes no link:

https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9::::9:P9_ID_PUBLICACAO_ANEXO:8020

A seguir, a Tabela 09 apresenta as Receitas e Despesas do MAPA (somente administração direta incluindo o MAPA, o FUNCAFE, o FUNDO DE TERRAS e o SFB).

Tabela 9 - Receitas e Despesas (Valores em Milhões R\$)

Grupo de contas	Previsão Atualizada	Receita Realizada / Despesa Liquidada	Saldo	Despesas Empenhadas
Receitas Correntes	654	855	-201	-
Receitas de Capital	8.404	3.827	4.576	-
TOTAIS	9.058	4.683	4.375	-
Despesas Correntes	5.993	5.471	-	5.679
Despesas de Capital	8.295	4.695	-	8.278
Reserva de Contingência	168	-	168	-
TOTAIS	14.456	10.167	168	13.938

Fonte: Balanço Orçamentário MAPA, FUNCAFE, FUNDO DE TERRAS e SFB – Siafi Web 2021 – Siafi Web 2021

O MAPA apresenta para o exercício de 2022, no grupo de contas “Caixa e Equivalentes de Caixa”, um saldo de R\$ 3.911 (três bilhões, novecentos e onze milhões de reais). Deste valor, R\$ 616 milhões se encontram disponíveis no grupo de conta “Recursos Liberados Pelo Tesouro”, sendo que deste montante R\$ 6 milhões e R\$ 3.286 (três bilhões, duzentos e oitenta e seis milhões de reais) encontra em Aplicados na Conta Única e ser resgatados para pagamentos de despesas.

Na tabela 10 seguinte são apresentados os principais grupos de contas com os respectivos saldos e demonstração dos percentuais de acréscimos ocorridos no ano de 2021 em comparação ao ano de 2020 (somente administração direta incluindo o MAPA, o FUNCAFE, o FUNDO DE TERRAS e o SFB).

Tabela 10 - Principais Grupos de Contas (Valores em Milhões R\$)

Grupo de contas	2021	2020	%
Ativo Circulante	5.957	6.747	-11,71
- Créditos a Curto Prazo	2.033	1.922	5,77
- Demais contas	3.924	4.825	-18,67
Ativo Não Circulante	18.608	16.419	13,33
- Demais Créditos e Valores	8.441	3.168	166,36
- Imobilizado	9.033	8.425	7,22
- Intangível	39	35	11,43
- Demais contas	1.095	4.791	-77,14
ATIVO TOTAL	24.565	23.166	6,04
Passivo Circulante	696	682	2,10
- Empréstimos e Financiamentos	38	38	0,00
- Demais Obrigações a Curto Prazo	80	266	-70,10

Grupo de contas	2021	2020	%
Ativo Circulante	5.957	6.747	-11,71
- Demais contas	578	377	53,31
Passivo Não Circulante	316	316	0,00
Patrimônio Líquido	23.553	22.168	6,25
PASSIVO TOTAL	24.565	23.166	6,04

Fonte: Balanço Patrimonial MAPA, FUNCAFE, FUNDO DE TERRAS e SFB – Siafi Web 2021

Tabela 11 - Fundo da Economia Cafeeira apresenta

Operações Funcafé - jan a dez 2021 (valores em milhões – R\$)		
Liberado em 2021	Aplicado em 2021	Devolvido em 2021*
5.888.	3.686	4.029
*Valor referente a principal e juros dos contratos de 2015 a 2021		

Os valores de liberação e aplicação são referentes à finalização dos contratos 2020/2021 e início dos contratos 2021/2022.

O valor de devolução refere-se aos contratos que ainda estavam em execução no exercício de 2021, que foram contratados e renegociados a partir de 2015.

Tabela 12 - Patrimônio FUNCAF

Patrimônio FUNCAFE (valores em milhões – R\$)	
Caixa em 31/12/2021	12
Liberado (Contrato 2021)	4.646
Recebido em 2021*	4.029
Recebimentos Futuros	371
Total	9.059

O valor “Liberado”, registrado neste quadro, refere-se apenas aos valores dos contratos firmados para a safra 2021/2022, recebidos em 2021. Os valores liberados e não aplicados referentes aos contratos anteriores foram devolvidos e, portanto, incorporam o valor “Recebido em 2021”.

O valor referente a “Recebimentos Futuros” trata-se de expectativa de recebimento da remuneração devido ao Fundo para o valor aplicado em 2021 (4% do valor da operação) e do valor referente à linha de Capital de Giro dos contratos de 2020 (essa linha possui prazo de retorno de 2 anos).

Principais fatos contábeis, contas ou grupos de contas, saldos e ocorrências relativos à atuação e à situação financeira da UPC no exercício, do Mapa Administração Direta (exceto INCRA, FUNCAFE, FUNDO DE TERRAS e SFB);

Detalhamento por Grupo de Contas:

Tabela 13 - Grupos de Contas

Grupo de Contas	Saldo Financeiro (em milhões – R\$)	Situação
Caixa e Equivalentes em Moeda Nacional	3.910	Saldo disponível do MAPA, FUNCAFE, FUNDO DE TERRAS e SFB (inclui as Ordens de Pagamentos já emitidas aguardando a emissão da Ordem Bancária).
Recursos da Conta Única Aplicados	3.285	Recursos Aplicados do FUNCAFE a serem resgatados (conta única).
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata	5	Contém saldos do Fundo de Terras a serem resgatados (extra mercado).

No caso de auditorias independentes não é aplicável ao MAPA e no caso de controle público federal se encontram devidamente destacadas nas ações apoiadas da AECI, em cumprimento ao previsto no Decreto nº 10.253, de 2020, no que se refere aos Órgãos de Controle Interno e Externo.

As Notas Explicativas que compreendem o Relatório Contábil do MAPA englobando todos os orçamentos com as respectivas Demonstrações Contábeis se encontram no link a seguir: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/aceso-a-informacao/demonstrativos-contabeis>

As demonstrações contábeis foram tratadas em função da sua composição considerando que:

- As UPC que compreenderem apenas um órgão no SIAFI devem considerar os valores contábeis consolidados nesse órgão;
- As UPC que compreenderem mais de um órgão no SIAFI devem apresentar informações referentes aos principais dados desses órgãos de forma individualizada e, ainda, devem apresentar informações com base na integração dos principais saldos para efeito de associação com o resultado geral da UPC;
- As UPC que não atuam no SIAFI devem adotar procedimento semelhante, considerando que, caso haja em sua composição unidades com estrutura contábil independente, devem apresentar informações contábeis resumidas referentes aos principais saldos das contas dessas unidades de forma individualizada, e, ainda, devem apresentar informações com base na integração dos principais saldos para efeito de associação com o resultado geral da UPC;”

As demonstrações contábeis do MAPA são tratadas de forma abrangente, de forma que contemplam todos os órgãos e Entidades Subordinadas, porém nos quadros acima foram informados somente dados do MAPA como Administração Direta excetuando o INCRA, FUNCAFE, FUNDO DE TERRAS e o SFB, por este relatório tratar-se às informações inerentes à Secretaria Executiva do MAPA.

Os Órgãos Subordinados ao MAPA na categoria de Entidades possuem Setor de Contabilidade próprio. O relacionamento do MAPA com essas entidades é realizado por meio dos responsáveis contábeis das mesmas.

Apresenta-se a seguir quadro com os responsáveis contábeis pelas Entidades Subordinadas ao MAPA:

Quadro 4 - Responsáveis contábeis pelas Entidades Subordinadas ao MAPA.

Entidade Subordinada	Responsável pelo Setor de Contabilidade	Função/Cargo	CRC	Período de Atuação
EMBRAPA	Susy Darlen B. da Penha	Analista A	DF 007472-0	A partir de 02/09/2009 - Portaria Nº 1178, de 31/08/2009 - BCA 37/2009
CONAB	Goiazires da Silva Borges	Superintendente	DF 011907/O-8	5 anos
INCRA	Ryan Souza Guedes	Contador Responsável	025717/O-5	27/11/2020 até data atual.
CASEMG	Marcelly Aparecida da Silva	Contadora	MG 087817/O-3	

Quanto às unidades dos conselhos de profissão e dos serviços sociais autônomos, com vistas a evidenciar a situação e o desempenho financeiro, orçamentário e patrimonial da gestão no exercício, deverá haver a apresentação da declaração do contador/opinião dos auditores externos, dos demonstrativos contábeis e das notas explicativas não se aplicam ao MAPA.

MINISTÉRIO DA
AGRICULTURA, PECUÁRIA
E ABASTECIMENTO



PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL